MARIA JULIETA BATISTA DE ALMEIDA WEBER
ORGANIZADORA

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PONTA GROSSA/PR

Texto e Contexto
EDITORA

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PONTA GROSSA/PR

MARIA JULIETA BATISTA DE ALMEIDA WEBER
ORGANIZADORA

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PONTA GROSSA/PR

Texto e Contexto
EDITORA

Copyrigth © 2025 by Maria Julieta Batista de Almeida Weber.
Todos os direitos reservados à organizadora.

Direção: Vendelino Hauer
Projeto gráfico e diagramação: Equipe Texto e Contexto
Capa: Diego Marçal
Revisão final de edição: Karla Roberta Neumann

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Memória, patrimônio cultural e história da educação em Ponta Grossa/PR [livro eletrônico] / [organização Maria Julieta Batista de Almeida Weber]. -- Ponta Grossa, PR : Texto e Contexto Editora, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-6080-066-3

1. Artigos - Coletâneas 2. Educação - Ponta Grossa (PR) - História I. Weber, Maria Julieta Batista de Almeida.

25-254942 CDD-370.09

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : História 370.09

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Essa obra contou com apoio e recursos:

Texto e Contexto Editora
www.textoecontextoeditora.com.br
contato@textoecontexto.com.br
Tel. (42) 98883-4226

Sumário

Prefácio **07**
Jefferson Mainardes

Apresentação **09**
Maria Julieta Batista de Almeida Weber

Artigos em ordem alfabética por sobrenome:

Ensino Superior em Ponta Grossa: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras **13**
Almeida, Isabele Fogaça de

Ponta Grossa em fotografias: uma proposta para a análise da história ponta-grossense no século XX **34**
Barbosa, Audrey Franciny

Representações sobre os professores no jornal Diário dos Campos (1932-1950): o magistério como missão e a desvalorização docente **49**
Floriano, Jaine dos Santos

Jacob Holzmann e a dinâmica cultural de Ponta Grossa: um estudo de mediação nas primeiras décadas do século XX **62**
Garcia, Ana Flávia Barboza

História, Educação e Patrimônio: Regente Feijó, o primeiro ginásio de Ponta Grossa/PR (1927) **80**

Martins, Leonardo Miguel

"Hoje a aula é no Museu": o patrimônio cultural e suas possibilidades **101**

Mayer, Milena Santos e Lima, Samara Hevelize de

O delineamento de uma "nova forma escolar": Senador Correia (1912) **116**

Oliveira, Silmara Fernandes de

Lugar e Memória: um olhar sobre a Praça Marechal Floriano Peixoto na cidade de Ponta Grossa **141**

Quadros, Vera Marina Viglus

Memória e Patrimônio Cultural Material em Ponta Grossa/PR: as dimensões históricas e educacionais do tombamento e da preservação **159**

Weber, Maria Julieta Batista de Almeida

Sobre os autores **174**

Prefácio

Foi com alegria e entusiasmo que recebi o convite para prefaciar o e-book História da Educação e patrimônio cultural em Ponta Grossa, organizado pela Profª Dra. Maria Julieta Batista de Almeida Weber. Trata-se de um livro sobre história local, que envolveu pesquisas exaustivas e detalhistas.

Há diversos pontos relevantes da obra a serem destacados. Em primeiro lugar, destaco a importância de pesquisas e publicações sobre a histórica local. Muitas vezes, a pesquisa sobre história local é entendida como uma "história menor". Acredito que a universidade e as pesquisas acadêmicas têm um papel central na preservação da memória da cidade e do patrimônio local. As pesquisas, aqui publicadas, estão estreitamente ligadas a pesquisas realizadas em Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa e, portanto, todas bem fundamentadas em teorias reconhecidas, com métodos de catalogação e análise de dados rigorosos e sistemáticos.

Em segundo lugar, a seleção temática é altamente relevante. São abordadas as seguintes temáticas: criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (1949), as imagens do álbum de Ponta Grossa (1936), a situação dos docentes no Jornal *Diário dos Campos* (1932-1950), traços da história de Jacob Holzmann, a criação do Ginásio Regente Feijó (1927), o Museu Aristides Spósito, o Grupo Escolar Senador Correia (1912), a Praça Marechal Floriano e aspectos da preservação do patrimônio da cidade de Ponta Grossa. Todas estas temáticas trazem informações importantes para a história de Ponta Grossa que, no ano de 2023, completou 200 anos de fundação. Diversas menções são feitas à Escola Normal de Ponta Grossa, fundada em 1924 e que exerceu um papel fundamental no desenvolvimento da educação em Ponta Grossa.

Outro aspecto digno de destaque foi a inclusão de fotografias, algumas delas de pouca circulação, com as devidas identificações e indicação de fonte. Por meio das fotografias, muitas inferências podem ser feitas sobre os espaços e costumes do passado.

Este e-book é uma contribuição altamente relevante do Grupo de Pesquisa coordenado pela Prof.ª Maria Julieta. Todos/as os/as autores/es merecem nossos efusivos agradecimentos pelo empenho nas suas pesquisas. Desejamos que todos/as continuem nesse campo de pesquisa, trazendo mais contribuições sobre a história de nossa cidade e de nossa região.

Ponta Grossa, 05/11/2024

Jefferson Mainardes
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Apresentação

> "[..] não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a ***particularidade* do lugar** de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação. **Essa marca é indelével**".
>
> (Certeau, 2011, p. 45, grifo nosso).

Começo a apresentação registrando, com gratidão, a alegria da leitura e do acompanhamento ao processo de produção dos artigos que compõem a presente coletânea. Assim, é na condição de leitora e por ter sido também orientadora que faço a apresentação dos trabalhos decorrentes de pesquisas realizadas no âmbito de uma instituição pública. Este e-book é, portanto, representativo da concretização de trajetórias que se formaram na universidade pública. E, justamente porque pública, constitui-se necessária e fundamental na vida daqueles(as) que ousam sonhar em um país que historicamente tem assinalado os maiores índices de concentração de renda, reproduzindo desigualdades social e escolar. Tendo minha formação na escola pública, com destaque para o querido Senador Correia, a UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa foi onde também me formei em Licenciatura em História e realizei o sonho de cursar a Licenciatura em História e o Mestrado em Educação. A partir da realização destes sonhos, muitos outros foram possíveis...

Apresento e agradeço aos autores(as) da coletânea, hoje queridos(as) colegas de profissão, pela preciosa contribuição e, de forma especial, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em História por acolherem e financiarem este projeto tão bem executado pela Editora Texto e Contexto. A publicação da coletânea teve como objetivo principal a divulgação de pesquisas realizadas na graduação e na pós-graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a saber: Licenciaturas em História e em Pedagogia; Programas de Pós-Graduação em Educação; História; e Ciências

Sociais Aplicadas. Nesse sentido, objetivou-se contribuir para a produção de material didático sobre temáticas concernentes à História da Educação e ao Patrimônio Cultural em Ponta Grossa. O entrelaçamento destas duas áreas de investigação pode ser percebido pelo viés dialógico das temáticas específicas aqui abordadas.

A começar pela História da Educação, os artigos de Isabele Fogaça de Almeida, Jaine dos Santos Floriano, Leonardo Miguel Martins e Silmara Fernandes de Oliveira contemplam estudos que possibilitam alargarmos os nossos horizontes de percepção sobre a historicidade dos processos de escolarização em Ponta Grossa. Processos dimensionados, por certo, em diferenciadas escalas de análise sobre o que outrora nos referíamos ao contexto ginasial (secundário) e primário, e sobre a formação da comissão de intelectuais que pensou e projetou uma primeira faculdade no interior do Paraná, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (1949), constituída por cinco integrantes que estabeleciam relações de interdependências, filiados, inclusive, a um mesmo partido, o PSD - Partido Social Democrático.

Importante ressaltar que o contexto político e educacional delimitado abrange desde as primeiras décadas do século XX, período em que foi criado o primeiro Ginásio - o Regente Feijó (1927) - e a primeira iniciativa pública de ensino primário, o Grupo Escolar Senador Correia (1912). Concomitante às projeções educacionais de intervenção social e de demarcação de espaços que configurariam o patrimônio escolar edificado local, o teor dos artigos revelam, ainda, a necessária problematização da memória sobre a questão da desvalorização docente, particularmente no interior do Paraná, por meio das páginas do jornal *Diário dos Campos* (1932-1950) na chamada Era Vargas (1930-1945) e, portanto, no contexto ditatorial do Estado Novo (1937-1945) e do período aludido por democratização no governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

Mais voltados para a área do Patrimônio Cultural, os escritos de Audrey Franciny Barbosa, Ana Flávia Barboza Garcia, Milena Santos Mayer, Samara Hevelize de Lima e Vera Marina Viglus Quadros, tratam a importância de compreender a fotografia como objeto de estudo histórico e educacional, em específico, o emblemático *Álbum de Ponta Grossa* (1936), sustentado por expoentes do já mencionado PSD, no poder político local de Albary Guimarães, em pleno contexto getulista, também em sintonia com o poder político regional

de Manoel Ribas. No que se refere à relação da intelectualidade local com a dinâmica cultural de Ponta Grossa na primeira metade do século XX, abordou-se sobre um intelectual em específico, Jacob Holzmann, o "Russinho", evidenciando sua atuação como mediador cultural em sociabilidades que demarcaram o protagonismo do reconhecido jornal *O Progresso* (posteriormente, o já referido *Diário dos Campos*), da Banda Lyra dos Campos e do Cine Teatro Renascença.

Do entrelaçamento entre Educação e Patrimônio Cultural a partir de espaços museológicos, o foco manteve-se na análise para o Museu Casa: Mansão Villa Hilda, detalhando aspectos históricos e legais referentes à Educação Museal, de forma a valorizar perspectivas e ações educacionais. Da apreensão das sociabilidades a partir das primeiras iniciativas de urbanização/modernização, analisou-se a relação entre "Lugar" e "Memória" da Praça onde se originou a própria Freguesia de Ponta Grossa, em 1823: a Praça Marechal Floriano Peixoto –, nome que homenageia o segundo presidente do Brasil, por vezes denominado pela historiografia de "Marechal de Ferro", por vezes de "Consolidador da República" (lembrando que as denominações de ruas, praças e logradouros devem também ser apreendidas em seus contextos de produção). Espaço que abrigava não o único, mas certamente aquele patrimônio que não poderia ter sido demolido: o antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'Ana. Procurando contribuir na discussão, inseri um artigo por mim escrito, decorrente de pesquisas anteriores sobre a demolição e que veio à tona por conta das comemorações dos 200 anos de Ponta Grossa, em 2023.

A opção em adotar a divisão pela ordem alfabética do sobrenome do(a)s autores(as) diz respeito à percepção de que não se optou por estabelecer divisas aos conteúdos, justamente porque os objetos abordados estão intrinsecamente relacionados ao contexto local pelo viés ora da História da Educação, ora do Patrimônio Cultural, ora no diálogo direto entre as temáticas delimitadas a partir das "pertinências" entre "produtos" e "lugares", pois a investigação historiográfica deve levar em conta o "gesto" que "liga as 'ideias' aos 'lugares'", já que "compreender" a História, requer "analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência"' (Certeau, 2011, p. 45).

Entendo que as pesquisas que compõem esta coletânea não tiveram como pretensão esgotar temas, mas, ao contrário, tratar de elementos essenciais

que compõem o viés normativo, institucional, político e cultural, porém, com o intuito de produzir material de consulta a pesquisas posteriores que venham a preencher/problematizar lacunas aqui deixadas, possibilitando ampliar ainda mais as perspectivas de estudo. Para Marc Bloch (2001, p. 68), "a vida é muito breve, os conhecimentos a adquirir muito longos para permitir, até para o mais belo gênio, uma experiência total da humanidade". Por isso mesmo, a vida humana não pode ser relatada linearmente num mero encadeamento causal dos acontecimentos. "Compreender" é fundamental ao ofício do pesquisador(a) da História com vistas à análise crítica e criteriosa de imagens e discursos, permitindo-se discernir representações, sociabilidades, protagonismos, produções e mediações culturais, mas de maneira a perspectivar dimensões históricas e educacionais dos "lugares de memória" que constituem o nosso patrimônio cultural.

Boa leitura!

Maria Julieta Batista de Almeida Weber
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Estadual de Ponta Grossa
(Organizadora)

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O oficio de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

1

Ensino superior em Ponta Grossa: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Almeida, Isabele Fogaça de

Introdução

O ensino superior no Brasil teve o início da sua história ligada à vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. Antes disso, os brasileiros que desejassem e pudessem cursar o nível superior tinham que ir para Portugal (Carvalho, 2008). Se compararmos com a América Hispânica, em que universidades católicas foram criadas ainda no século XVI,[1] o início do ensino superior brasileiro foi tardio, e isso correspondeu aos interesses da coroa portuguesa, que centrou a formação de nível superior na Metrópole, e não teve a pretensão de que, em suas colônias, tivesse a formação de quadros intelectuais (Durham, 2003).

Quando a família real veio para o Brasil, fugindo da invasão napoleônica a Portugal, a situação mudou. Pensando em formar profissionais liberais que fossem úteis ao Estado, e também, às necessidades da elite econômica, foram criadas no mesmo ano em que vieram, a Escola de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro (hoje, Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia (hoje, Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia) e a Academia de Guarda da Marinha no Rio de Janeiro.

O ensino superior poderia propiciar a elaboração de novos ideais, inclusive o de independência, e isso era uma ameaça para Coroa portuguesa,

1. Podem ser mencionadas a Universidade de Santo Domingo de 1538, San Marcos de 1551 e México de 1553 (Brandão, 1996, p. 47).

então segundo Masetto, "[...] havia uma preocupação muito grande da Coroa em relação à formação intelectual e política da elite brasileira, ela procurava de todas as formas manter o Brasil como colônia" (1998, p. 9). Isso repercutiu no baixo índice de brasileiros com formação superior. José Murilo de Carvalho (2008, p. 23) aponta que, ao final do período colonial, na parte espanhola da América, tinham sido formadas em torno de 150 mil pessoas; já na Universidade de Coimbra, entre 1772 e 1872, passaram apenas 1.242 estudantes brasileiros. Esses números dão indícios da grande diferença de administração das metrópoles relacionada à educação.

No decurso do século XIX, essa modalidade de ensino expandiu-se vagarosamente. Em geral, foram criadas escolas e faculdades isoladas que formavam profissionais que poderiam contribuir aos interesses do grupo que estava no poder, como advogados, engenheiros, médicos e oficiais. A proclamação da República e a nova Constituição de 1891 trouxeram mudanças e a ampliação do ensino superior brasileiro, oportunizada pela dissociação do poder central na gestão - com a possibilidade de criação de instituições públicas estaduais e municipais, e também, de iniciativa privada.

Da chegada da família real portuguesa no Brasil até a organização que temos hoje de ensino superior, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) foram um passo importante nesses mais de 200 anos de históriade ensino superior. Essas instituições ofertavam cursos em variadas áreas - Ciências Humanas, Biológicas e Exatas; e visavam à formação de professores, e ainda, possibilitaram que bacharéis também pudessem ser qualificados profissionalmente como professores.

A primeira FFCL de iniciativa governamental[2] foi fundada em 1934, como parte integrante da Universidade de São Paulo (USP), criada no mesmo ano. Foi a primeira vez no Brasil que a concepção de universidade se concretizou de uma forma diferenciada - antes era relacionada a escolas de ensino superior profissionalizantes; com a USP, passa a ser de um lócus das ciências puras (Ferreira, 2009), assim, a FFCL era central nessa concepção.

2. A primeira FFCL foi fundada em 1932, pelas Cônegas Regulares de Santo Agostinho, e era filiada à Associação Instrutora da Juventude Feminina (AIJF). Em 1946 esta instituição foi incorporada à Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo (Cytrynowicz; Cytrynowicz, 2006, p. 18).

Segundo o anuário da FFCL da USP (1939-1949), a FFCL foi criada com as seguintes finalidades:

a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercicio de altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior;
c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem o objeto do seu ensino (Universidade de São Paulo, 1953).

Esse modelo de formação voltado tanto para a pesquisa como para o magistério contribuiria em todos os níveis e modalidades de ensino, que eram vistos como interdependentes, já que melhores professores formariam melhores estudantes; colaborando para o preparo de uma mão de obra qualificada para exercer diferentes funções na sociedade de um país que necessitava de novos profissionais, pois estava passando por mudanças, entre elas, os processos de modernização, urbanização e industrialização.

A FFCL com a centralidade na educação e a associação com as letras e filosofia, em linhas gerais, teve sucesso em atingir seus objetivos, servindo como referência para a instalação de outras instituições no Brasil. No Paraná, a primeira foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná (FFCL/PR), instalada na capital Curitiba, que data de 1938. A FFCL/PR foi a primeira instituição paranaense a formar professores de nível superior, para tanto, representou um espaço significativo de formação, atrelado aos interesses da intelectualidade local como instituição que poderia contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do estado.

Articulado com a expansão do ensino secundário, a partir de meados do século XX, houve um processo de interiorização do ensino superior no Brasil. No interior do Paraná, isso se desdobrou na criação de diversas faculdades isoladas, foram cinco apenas considerando as Faculdades Estaduais de Filosofia, Ciências e Letras: Ponta Grossa em 1949, Londrina, União da Vitória e Paranaguá em 1956, e Maringá em 1967.

Neste trabalho, iremos nos ater a primeira do interior do Paraná: a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FEFCL/PG).[3] Para fundamentar a reflexão, serão mobilizadas contribuições de Norbert Elias, a partir dos conceitos de interdependência, figuração e *habitus*. Esse autor não considera as estruturas sociais como estáticas, nem percebe como individuais as ações sociais, à medida que o indivíduo está inserido em uma rede de relações. É sob essa perspectiva, e tendo como fontes principais os jornais *O Dia*(PR) e *Diário dos Campos*, que buscaremos elucidar alguns elementos da projeção, criação e funcionamento da FEFCL/PG.

Comissão de criação da FEFCL/PG

O caminho do ensino superior em Ponta Grossa iniciou em 1937, com a instalação da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.[4] Essa instituição funcionou onde atualmente é o prédio do Ginásio Regente Feijó, frente à Praça Barão do Rio Branco; e no seu segundo ano de atuação, funcionou com os cursos de Farmácia e Odontologia, contando com aproximadamente 50 alunos (*O Dia*, 1938).

Precocemente, antes mesmo da formatura da primeira turma, a Escola foi fechada por questões estruturais, pois não contava com instalações adequadas. Vieira e Campos (2012) mencionam que no Paraná era comum que se tivesse limitações financeiras no ensino superior; e dessa característica decorriam consequências, como problemas com as estruturas físicas. Outra questão era que a Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa não contava com integrantes do corpo docente e discente com a formação exigida para estarem nessas atribuições. Esses elementos fizeram com que ela não fosse reconhecida pelo Conselho Nacional de Ensino (CNE), e então, fechada em 1939.

3. Essa Faculdade também pode aparecer na literatura com a sigla FAFI, neste trabalho foi escolhido usar a sigla FEFCL/PG.

4. Optamos pela nomenclatura Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa, mas na documentação consultada também apareceu como Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa e Escola de Pharmacia e Odontologia de Ponta Grossa.

Ainda assim, a discussão sobre a necessidade de Ponta Grossa ter uma instituição de ensino superior não foi encerrada e se intensificou no final da década de 1940, como se verifica no texto do professor Lourival Santos Lima (1914-1988), de 1948:

> Sem dúvida que, de há muito, essa necessidade se vinha sentindo, tanto que, no ano de 1937, fundaram-se aqui duas escolas superiores, uma de Farmácia e outra de Odontologia, as quais foram forçadas a interromper o funcionamento, apenas por exigências de ordem regulamentar, oriundas da Divisão de Ensino Secundário do Ministério de Educação e Saúde. As mesmas causas, porém, que determinaram naquela época a organização dos mencionados cursos superiores continuam, hoje em dia com maior intensidade. Além das causas locais, como sejam o volume demográfico citadino e, particularmente, o da população estudantil, [...] há, ainda,a considerar as causas regionais, decorrentes da situação geográfica de Ponta Grossa, maior centro rodo-ferroviário do Estado, que polariza a vida econômica, social e cultural do Oeste, do Sul e do Norte, abrangendo toda zona dos Campos Gerais [...] (*O Dia*, 1948).

Lourival Santos Lima apresenta em seu texto elementos que poderiam justificar, no período, a existência em Ponta Grossa de uma instituição de nível superior, como a questão da localização geográfica da cidade e seu volume demográfico, em especial o da população estudantil. Esses e outros argumentos foram utilizados por uma comissão criada em 1948 para projetar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FEFCL/PG).

Junto de Lourival Santos Lima, essa comissão (*O Dia*, 1958) foi composta por Faris Salomão Michaele (1911-1977), José Pinto Rosas (1902-1980), Mario Lima Santos (1905-1972)e Valdevino Lopes (1913-1988). Para compreender a aproximação entre esses indivíduos, foi utilizado o método prosopográfico; segundo Stone (2011, p. 115) "a prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas". Essa abordagem serviu como um recurso para a compreensão dos integrantes enquanto parte de estruturas que estiveram inseridos; consideramos que essa estrutura não pode ser com-

preendida se as redes móveis de sociabilidade que ligam reciprocamente o grupo não sejam pensadas.

Nesse sentido, os conceitos desenvolvidos por Norbert Elias de figuração einterdependência são importantes. Elias (2001) compreende que existe uma relação de interdependência entre a sociedade e o indivíduo. Uma figuração, então, é uma formação social em que indivíduos se ligam de formas específicas, por meio de dependências que são recíprocas. Cada figuração possui características que lhes são próprias, que foram socialmente construídas no decorrer do tempo, e que são dinâmicas.

Dentro de cada figuração, há relações de interdependência que são móveis e variam em cada sociedade, com as suas diferentes formas de auto-regulação que atribuem determinadas "roupagens" aos indivíduos; de forma que o modo como esses se comportam é determinado pelas relações estabelecidas com as outras pessoas (Elias, 1994).

Dessa maneira, consideramos a comissão como uma pequena figuração de indivíduos que tinham relações de interdependência e que objetivaram criar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Uma característica comum a todos os integrantes da comissão era a de trabalharem como professores no Colégio Regente Feijó,[5] instituição pioneira de ensino secundário no interior do estado do Paraná, criada em 1927.

Além de espaço de trabalho, o Colégio Regente Feijó também foi um espaço de formação de alguns dos integrantes da comissão. É o caso Valdevino Lopes, que estudou no Regente Feijó, se formou na Escola Normal e depois voltou para trabalhar como professor de Geografia Geral e do Brasil, também de Faris Michaele, que se formou na turma de 1931, foi para Curitiba estudar Direito na Faculdade de Direito do Paraná e voltou a lecionar no Regente em 1937, até a sua aposentadoria em 1967 (Guebert, 2018).

Outro elemento em comum sobre a trajetória de alguns dos professores da comissão era o fato de publicarem seus escritos especialmente em

5. A denominação dessa instituição mudou ao longo dos anos: começou sendo chamada de "Ginásio Regente Feijó"; a partir do Decreto nº 4.244 de 9 de abril de 1942, com a reorganização do ensino secundário pela reforma de Francisco Campos, passou a se chamar "Colégio Regente Feijó"; e a partir de 2000 passou a se chamar "Colégio Estadual Regente Feijó" (Nascimento, 2012, p. 44-45).

jornais. Entre as publicações, a temática sobre educação evidenciou-se após pesquisa documental com os jornais *O Dia*, do Paraná, disponível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; e *Diário dos Campos*, disponibilizado em versão impressa no Museu Campos Gerais.

Mário Lima Santos, que também tinha sido diretor em 1946 do Colégio Regente Feijó, escreveu o artigo "Alguma cousa errada no ensino secundário", publicado no jornal *O Dia* em 1949, pontuando o fracasso do ensino secundário no período - no qual dá exemplos de alunos que não conseguiram ser aprovados em exames de vestibular, e aponta como causa principal dessa situação a falta de preparo dos professores. Para Santos, isso serviria para justificar o movimento dos jovens para requisição ao "Governo do Estado a instituição de uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras [...], para o preparo e recrutamento de mestre para os estabelecimentos de ensino secundário [...]" (*O Dia*, 1949).

A denominação "ensino secundário", na formação escolar, incluía duas etapas: 1) Antigo curso ginasial, com duração de quatro anos; o que corresponde atualmente ao ensino fundamental II, ou seja, do 6º ao 9º ano. 2) Antigo curso colegial, com duração de três anos; o que corresponde, atualmente, ao ensino médio. Em 1949, tínhamos em Ponta Grossa as seguintes instituições de ensino secundário, e de escolas normais e técnicas:

Quadro 1 – Instituições escolares de ensino secundário, normal e técnico em Ponta Grossa em 1949

NOME	CRIAÇÃO	TIPO
Escola Normal de Ponta Grossa	1924	Escola Normal
Colégio Regente Feijó	1927	Curso Ginasial
		Curso Colegial
Escola dos Trabalhadores Rurais Augusto Ribas	1937	Escola Técnica
Academia Ponta-grossense de Comércio	1939	Escola Técnica
	1947	Curso Ginasial
Escola Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti	1940	Escola Técnica
Colégio Sant'Ana	1941	Curso Ginasial
	1946	Escola Normal

Fonte: dados da pesquisa.
Nota: quadro elaborado pela autora

Totalizando seis instituições no período, este número foi relevante no contexto paranaense, o que também legitimava a necessidade da formação de professores para atuar em Ponta Grossa. Sobre o ensino primário, Mário Lima Santos também comentava, no jornal, sobre alguns problemas, a exemplo matéria intitulada "Menos ginásios e melhores professores", na qual criticou o número crescente de escolas primárias que estavam sendo criadas, que "para os estranhos a cousas do ensino, para os não ambientados ao magistério isso até parece um bem, pois, dá a impressão de que vai concorrer para a facilitação do ensino secundário [...]" (*Diário dos Campos*, 1949), mas pela falta de qualificação dos professores, isso acabava sendo um problema. Para ele, o dinheiro destinado à criação desses ginásios deveria ser aplicado "[...] a uma Faculdade de Filosofia, em Ponta Grossa, com o objetivo de formar o nosso magistério secundário" (*Diário dos Campos*, 1949).

As vivências que os membros da comissão tinham enquanto professores embasavam ainda mais as discussões feitas por eles a respeito do ensino. A presença dessas discussões nos jornais consultados demostra que, para efetivação da FEFCL/PG acontecer, não bastava a ideia do projeto da Faculdade circular apenas entre os professores (as), era necessário que atingisse também a ampla sociedade. No geral, as justificativas para reivindicar a implantação da FEFCL/PG veiculadas nos jornais giravam em torno da melhoria da qualidade do ensino em Ponta Grossa, da formação de profissionais qualificados para atuarem no ensino primário e secundário que tinha um público crescente, e da não necessidade do deslocamento para outras cidades para se obter essa formação, pois, ao que parece, poucas pessoas tinham condições financeiras para tal.

Uma característica comum nas trajetórias de quem saía de Ponta Grossa para cursar o ensino superior em outras cidades era a do não retorno depois de concluir a formação. Isso acabava em alguma medida selecionando esses profissionais vindos do interior para os grandes centros urbanos e tornando as cidades do interior carentes de profissionais com formação em nível superior. Uma faculdade em Ponta Grossa atenuaria essa questão.

Salientamos que a criação da faculdade dava a possibilidade do ingresso no ensino superior aos indivíduos também pertencentes às redes de sociabilidades da comissão, na própria cidade. Esse tipo de formação fazia

parte do *habitus* da elite econômica e cultural, considerando os quadros de experiência socialmente produzidos. Norbert Elias considera que é a partir do processo de socialização e da participação dos indivíduos nas figurações, que os *habitus* sociais são incorporados, sendo estes, resultado do equilíbrio das tensões existentes e das relações de poder. Elias afirma que *habitus* social é o que "[...] o indivíduo compartilha com outros e que se integra na estrutura de sua personalidade" (1998, p. 16).

Ter a formação em um curso de nível superior na sociedade ponta-grossense não poderia contribuir apenas nos recursos culturais, mas também simbólicos, sociais e econômicos desses indivíduos; sobretudo porque eram poucos os que nesse período que tinham esse tipo de formação, como podemos perceber na tabela a seguir:

Tabela 1 - Dados sobre o recenseamento de 1940 sobre a população que tinha curso completo ou diploma de estudos em Ponta Grossa

HABITANTES		Total	38.417
		Homens	19.346
		Mulheres	19.071
PESSOAS QUE TINHAM CURSO COMPLETO OU DIPLOMA DE ESTUDOS DO GRAU INDICADO	PRIMÁRIO	Total	4.720
		Homens	2.478
		Mulheres	2.242
	SECUNDÁRIO	Total	582
		Homens	315
		Mulheres	267
	SUPERIOR	Total	206
		Homens	183
		Mulheres	23

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Em relação ao número total de habitantes de Ponta Grossa, é perceptível que tinham poucas pessoas com formação escolar em 1940, e que os números caem consideravelmente conforme o avanço dos níveis: apenas 12,2% com o primário, 1,51% com secundário e 0,53% superior. Dessa maneira, a FEFCL/PG poderia aumentar esse índice, favorecer significativa-

mente as redes de sociabilidade da comissão e reforçaria as suas diferenças em relação aos outros grupos da sociedade.

Dos cinco integrantes da comissão, apenas Valdevino Lopes não tinha formação em um curso superior, ele era formado na Escola Normal de Ponta Grossa e foi aluno da primeira turma do curso de farmácia da Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa[6] (*O Dia*, 1938) e não pode concluir o curso, pois a instituição foi fechada.

Os outros membros da comissão precisaram fazer deslocamentos para outras cidades, para obterem a formação superior. José Pinto Rosas cursou Medicina quatro anos em Curitiba, na Faculdade de Medicina do Paraná e depois, nos dois últimos anos, foi para o Rio de Janeiro cursar na Faculdade Nacional de Medicina. Faris Michaele, Lourival Santos Lima e Mário Lima Santos foram para Curitiba cursar Direito na Faculdade de Direito do Paraná.

Portanto, a maioria dos professores da comissão tinha formação em Direito, mas nem por isso, a primeira faculdade foi de Direito. Isso nos ajuda a pensar que não podemos considerar a comissão separada da sociedade; a faculdade projetada precisava ter uma demanda social mais urgente, e dessa forma, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras fazia mais sentido pelas questões educacionais que também estavam conectadas ao contexto nacional.

Outro espaço institucional no qual se discutia sobre a disseminação do conhecimento científico e a possibilidade da criação de uma faculdade em Ponta Grossa era o Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC), que havia sido fundado em 1948, por Faris Michaele. O CCEC teve como sócios indivíduos representativos na sociedade ponta-grossense, entre os quais, "[...] os mais conhecidos e mais conceituados professores, advogados, militares, médicos, comerciantes, artistas, escritores [...]" (Ditzel, 2007, p.65). Ressalta-

6. Conforme noticiado no jornal O Dia em 21 de dezembro de 1938 os alunos fundadores da Escola de Farmácia e Odontologia foram: "De farmácia: Armida Frare, Guitil Federmann, Julita Ditzel, Ida Santanta, Nair Mattar, Leoni Justus, Dalva Borges de Macedo, Wanda Mazur, Adelino A. Silva, Alfredo Berger, Candido Melo Jor., Dino Fecci Colli, Edipo F. dos Santos Ribas, Rubens Heike Braga, Sebastião Ribas Marcondes, Valentim Coelne, Valdevino Lopes, Valdomiro Carneiro dos Santos, Gueerd Irimm. De odontologia: Adalberto Ribeiro, Alexandre Aracema, Altamiro B. Dorcas de França e Souza, Edgar Zanoni, Francisco B. Dinnies, Hildegar Kossatz, Humberto M. Schena, Jair Lopes, José Moscoleski, Othon Nascimento, Othoniel Santos e Enendy M. Guedes".

mos que esta instituição foi criada no mesmo ano da comissão e que, além de Faris Michaele que era o presidente, mais três professores do grupo também faziam parte do CCEC: José Pinto Rosas, Lourival Santos Lima e Mario Lima Santos (sócios fundadores).

Também, foi possível identificar uma aproximação entre a comissão e o governo do estado do Paraná, como pode ser visto na notícia a seguir, publicada no jornal *O Dia* em 21 de agosto de 1949:

> Como é do conhecimento público uma plêiade de professores e intelectuais ponta-grossenses vêm promovendo junto ao Governo do Estado do Paraná, atendendo a aspiração dos nossos estudantes e do povo em geral, sadio movimento em prol da criação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ponta Grossa. Vão se destacando nesse sentido, entre nós, os professores Dr. Mario Lima Santos, José Pinto Rosas, Lourival Santos Lima, Valdevino Lopes e Dr. Faris Salomão Michaele. Após a recomposição do Partido Social Democrático local, o seu diretório, por Intermédio do preclaro presidente sr. Abílio Holzmann, resolveu apoiar integralmente essa nobre campanha perante o Governador Moysés Lupion, no sentido de dotar nossa cidade de uma escola superior, para a formação de professores secundários, destinados as diversas especialidades do ensino ginasial do 1º e 2º ciclos. Tendo S. Excia, o Sr. Moysés Lupion assegurado, [...] o firme propósito de satisfazer, o mais breve, essa nobre reivindicação da mocidade pontagrossense [...].

Norbert Elias (1995) compreende que nós, envolvidos por uma sociedade, em algumas situações somos capazes de fazer coisas enquanto indivíduos, e em outras não, independente da nossa força, singularidade ou grandeza. Os professores por si só, sem a participação na política e a autorização do Estado, não teriam a possibilidade de criar a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Dessa maneira, a participação dos professores no Partido Social Democrático (PSD) foi primordial.

Com exceção de José Pinto Rosas, que pode ter estado na comissão pela sua experiência anterior, como professor-fundador da Escola de Farmácia e Odontologia e como último diretor quando a instituição foi fechada;

todos os outros membros eram filiados ao PSD, o mesmo partido do governador do Paraná Moysés Lupion.[7] Para criação da primeira Faculdade Estadual do Paraná, em Ponta Grossa, obviamente foi necessária a comunicação dos professores da comissão com o governo. Mulheres, negros, pessoas sem formação escolar formal e/ou com poucos recursos econômicos poderiam querer que existisse ensino superior em Ponta Grossa e falar sobre isso. Mas até que ponto essas falas encontrariam ressonância na sociedade a ponto de chegarem até as instâncias governamentais e serem atendidas?

Observando as características da comissão e da sociedade em que estava inserida, percebemos que os integrantes não formaram um grupo aleatoriamente; eles se entrelaçavam numa estrutura social que poderia fazê-los capaz de influenciar a população e o governo a respeito do ensino superior em Ponta Grossa. E também tinham seus interesses particulares para integrarem a comissão, um deles pode ser a criação de um espaço de ensino superior onde pudessem trabalhar posteriormente, o que efetivamente aconteceu na sequência - Faris Salomão Michaele e José Pinto Rosas foram professores, e Mario Lima Santos foi o primeiro secretário e depois professor da FEFCL/PG.

Criação e funcionamento da FEFCL/PG

A mobilização dos professores da comissão teve o primeiro resultado explícito com o Decreto n. 8837 de 8 de novembro de 1949, em que Moysés Lupion autorizou a criação de uma Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa. Um dia depois, foi publicado no jornal *O Dia* uma matéria cujo título foi *Concretização magnífica do programa educacional*

7. Moysés Lupion (1908-1991) nasceu em Jaguariaíva e graduou-se em contabilidade pela Escola Álvares Penteado em São Paulo. Após, voltou ao Paraná, foi morar em Piraí do Sul, casou-se com Hermínia Borba Rolim, neta do Coronel Telêmaco Borba, político em Tibagi; e atuou como empresário no ramo agrícola e madeireiro – o que o aproximou do interventor Manoel Ribas, que contribuiu no processo de interiorização do estado com uma política de apoio à agricultura familiar (Ferreira; Cristofolini; Chimin Junior, 2021). Posteriormente, mudou-se para Curitiba e iniciou sua carreira política, investiu também no ramo de comunicação, área estratégica dentro da política pela capacidade de influenciar a opinião pública. Adquiriu os jornais O Dia, Gazeta do Povo, Correio do Paraná e a Rádio Guairacá (Dionizio; Mota; Denez, 2021). Foi presidente da Seção Paranaense do PSD (1946-1950; 1956-1960), Governador do Paraná (1947-1951; 1956-1961), e Senador (1955-1956; 1961-1963).

do governo do estado,[8] que trouxe a seguinte fotografia tirada após a assinatura do decreto:

Figura 1 – Fotografia tirada após a assinatura do decreto do governo do Paraná Sobre a criação da FEFCL/PG

Fonte: Acervo Lourival Santos Lima do Centro de Documentação e Pesquisa da UEPG.

O decreto foi assinado no Palácio São Francisco, podemos ver na fotografia[9] que tinham somente homens, e havia uma padronização nas vestimentas - todos usavam terno, características-chave se pensarmos o *habitus*

8. Através dessa matéria do jornal, identificamos alguns ponta-grossenses que estiveram presentes nessa solenidade, a convite de Moysés Lupion: "[...] as seguintes personalidades de evidência na vida cultural, politica e social pontagrossense: Sr. Abílio Holzmann, presidente do Partido Social Democrático de Ponta Grossa; Dr. Joaquim de Paula Xavier, presidente da Associação de Amigos de Ponta Grossa; Dr. Nivon Weigert, Diretor do Colégio Estadual "Regente Feijó"; dr. Mário Lima Santos, membro do Departamento Jurídico do P.S.D.; Prof. Valdevino Lopes, Presidente da Comissão Municipal de Educação dos Adultos; Dr. Ruy Ayres do Melo, membro do Departamento Jurídico do P. S.D.: Dr. Lourival Santos Lima, membro do Departamento do P.S.D.: Snr. Alffredo Hollzmann e dr. Jorge da Silveira" (O Dia, 1949).

9. Na fotografia conseguimos identificar, da direita para a esquerda, na fileira da frente: o segundo é o farmacêutico Leopoldo Pinto Rosas (1898-1961) que foi professor no Colégio Regente Feijó e era irmão do integrante da comissão José Pinto Rosas. O terceiro é Lourival Santos Lima. O sexto é Joaquim de Paula Xavier, o primeiro diretor da FEFCL-PG; e ao lado dele, o sétimo, bem ao centro, é o governador do estado Moysés Lupion. Na fileira de trás, da esquerda para direita, o terceiro é Antônio Lustosa de Oliveira (1901-1995), compadre de Lourival Santos Lima, no momento dessa foto era deputado estadual pelo PSD.

dessa figuração. A ausência das mulheres no processo de criação da FEFCL/PG e na cerimônia de assinatura do Decreto dão indícios de que esses espaços não eram ocupados pelas mulheres da sociedade na época.

No dia da assinatura do Decreto de fundação da Faculdade, também foi nomeado o membro da comissão de criação, Mário Lima Santos, como secretário. Joaquim de Paula Xavier (1903-1956) foi nomeado como diretor da FEFCL/PG e não se diferenciava das características gerais do grupo mentor da instituição, pois também era professor no Colégio Regente Feijó, sócio do Centro Cultural Euclides da Cunha e membro do Partido Social Democrático.

Alguns dias depois do Decreto de criação, em 12 de novembro, foi realizado o ato de instalação no Colégio Estadual Regente Feijó, como mencionado na ata (Anexo) da FEFCL- PG:

> Aos doze dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, no Salão Nobre do Colégio Estadual "Regente Feijó", às vinte horas, reunidos os professores abaixo assinados, comigo secretário e com o Dr. Joaquim de Paula Xavier, diretor, por este considerada instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, nos termos do Decreto Estadual N. 8837, de 8 de novembro de 1949, publicado no Diário Oficial N. 214, de 9 de novembro.

O ato de instalação e a própria FEFCL/PG funcionou nos primeiros anos, até 1952, no prédio do Colégio Regente Feijó, o mesmo lugar em que anteriormente tinha sido instalada a Escola de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa. Isso revela mais uma vez a aproximação com o Colégio Regente Feijó, mas também, o problema que a instituição passou com a instalação; e as tribulações não pararam aí, em artigo publicado no jornal *Diário dos Campos*, em 15 de julho de 1973, Faris Michaele, que também foi professor da FEFCL/PG, fala dessa fase:

> Fundada a Faculdade de Filosofia, começaram os empeços e entraves, pois era coisa inédita no Paraná, havendo apenas Curitiba com tais luxos. Localização, patrimônios, corpo docente e a própria sobrevivência eram todos problemas não fáceis de resolver.

Depois de criada a Faculdade, sua oficialização só aconteceu em 1º de junho de 1950, pelo Decreto Federal nº 28.169. Wanke (1999) comenta que no primeiro semestre desse ano, Michaele e seus colegas lecionaram sem receber, para estudantes que nem mesmo tinham certeza se iriam completar o curso devido a sua não oficialização.

O primeiro ano de atividades da instituição começou a funcionar com os cursos de Geografia e História, Letras Neolatinas e Matemática.[10] A estrutura da FEFCL/PG seguiu o Decreto-Lei Federal nº 1.190, de 1939, que estabelecia como modelo para o ensino superior no país a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) do Rio de Janeiro, tanto sua organização quanto os seus programas de curso.

No contexto nacional, a formação de professores seguia o esquema chamado de 3+1, que "consistia na habilitação docente dos novos professores por uma formação pedagógica em sobreposição à formação científica". (Carvalho, 2010, p. 80). Dessa forma, existiam duas etapas para a formação: os alunos estudavam durante três anos conteúdos específicos e obtinham o diploma de bacharel, e depois, se assim desejassem, faziam o curso de Didática durante um ano, com disciplinas pedagógicas, para conseguirem o título de licenciados.

Na FEFCL/PG o curso de Didática foi aprovado pelo Parecer nº 348, de 10 de novembro de 1952 da Comissão de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Educação do Paraná. A necessidade desse curso decorria da existência dos bacharelados que existiam na instituição; em 1952 foi o ano de formatura dos bacharéis da primeira turma, e esses necessitavam fazer o curso de Didática para conseguirem ter a titulação de licenciados.

Nesse mesmo ano foram mudadas as instalações da FEFCL/PG para o edifício que atualmente funciona o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) Paschoal Salles Rosa, próximo ao prédio

10. Assim como várias Instituições de Ensino Superior paranaenses denominadas como Faculdades de Filosofia (Padilha, 2008), o curso de Filosofia não chegou a ser implantado em Ponta Grossa, mesmo depois da FEFCL-PG ter se integrado a outras Faculdades Estaduais e formado a UEPG.

do Colégio Regente Feijó, também situado em frente à Praça Barão do Rio Branco.[11]

Com o passar dos anos a FEFCL/PG foi ganhando formas tanto nas questões organizacionais como estruturais, pois "[...] para trabalhar com a formação de professores passou a necessitar de espaço físico, material didático, laboratórios e profissionais qualificados nas áreas das licenciaturas" (Silva, 2002, p. 170). Nesse sentido, em 1960 a FEFCL/PG mudou para um edifício próprio, construído na Praça Santos Andrade,[12] onde atualmente está localizado o campus central da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Na década de 1960 outros cursos foram incorporados a FEFCL/PG. Em 1961, o Governo Federal autorizou através do Decreto nº 111, o funcionamento dos cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas. Além disso, em 1963 o curso de bacharelado em História e Geografia que existia desde 1950, foi separado e se tornou Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia.

Ainda em 1963, foram criados os departamentos na FEFCL/PG, enquanto unidades administrativas que congregavam disciplinas e seus respectivos professores de acordo com as áreas de conhecimento. Assim, os departamentos ficaram divididos em: Matemática; História; Geografia; Educação - Pedagogia e Didática; e Letras, cujo primeiro chefe foi Faris Michaele (1963-1966).

11. Esse imóvel tinha como proprietário Emílio Fiscardi, no iníncio no século XX ele o vendeu para as Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, e nele foi instalado o Colégio Sant'Ana. Em 1950, as Irmãs Missionárias fizeram um acordo com a Congregação do Verbo Divino (que tinha o Colégio São Luiz), para trocarem os prédios de suas escolas. Dessa forma, o Colégio Sant'Ana mudou-se para a Rua Senador Pinheiro Machado e o Colégio São Luiz passou a funcionar no prédio da Praça Barão do Rio Branco. Esse imóvel foi tombado em 2001 pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa (Colégio [...], 2024).

12. Inicialmente, esse edifício começou a ser construído para abrigar novas salas do Colégio Regente Feijó, já que havia uma crescente procura por matrículas. A lei municipal nº 182 de 19 de julho de 1949 deixou a disposição do governo do Paraná a Praça Santos Andrade, para nela ser construída a nova sede para o Colégio Estadual e Escola Normal Regente Feijó. Quando essa lei foi criada, ainda não existia a FEFCL-PG, e quando a obra foi concluída na década de 1960, optou-se por manter o Regente Feijó nas suas instalações, e a FEFCL-PG mudou para o prédio da Praça Santos Andrade.

Para além da ampliação e estruturação da FEFCL/PG, o ensino superior em Ponta Grossa, nas décadas de 1950 e 1960, teve significativos avanços com a criação de outras faculdades – a Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952) foi desmembrada em 1966 na Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa; e Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa; a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954) e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa (1966).

Todas as Faculdades Estaduais existentes foram incorporadas em 1969 formando a Universidade Estadual de Ponta Grossa, através da Lei nº 6.034, de 6 de novembro de 1969, do Governo Estadual do Paraná. As histórias das Faculdades continuam nos departamentos da UEPG, tanto é que no ano de 2000 os departamentos de História, Geografia, Letras e Matemática se uniram e promoveram um jantar dançante para comemorar os 50 anos da FEFCL/PG (Galdino, 2001), a primeira faculdade do interior do Paraná, que conseguiu se manter, avançar e formar profissionais atuantes em todo o estado.

Considerações finais

Após a efêmera existência da Escola de Farmácia e Odontologia, as raízes do Ensino Superior em Ponta Grossa foram firmadas pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras. Aqui, procuramos evidenciar alguns elementos da comissão de criação, da instalação e do funcionamento da FEFCL/PG.

Os cinco integrantes da comissão que projetaram a FEFCL/PG tinham interesses pessoais e sociais para participarem desse grupo e relações de interdependência no final da década de 1940: o magistério no Colégio Regente Feijó, a publicação de escritos especialmente em jornais, a formação em nível superior, a participação no Centro Cultural Euclides da Cunha e a filiação ao Partido Social Democrático. Entendemos que as relações de interdependência desses indivíduos foram determinantes para a FEFCL/PG ter vigorado em Ponta Grossa.

O pioneirismo no ensino superior do interior do Paraná trouxe também dificuldades estruturais e funcionais especialmente aos primeiros anos da FEFCL/PG, mas, ainda assim, essa instituição conseguiu se manter e ampliar os seus cursos e, consequentemente, o seu público, até que fosse incorporada às outras Faculdades Estaduais e formado a Universidade Estadual de Ponta Grossa em 1969.

Dessa forma, compreendemos que a história da FEFCL/PG não foi encerrada em 1969. A sua criação e atuação foi uma experiência relevante na história do ensino superior em Ponta Grossa e, até mesmo, da cidade. Influenciou na trajetória dos indivíduos da sua comissão de fundação, dos funcionários, dos estudantes e da sociedade ponta-grossense em geral; constituindo-se como instituição chave para pensarmos, na atualidade, em diversos aspectos regionais e nacionais.

Fontes

ATA DE INSTALAÇÃO DA FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS ELETRAS DE PONTA GROSSA.

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1949-1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. **Recenseamento geral do Brasil** (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

Referências

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939 - 1949)**. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1953.

BRANDÃO, J. L. A universidade pública brasileira: crise e perspectivas. **Revista Chilena de Humanidades**, n. 17, p. 43-50, 1996.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, S. M. B. **A formação do professor de história na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970**: propostas curriculares e memóriasdocentes. 2010. Tese (Doutorado em Educação) − Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

COLÉGIO São Luis. Disponível em: https://patrimoniopg.com/colegio-sao-luis/. Acesso em: 11 set. 2024.

CYTRYNOWICZ, M. M.; CYTRYNOWICZ, R. **História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae**. São Paulo: Narrativa Um, 2006.

DIONIZIO, L. A.; MOTA, F. L.; DENEZ, C. C. A cartografia do voto nas eleições paranaenses: uma análise acerca da eleição de 1955. In: Encontro nacional de pós-graduação e pesquisa em Geografia, 14., 2021. **Anais** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2021.

DITZEL, C. de H. M. **Imaginário e representações**: o integralismo dos Campos Gerais (1935-1955). Ponta Grossa: UEPG, 2007.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. São Paulo: USP, 2003.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocraciade corte. Tradução de Pedro Süssekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, A. M. de M. P. **A criação da Faculdade de Filosofa, Ciências e Letras da USP** – Um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de Matemática e de Física em São Paulo. Tese (Doutorado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, G. de S.; CRISTOFOLINI, V. G.; CHIMIN JUNIOR, A. B. As eleições para governador do Paraná em 1947: uma análise do contexto e resultados. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 501-515, 2017.

GALDINO, J. R. de V. A comemoração dos 50 anos da FAFI. **Jornal de História**, Ponta Grossa, p. 4-5, 1. sem. 2001.

GUEBERT, C. A. **Da intelectualidade princesina, o coração do Brasil**: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no círculo euclidiano (Paraná, meados do século XX). 2018. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MASETTO, M. T. **Docência na Universidade**. Campinas: Papirus, 1998.

NASCIMENTO, M. I. M. **Reconstrução Histórica das instituições Escolares Públicas dos Campos Gerais – PR**. Curitiba: Lisegraff, 2012.

O DIA. Curitiba, 1938-1958.

PADILHA, R. C. H. W. **Reconfiguração da Universidade Estadual do Paraná**: um estudo dasmudanças no trabalho docente. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

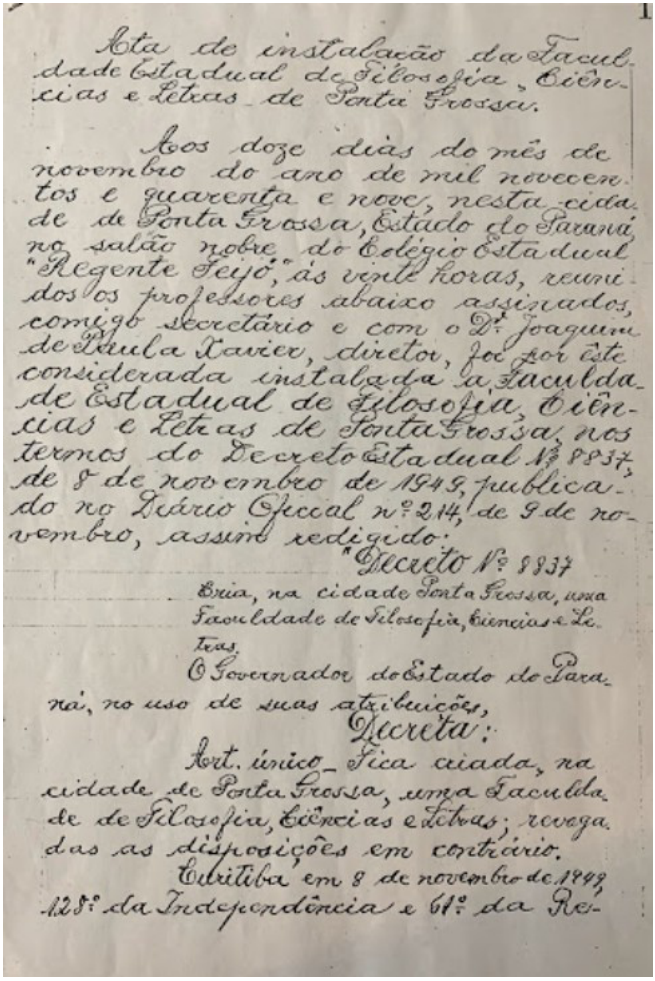
SILVA, C. R. de S. e. **Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa/Universidade Estadual de Ponta Grossa:** 50 anos do curso de história. Dissertação (Mestrado em Educação) − Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

WANKE, E. T. **Faris Michaele, o Tapejara**: Uma Biografia. Rio de Janeiro: Plaquette. 1999.

VIEIRA, C. E.; CAMPOS, N. de. Intelectuais e o processo de formação da Universidade Federaldo Paraná (1912-1950). *In*: LEITE, R. L.; OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Reflexões**: UFPR 100 anos (1912-2012). Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 15-46.

Anexo – ata de instalação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa



1

Ata de instalação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, no salão nobre do Colégio Estadual "Regente Feijó," às vinte horas, reunidos os professores abaixo assinados, comigo secretário e com o Dr. Joaquim de Paula Xavier, diretor, foi por êste considerada instalada a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, nos termos do Decreto Estadual Nº 8837, de 8 de novembro de 1949, publicado no Diário Oficial nº 214, de 9 de novembro, assim redigido:

"Decreto Nº 8837

Cria, na cidade Ponta Grossa, uma Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

Decreta:

Art. único – Fica criada, na cidade de Ponta Grossa, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; revogadas as disposições em contrário.

Curitiba em 8 de novembro de 1949, 128º da Independência e 61º da Re-

2

Ponta Grossa em fotografias: uma proposta para a análise da história ponta-grossense no século XX

Barbosa, Audrey Franciny

Introdução

Há uma frase famosa de Paulo Freire (2002) que diz "há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender", afinal, o ser humano é "programado para aprender" e criar (Freire, 2002). Logo, o conhecimento nunca é absoluto, tampouco, imutável, mas sim está em constante reformulação frente aos novos questionamentos que surgem a cada época. Sob essa perspectiva, a construção desse texto buscou responder a questão: como as fotografias podem ser utilizadas em sala de aula para a problematização da história ponta-grossense, mas sem cair no uso meramente ilustrativo?

De início, pontuamos que nos Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental, da educação pública ponta-grossense, ressalta-se que o componente curricular História tem como objetivo instigar o sujeito a ter "autonomia de pensamento e capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais habitam" (Referencial Curricular, 2020, p. 424). Acrescenta-se ainda que uma das competências da aprendizagem histórica consiste no sujeito "elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos [...] exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito (Referencial Curricular, 2020, p. 422).

Portanto, além de apresentar uma discussão conceitual e historiográfica acerca das fotografias enquanto fontes para o conhecimento histórico, objetivamos, também, propor um roteiro de análise a ser utilizado por professores e professoras em sala de aula com o intuito de desenvolver habilidades e competências relacionadas à aprendizagem histórica (Apêndice A).

O roteiro, longe de um receituário a ser seguido, é uma orientação que busca contemplar a potencialidade do documento fotográfico, por isso, articula uma análise descritiva acerca dos elementos técnicos e contextuais das fotografias, e uma análise icônica da fotografia permeada pela problematização das escolhas estéticas e técnicas, assim como a comparação com outras fontes da época. O propósito com este roteiro é instigar a formulação de questionamentos, hipóteses e argumentos frente às fontes fotográficas.

Isto posto, realizamos nesse texto uma análise do *Álbum de Ponta Grossa* produzido e publicado pela iniciativa municipal no ano de 1936. De acordo com Zita Possamai (2005), no século XX, os álbuns fotográficos foram utilizados por governos com o objetivo de promover um discurso visual acerca das cidades, assim como legitimar e ressaltar os feitos das gestões governamentais. Logo, os álbuns fotográficos são potenciais para analisar as escolhas estéticas, técnicas e as representações fotográficas produzidas e perpetuadas, tendo em vista as relações de poder e as intencionalidades dos agentes e instituições que demandaram tais produções.

Para tanto, mobilizamos o conceito de fotografia pública para orientar nossa análise. Conforme definiu Ana Maria Mauad (2013; 2018), fotografia pública diz respeito às fotografias produzidas por agências de produção de imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública, é, "portanto, um suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico uma versão dos acontecimentos" (Mauad, 2013, p. 13).

Frente a estes conceitos, o texto foi construído em dois momentos: no primeiro, realizou-se um panorama da história da fotografia e uma possível articulação entre a fotografia e a produção historiográfica brasileira; no segundo momento, analisou-se o *Álbum de Ponta Grossa*, datado de 1936, com o objetivo desvelar aspectos do seu período de produção e, assim, propor

uma abordagem para história ponta-grossense tendo como fonte a produção fotográfica.

História da fotografia e a produção historiográfica

Curiosidade e criatividade são inerentes ao ser humano, não à toa, a máxima *"a fotografia não é uma invenção isolada*" é frequentemente utilizada para se referir a todo um processo científico que levou à descoberta da daguerreotipia – artefato visual mais antigo e próximo do que hoje concebemos como a fotografia moderna. De maneira simples, segundo Maria Inez Turazzi (2012), podemos descrever que a fotografia resultou da busca pela captação de imagens do mundo concreto e sua fixação e reprodução em superfícies por meio de processos físico-químicos.

Para isso, múltiplas tentativas ocorreram. As mais conhecidas no contexto europeu do século XIX, como as de Joseph Niépce[1] e Louis Daguerre,[2] e, até mesmo, no interior do Brasil, como foi o caso de Hércules Florence.[3] Diferente de Hércules Florence, tardiamente reconhecido por seus estudos fotográficos, Niépce e Daguerre causaram comoção no cenário internacional, sobretudo, dos grandes centros urbanos, que passaram a empreender

1. Joseph Niépce (1765-1833) foi um militar e cientista francês que empreendeu estudos com o objetivo de imprimir imagens. Em 1826, fixou o cenário visto de sua janela em uma placa de estanho com uma camada de asfalto, substância sensível à luz solar, que ficou exposta por 8 horas em uma câmera escura, essa experiência é considerada por muitos como a primeira fotografia permanente, ou seja, a primeira imagem que foi fixada com sucesso em uma superfície e legada à posteridade (Turazzi, 2012).

2. Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851) foi um pintor e cenógrafo francês que se associou a Niépce. Juntos, realizaram experiências com substâncias novas para a obtenção de imagens pela luz solar sobre uma superfície metálica colocada no interior de uma câmera escura. Esse processo recebeu o nome de daguerreotipia em 1839. Posteriormente, foi vendido a um empresário francês que promoveu a invenção, enquanto Daguerre escreveu um livro ensinando o "passo a passo" de sua técnica, o que colaborou para divulgar sua invenção e popularizar seu nome como o inventor da fotografia (Turazzi, 2012).

3. Antoine Hércules Florence (1804-1879), artista e inventor francês que viveu no Brasil, na região de Campinas entre os anos de 1824-1879. Por volta dos anos de 1830, inventou em seu estabelecimento um processo fotográfico no qual o reproduzia cópias de rótulos de farmácia, deu a este o nome de *photographer* – ou seja, escrever com a luz. Foram encontradas em um livro de anotações com suas experiências, entretanto, durante sua vida, Hércules Florence nunca recebeu reconhecimento internacional por essa invenção (Turazzi, 2012).

esforços no desenvolvimento da técnica fotográfica e uma verdadeira concorrência para definir quem era o "inventor" da fotografia.

Em Nova York, nos anos de 1840, foi aberto o primeiro estúdio fotográfico em daguerreotipia que se tem informações (Turazzi, 2012), menos de cinquenta anos depois, a fotografia ganhou novos ares técnicos, surgiu um novo ramo profissional – o fotógrafo –, os retratos tornaram-se bens culturais, a fotografias circulavam em variados meios (cartões-postais, cartas, revistas ilustradas, jornais), e, em 1888, com a criação da primeira câmera portátil, tornava-se cada vez mais popular.

No Brasil, a fotografia chegou no ano de 1840 a bordo do navio Oriental, no qual estava o francês Louis Compte (1798-1868), padre e professor que aprendeu a daguerreotipia e realizou no Brasil as primeiras fotografias da América do Sul que se tem notícias – sendo elas três vistas do Rio de Janeiro, a saber, o Paço Imperial, o chafariz de Mestre Valentim e o antigo Mercado da Candelária. Pouco dias depois, Louis Compte apresentou o daguerreótipo na Quinta da Boa Vista à D. Pedro II, naquele momento um rei/menino de catorze anos que se tornou um entusiasta da daguerreotipia e um fotógrafo amador ao longo de sua vida.

As descobertas de Hércules Florence e o entusiasmo de D. Pedro II com a daguerreotipia marcaram o início da história da fotografia no Brasil. A partir desse ponto, tendo em mente as particularidades de cada região e o caráter elitista e burguês dos primeiros estúdios fotográficos, a história brasileira passou a ser contada, também, pela fotografia. Transformações urbanas e naturais; retratos de figuras políticas e artistas; os registros de confrontos e guerras; grandes celebrações cívicas, populares e esportistas; desastres sociais e naturais; ao mesmo tempo, a identidade dos sujeitos anônimos; os retratos que marcam as fases da vida; celebrações como casamentos, batizados, aniversários; lembranças escolares ou de lugares.

Tantas temáticas e suportes, usos e funções, não passaram despercebidas à pesquisa historiográfica. A fotografia, dada sua origem científica e sua essência técnica, foi durante muito tempo tida como realista e pura, como se fosse uma reprodução fiel do mundo e um recurso ilustrativo para a historiografia. Contudo, segundo Ana Maria Mauad (2013), no cenário brasileiro a partir da década de 1990, as contribuições da história problema e a ampliação

documental defendida pelos *Annales*[4] desde 1929, a fotografia ganhou contornos de fonte documental para a pesquisa acadêmica e as pesquisas nacionais fizeram uso da fotografia numa perspectiva histórica, analisando sua forma, seus conteúdos, seus usos, suas funções, sua circulação e seu consumo.

Ponta grossa em fotografias – *O Álbum de Ponta Grossa (1936)*

Inúmeras são as fotografias que narram a história de Ponta Grossa. Em um mergulho pelas redes sociais encontramos centenas de fotografias antigas da cidade, além disso, há sites específicos nos quais encontramos importantes e potenciais registros fotográficos do passado ponta-grossense, entre estes destacamos o "Museu Cenas de Ponta Grossa",[5] o repositório do Museu Campos Gerais – "Memórias Digitais"[6] e o site "Patrimônio PG",[7] idealizado e mantido pela Secretaria de Cultura – Casa da Memória de Ponta Grossa.

Para este texto, analisamos o Álbum de Ponta Grossa, datado de 1936, e cuja digitalização foi disponibilizada pelo Museu Campos Gerais com acesso livre.[8] Após a escolha dessa fonte, utilizamos como metodologia as orientações da iconografia e iconologia pautada na compreensão de

4. A "Escola dos *Annales*" foi uma corrente historiográfica que surgiu na França nas primeiras décadas do século XX, cujo marco foi a organização da revista "*Annales d'histoire économique et sociale*" e a consolidação da história-problema. Os fundadores da revista, Lucien Febvre e Marc Bloch, defendiam a construção de uma ciência historiográfica que articulasse fontes, métodos e uma diversidade de abordagens que ressaltavam a importância de fatores sociais, econômicos e culturais para a análise historiográfica. De acordo com Peter Burke, "a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas [...] essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las [...] um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (Burke, 1991, p.126).

5. Disponível no link https://www.museucenas.com.br/#/

6. Disponível no link http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/collection-tree

7. Disponível no link https://patrimoniopg.com/category/acervo-fotografico-casa-da-memoria-parana/

8. PONTA GROSSA. **Álbum de Ponta Grossa**, Impressora Paranaense, 1936. Disponível em: http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/1492

que o documento fotográfico possui duas realidades.[9] Assim, no primeiro momento realizamos uma leitura inicial dos elementos da imagem, como data, local, autor, temática etc., chamada aqui de elementos descritivos. Em seguida, voltamo-nos para a segunda realidade do documento fotográfico, a iconologia, que consiste em realizar uma síntese e interpretação do documento fotográfico, a fim de desvelar seus significados intrínsecos à sua produção e representação.

O *Álbum de Ponta Grossa*, datado de 1936, foi publicado pela gestão do prefeito Albary Guimarães, ex-funcionário da rede ferroviária e que governou Ponta Grossa entre os anos de 1934-1944. Guimarães mantinha estreitas relações com Manoel Ribas, fazendeiro de família tradicional na região e que exerceu o cargo de interventor estadual de Getúlio Vargas entre os anos de 1932-1945. Tanto Guimarães quanto Ribas pertenciam ao PSD – Partido Social Democrático, que durante o Estado Novo de Vargas[10] foi renomeado PND – Partido Nacionalista Democrático, partido este que ocupou a gestão municipal durante toda a década de 1930 e cujos filiados eram os principais comerciantes, jornalistas e industriais da cidade.

Compreendemos que a produção do álbum pela iniciativa municipal ocorreu no momento no qual a "divisão político partidária da década de 1930 ligava-se a interesses pessoais, econômicos, étnicos, etc. por redes de amizade e solidariedade que aproximavam ou afastavam pessoas" (Chaves, 2001, p. 81). Além disso, a fotografia servia a fins políticos para promoção dos atos e feitos governamentais, exemplo marcante foi a consolidação na década de 1930 do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, res-

9. A Iconografia/Iconologia proposta por Boris Kossoy na obra *História & Fotografia* (2012), define o documento fotográfico como uma fonte pautada em duas realidades, sendo: a realidade interior, chamada de primeira realidade, compreendida como o tempo da criação; e realidade exterior, ou segunda realidade, na qual o autor localiza o tempo da representação – ou ainda, a realidade do documento. No caso da primeira realidade, Boris Kossoy propõe realizar uma "dupla arqueologia do documento fotográfico" (Kossoy, 2012, p. 80), pautada na análise técnica em articulação com a análise iconográfica, a fim de analisar as informações acerca da "determinação do assunto, fotógrafo e tecnologia (os elementos constitutivos) que deram origem a uma fotografia no preciso espaço e tempo (as coordenadas de situação)" (Kossoy, 2012, p. 81).

10. A Era Vargas, isto é, o período no qual Getúlio Vargas governou o Brasil, vivenciou entre os anos de 1937-1945 o chamado Estado Novo. Esse período é caracterizado como a fase ditatorial de Vargas no poder, pois, inspirado em regimes autoritários em voga na Europa, concentrou o poder nas mãos do presidente, extingui partidos políticos de oposição, delegou cargos e funções públicas e de finalização à aliados, criou órgãos de censura e perseguição política a opositores.

ponsável por promover a figura do presidente Getúlio Vargas e ressaltar sua importância para o progresso do país.

Ponta Grossa não ficou alheia a este debate, a cidade que em fins do século XIX e início do século XX, com a chegada da ferrovia, passou por uma transformação profunda de suas estruturas políticas e administrativas, vivenciou na década de 1930 uma efervescência política e urbana e sua elite política aliada às estruturas do governo federal fez uso dos mesmos recursos para se autopromover (Barbosa, 2020).

Nesse cenário, o objetivo do álbum era ressaltar a administração da cidade. Conforme destacou Zita Possamai, os álbuns produzidos pela iniciativa governamental com vistas à visualidade da cidade, configuram-se como "veículos de imaginários sociais urbanos por pretenderem apresentar uma seleção de fotografias que representam uma síntese da cidade" (Possamai, 2005, p. 255). Ademais, o álbum de fotografias foi aqui compreendido pela perspectiva da fotografia pública, uma vez que, foi o "suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico uma versão dos acontecimentos" (Mauad, 2013, p. 13).

Sobre a equipe editorial do álbum, a organização ficou sob os cuidados de Adar de Oliveira e Silva, os retratos foram produzidos por Ewald Weiss e o arranjo artístico feito por Octavio Guimarães. A tiragem do álbum ficou a cargo da Impressora Paranaense, mas não conseguimos informações acerca dos números de exemplares e circulação. Quanto à composição do álbum, sua capa traz o nome da cidade com uma grafia rebuscada e o uso de arabescos, bem ao gosto da época, soma-se ainda uma imagem que representa os contornos da cidade (Figura 1).

Folhando o álbum, em sua abertura, encontramos poemas que exaltam a cidade e foram escritos por Quintiliano Pedroso,[11] Generoso Borges[12]

11. Poucas informações encontramos sobre esse personagem, mas sabemos que foi um poeta que viveu no Paraná e aqui produziu inúmeros poemas entre as décadas de 1930-1950, além de ter publicado na revista Flâmula. Em 1937, participou da organização da Academia Paranaense de Letras (APL) fundada em 1936 (Academia Paranaense de Letras, 2016). Disponível em: https://academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/site_BIO2016-1.pdf

12. Generoso Borges (1875-1945), nasceu em Guarapuava/PR, realizou os estudos na cidade natal e migrou à Paranaguá onde tornou-se comerciante. Na cidade, foi participante ativo no confronto entre Federalistas e Maragatos, tendo se aliado a estes últimos contra ao governo federal. Após o levante, foi preso e após anistia dedicou-se a produção de poemas e crônicas em jornais e

e José Cadilhe[13] (Figura 2). Nas primeiras dezenove páginas, apresenta informações textuais sobre feriados, a história da cidade, lista de prefeitos, limites geográficos, aspectos físicos, ambientais e climáticos, quadro urbano, meios de comunicações, viação urbana, dados estatísticos, dados de obras públicas, construções urbanas, fisco, instrução pública, eleitorado, recrutamento e serviço militar, religiões, clubes, associações beneficentes, imprensa, indústria, comércio, distritos, economia, agricultura, autoridades e serviços de calçamento, limpeza pública, "embellezamento" da cidade, abrigo para menores etc. (Barbosa, 2020).

Figura 1 – Capa do Álbum

Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936.

Figura 2 – Abertura do Álbum

Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936.

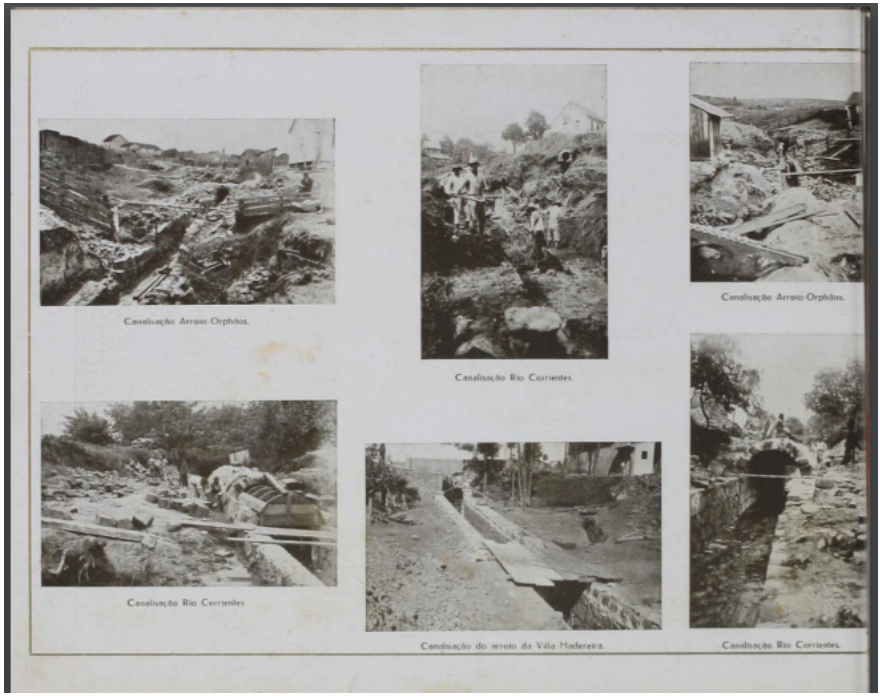
Figura 3 – Retrato de Albary Guimarães

periódicos. Participou ainda da reorganização da Guarda Nacional em 1817 (Academia Paranaense de Letras, 2016. Disponível em: https://academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/site_BIO2016-1.pdf).

13. José Cadilhe (1881-1942), nasceu em Antonina /PR, foi mestre-escola, telegrafista e agente de estação na Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina. Foi também jornalista dos jornais "*Diário dos Campos*" em Ponta Grossa e do "Diário do Comércio" em Paranaguá, além de ter sido um reconhecido poeta, comediógrafo e dramaturgo Disponível em: https://academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/site_BIO2016-1.pdf).

Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936.

Figura 4 – Imagens de Reformas Públicas



Fonte: Álbum de Ponta Grossa, 1936.

Figura 5 – Imagens de Igrejas

Fonte: Álbum de Ponta Grossa,1936.

Nas páginas iniciais e textuais do álbum foi perceptível a idealização da cidade, assim como a narrativa de uma história ponta-grossense digna de uma epopeia grega e com as influências dos bandeirantes e os jesuítas. Ao fim desse memorial descritivo sobre a cidade, a primeira fotografia do álbum é um retrato do prefeito Albary Guimarães (Figura 3), junto a este retrato há uma pequena biografia, sem autoria identificada, que narra os seus feitos e tece elogios a seu governo, comparando-o a um exemplo do verdadeiro governante.

Dado ao limite e intenção desse texto, aqui trazemos para discussão duas páginas do álbum: na Figura 4, fotografias cuja narrativa mostram as transformações e construções empreendidas na época, e a Figura 5 que apresenta fotografias de igrejas da cidade.

Poderíamos a partir dessas fotografias e da análise dos elementos descritivos inferir que Ponta Grossa da época passava por intensas transformações urbanas, melhoramentos na infraestrutura e caminhava rumo ao pro-

gresso – conforme indicam as narrativas textuais do álbum. Além do mais, as fotografias de igrejas remetem a ideia de que a cultura religiosa na cidade era fortemente cristã e católica, enfim, são narrativas acerca da cidade que este álbum "dá a ver", ou seja, que enfatizam e direcionam o olhar ao passo que seguem uma tradição memorialística.

Entretanto, nossa intenção aqui é propor uma análise historiográfica que vá além da perspectiva tradicional. Assim, mais do que o álbum apresenta, é necessário nos atentarmos para o que não foi registrado. Por exemplo, no aspecto religioso, as igrejas apresentadas são todas cristãs, com destaque as instituições católicas. Dado ao passado colonial durante mais de três séculos, o Brasil viveu sob a imposição do catolicismo como religião oficial, tendo na figura do monarca/imperador um governante também espiritual.

Contudo, conforme Rosângela Zulian & Denise Pereira (2007), sob o regime do padroado, a população brasileira constituiu-se em um catolicismo peculiar, longe do que propagado pelos documentos oficiais, para as autoras, não era um desvio do catolicismo, mas "um sistema diferente de tradução do cristianismo dentro de condições concretas da vida humana" (Zulian & Pereira, 2007, p. 79). Soma-se a este fato que com o fim do período imperial, a religião separou-se do Estado e, teoricamente, abriu espaço para a prática de diferentes crenças.

O que nos leva a indagar: Todas as igrejas que estavam na cidade na época foram representadas? Será que Ponta Grossa no século XX era apenas católica? Será que não existiam outras crenças religiosas na cidade? Por que outros lugares sagrados não foram representados? Enfim, questões que o discurso fotográfico aliado a um olhar crítico suscita.

No caso da Figura 3, cabe destacar que o início do século XX foi marcado por uma série de reformas urbanas e discursos que buscavam inserir a recém República brasileira no tão almejado padrão moderno e de urbanidade e afastar do passado colonial e precário. Entre as principais obras públicas da gestão de Albary Guimarães estão a criação da maternidade pública e do asilo noturno, a reforma do cemitério municipal, reformas na rede de água e esgoto, calçamento e ruas e iluminação pública, remodelação do emplacamento de casas e ruas (Chaves, 2001).

Entretanto, tal crescimento não ocorreu de maneira total e nem atingiu todas as classes sociais. Segundo Niltonci Chaves (2001), a partir da instalação da ferrovia em Ponta Grossa, a cidade passou por um acelerado e desordenado processo de reformas e urbanização, sendo em fins dos anos de 1930, uma das três cidades paranaenses que atingiam taxas de urbanização superior a 30%, ao mesmo tempo, grande parte dessas reformas concentravam-se no espaço do centro da cidade resultando na pouca integração com os bairros, em especial, aqueles que eram "antigas colônias de imigrantes e que originaram núcleos isolados do centro da cidade" (Chaves, 2001, p. 12).

Assim, as Figuras 3 e 4 nos levam a questionar qual a intenção relacionada a produção do álbum junto a qual história da cidade ele implica. Afinal, se o objetivo do álbum é propor uma narrativa visual sobre Ponta Grossa, por que a primeira fotografia é do prefeito Albary Guimarães? A propósito, o retrato dele foi o maior de todo o álbum. Soma-se a isso o fato de que o álbum é uma narrativa de feitos administrativos de sua gestão (Figura 4). Diante disso, argumentamos que o álbum mais do que um quadro da sociedade ponta-grossense da época, é um álbum do prefeito que carrega uma narrativa de seu governo e nos dá indícios do campo político do período.

Isto posto, as narrativas fotográficas operam por meio da visibilidade e, também, da invisibilidade, criadoras, por sua vez, de memórias e esquecimentos (Possamai, 2005). Portanto, o álbum não é uma fonte limitada para compreensão do passado, pelo contrário, ele nos remete a ideia proposta por Jacques Le Goff (2013) do monumento/documento do passado, afinal, ao monumentalizar tais ações, isto é, ao legar um discurso à posteridade, o álbum, caindo nas tramas da historiografia, torna-se um documento potencial para pensar a cidade (Barbosa, 2020).

Considerações finais

Quando me foi proposta a escrita deste texto, a ideia era que ele fosse uma forma de divulgar ao público amplo – especialmente o escolar – o resultado de pesquisas acadêmicas. Tendo em vista minhas investigações sobre a interlocução entre fotografia e história, surgiu a questão: Como as fotogra-

fias podem ser utilizadas em sala de aula para a problematização da história ponta-grossense, sem cair no uso meramente ilustrativo e/ou como reforço de tradicionalismos? Responder a essa questão foi o objetivo deste texto.

Para respondê-la, delineamos alguns pontos sobre a invenção da fotografia e, em seguida, pontuamos o uso da fotografia pela historiografia contemporânea. Propomos, então, um método de análise fotográfica que não tem por objetivo estabelecer preceitos ou uma receita de estudo (Apêndice A), mas sim ser um modelo e oferecer caminhos iniciais no campo da iconografia e iconologia, conforme proposto por Boris Kossoy.

Como exemplo prático, analisamos o *Álbum de Ponta Grossa*, publicado em 1936, com o objetivo de subsidiar a construção de uma proposta metodológica. De acordo com Zita Possamai (2005), no século XX, os álbuns fotográficos foram utilizados por governos para promover discursos visuais sobre as cidades, para isso, tanto as fotografias quanto a sua narrativa eram construídas a fim de influenciar a opinião pública e perpetuar uma história da cidade. Assim, considerando as particularidades de um álbum fotográfico de caráter governamental, destacamos que, enquanto fonte histórica, ele oferece indícios da cultura política da época e constrói uma visão específica sobre determinados sujeitos da história de Ponta Grossa, ao passo que, simultaneamente, invisibiliza outros grupos e indivíduos.

Dessa forma, argumentamos que o estudo das fotografias para a aprendizagem histórica deve estar pautado no exercício de um olhar crítico à fonte histórica, olhar este possível sob a mediação de leituras e referenciais que ampliem a visão de mundo e que não limitem a fotografia a ilustração da realidade. Além disso, é necessário, lembra Michel de Certeau (1979), que a historiografia é uma ciência que se estrutura a partir da combinação entre o lugar social do historiador, as práticas científicas e a construção de uma narrativa historiográfica, e não pautada em opiniões/visões superficiais.

Por fim, frente ao avanço da imagem digital e das fotografias geradas por inteligência artificial (IA) propagadas pelas redes sociais, torna-se urgente a formação de um olhar que questione as intenções sociais por trás dessas imagens, suas relações de poder e a maneira como constroem realidades. Afinal, nas palavras de Paulo Freire (2002), o ser humano é "programado para aprender" e, portanto, para ensinar, conhecer e intervir no mundo,

sendo o objetivo da prática educativa o desenvolvimento da autonomia dos educandos e educandas.

Fontes

PONTA GROSSA. **Álbum de Ponta Grossa**, Impressora Paranaense, 1936. Disponível em: http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/1492

REFERENCIAIS CURRICULARES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretaria Municipal de Educação. – Ponta Grossa - PR, 1ª edição, 2020. 552 p. Disponível em: https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Referenciais-curriculares-para-os-anos-iniciais-do-Ensino-Fundamental-1.pdf

Referências

BARBOSA, A. F. O Álbum de Ponta Grossa (1936): representações visuais da cidade. **Temporalidades**, v. 12, n. 1, p. 394-412, 2020.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História, Novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada:** discursos e representações sociais no jornal" Diário dos Campos" na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. Belo Horizonte: Ateliê Editorial, 2012.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In.: **História e Memória**, 7ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MAUAD, A. M. Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 2, n. 2, 2013.

POSSAMAI, Z. R. **Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos** - Porto Alegre, décadas de 1920-1930, 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TURAZZI, M. I.; PINTO, J. P. **Ensino de História: diálogos com a literatura e a fotografia**. 1 ed. São Paulo: Editora Modera, 2012.

ZULIAN, R.; PEREIRA, D. Ponta Grossa: rumo aos pressupostos da romanização. **Revista de História Regional**, v. 11, n. 2, 2007.

Apêndice – Proposta de Roteiro de Análise

ELEMENTOS DESCRITIVOS				
Registro/Fotografia	Data	Local	Fotógrafo/Autoria	Fonte
ELEMENTOS ICÔNICOS				
Temáticas identificadas				
Recursos estéticos e icônicos utilizados				
Comparação com outras fontes (imagens, fotografias, jornais etc.)				

Elaborada pela autora (2024)

3

Representações sobre os (as) professores (as) no jornal *Diário dos Campos* (1932-1950): o magistério como missão e a desvalorização docente[1]

Floriano, Jaine dos Santos

Introdução

A desvalorização docente é um dos principais problemas da educação em nosso país.. Mas esse não é um problema recente, visto que possui raízes históricas. Uma das formas de desvalorização docente ocorre por meio do ideário propagado historicamente de que, para ser professor, é necessário ter vocação, sendo o magistério uma missão de vida. Esse discurso oculta o fato de que o magistério é uma profissão, e como tal, requer formação, uma boa remuneração e condições adequadas de trabalho.

Uma das principais maneiras utilizadas para se propagar esse ideário nacionalmente é pela utilização da imprensa escrita, que apresenta aos seus leitores diferentes representações sobre o(a) professore(a) e seu papel na sociedade. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é analisar as representações[2]

1. Este capítulo faz parte da pesquisa desenvolvida pela autora em sua dissertação de mestrado: *"Não Me Interessa Mais Esta Profissão": r*epresentações dos Professores No Jornal *Diário dos Campos* (1932-1950) (FLORIANO, 2019). Para aprofundamento do tema, ver o trabalho na íntegra.

2. Utilizamos o conceito de representação definido por Chartier (1990; 2002; 2011). De acordo o autor, as representações possuem uma dimensão reflexiva, e é por elas que os indivíduos dão sentido ao seu mundo, assim não existe prática ou estrutura que não seja produzida por elas. Isso influencia na construção da identidade de cada sujeito. As representações são sempre definidas pelos grupos sociais que as tecem. Por isso, é necessário estar sempre atento e relacionando os discursos com seus interlocutores. Entendemos que o historiador, como estudioso do passado, não tem acesso

sobre os(as) professores(as) veiculadas pelo jornal *Diário dos Campos*, na primeira metade do século XX, dando ênfase à ideia do magistério como missão e sua relação com a desvalorização docente.

O *Diário dos Campos* é um jornal ponta-grossense, que tem origem no início do século XX[3] e que circula na cidade até os dias atuais. Este era um jornal influente na cidade durante o período analisado, sendo durante muitos anos o único jornal a circularno município.[4] Ainda é preciso considerar que na temporalidade estudada o jornal era um dos principais meios de comunicação. Dentre inúmeros temas abordados pelo jornal encontram-se matérias sobre o magistério, que trazem diferentes representações sobre os (as) professores (as). Os discursos veiculados delineados sobre professores(as) incidiam no modo como estes eram vistos pela sociedade e serviam como modelos de normatização de condutas sociais.

Optamos pelo trabalho com a imprensa porque entendemos que é possível compreender o modo de vida em um determinado contexto pelos registros da vida cotidiana em jornais, tanto sobre sujeitos anônimos quanto ilustres (Capelato, 1988). Dessa forma, o estudo do jornal nos ajuda a compreender discursos sobre os (as) professores (as), durante as décadas de 1930 a 1950, na cidade de Ponta Grossa/PR. Nesse período, o jornal era composto de quatro a oito páginas, sendo que a primeira página, geralmente, era destinada à política e à economia, enquanto assuntos como a educação tinham pouca visibilidade, consistindo em pequenas notas.

As reportagens sobre os (as) professores (as) consistiam em modelos variados, como cartas, entrevistas e matérias diversas com temas relacionados à missão, vocação, formação, condições de trabalho e remuneração docente. Durante o período analisado, não houve colunas específicas sobre os

ao acontecido, mas às representações do que ocorreu, por meio de suas fontes.

3. Em 1904, sob a direção de Aldo Silva, surge o jornal "O Comércio", que por não conseguir apoio político e patrocinadores, foi vendido a Jacob Holzmann em 1907, que renomeou o jornal como "O Progresso". O Progresso continuou circulando até fins de 1912, quando passou a ser denominado *Diário dos Campos*. O jornal pertenceu a diferentes proprietários, sendo que no período delimitado para este estudo (1930-1950), seu proprietário e editor era Juca Hoffmann, jornalista e político pontagrossense.

4. Para maiores informações sobre a origem do jornal, ver o capítulo "Jacob Holzmann: um intelectual mediador no interior do Brasil nas primeiras décadas do século XX" (GARCIA; CORDOVA, 2021).

(as) professores(as) ou escritas por eles (as) que se mantivesse muito tempo no jornal, por isso, a maioria das matérias referem-se a notas únicas e sem continuidade. Além disso, essas matérias dificilmente encontravam-se na primeira página no jornal, o que nos leva a questionar a importância e visibilidade que era dada à educação.

Dentre as diversas representações sobre os(as) professores(as) que perpassavam o jornal, uma das principais e mais recorrentes era a ideia do magistério como missão e vocação. Em diversas matérias, os(as) professores(as) eram comparados com figuras religiosas, como é possível observar namatéria publicada em 1936: "A missão do educador perante a sociedade é em tudo igual à missão do sacerdote perante a igreja"; e, ainda, "um serviço da pátria, outro a serviço da religião, ambos a serviço de Deus, quando desempenham com consciência e com alma a sua sagrada missão" (*Diários dos Campos*, ed. 8075 31 out. 1936).

Historicamente, a profissionalização do magistério desenvolveu-se tanto pela formação técnico-profissional, quanto "pelas preocupações da Igreja e suas corporações em incentivar a atividade docente como vocação" (Grassi, 2003, p. 118). Em relação à essa ideia de missão e vocação, Altino Filho (2007) aponta que a construção da imagem do professor vocacionado foi criada com o objetivo de minimizar a importância de ganhos materiais, como uma remuneração digna, visto que o professor deveria desempenhar suas funções com amor e devoção missionária, tendo seu trabalho reconhecido por Deus e pela sociedade, mas sem esperar retornos financeiros.

Esse é um discurso propagado, inclusive, pelos governantes do período estudado (décadas de 1930 a 1950), conforme pode ser observado no discurso de Gustavo Capanema, então ministro da educação e saúde, publicado no Diário: "[...] é mister não esquecer o sábio conselho do Ministro Capanema,[5] num dos seus últimos discursos: o professor consciencioso falsea a sua missão – que é um sacerdócio e não um meio de ganhar a vida" (*Diário dos Campos*, ed. 10.978, 7 jan. 1942).[6] Pode-se questionar qual a inten-

5. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde de 1934 a 1945, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi o 2º ministro da educação do país, sucedendo Francisco Campos, sendo o seu mandato o mais longo da história do Brasil até os dias atuais.

6. Neste trabalho, optamos pela transcrição literal das notícias do jornal.

ção desse discurso, especialmente sendo proferido pelo ministro da educação. Tal frase revela muito do ideário da época e de qual representação do magistério era propagada, visto que a docência mais do que uma profissão, que exige formação e remuneração adequada, era comparada ao sacerdócio. Dessa forma, tal argumentação pode ser usada para justificar os baixos salários que eram recebidos pelos (as) professores (as), bem como o atraso de seus pagamentos, uma vez que o magistério era visto mais como uma missão do que como uma profissão.

Segundo Nóvoa (2002), desde o século XIX, vai se consolidando uma imagem do professor fortemente relacionada ao sacerdócio, salientando qualidades como humildade e obediência. Nesse sentido, não cabe ao professor questionar ou se rebelar contra os baixos salários e condições precárias de trabalho, mas, sim, desempenhar sua função por amor e dedicação, visto que se trata de sua missão. Vale ressaltar que, na temporalidade analisada nesta pesquisa, ainda não tinha ocorrido greve no Brasil do magistério, sendo que esse discurso de vocação e missão pode ter contribuído para isso. Esse ideário de trabalhar por amor pode ser observado, inclusive, em uma das matérias veiculadas pelo jornal:

> Seja no magistério primário, secundário ou superior, - o seu perfil deve ser o mesmo; e igual é a responsabilidade que lhe outorga a pátria. Tanto a jovem professora como o velho catedrático, ambos em graus diversos de ensino, representam o mesmo papel e o mesmo destino; a Pátria, de ambos espera os mesmos deveres e os mesmo sacrifícios, a mesma paciência e o mesmo amor (*Diário dos Campos,* ed. 11.888, 6 out. 1943).

Essa ideia de missão se relaciona, portanto, tanto com o ideário religioso quanto com o ideário republicano. Nesse sentido, as representações dos(as) professores(as) no *Diário dos Campos*, foram perpassadas por questões de cunho cívico, moral e patriótico, como mostra uma matéria publicada em 1942, que defendia que a classe dos(as) professores(as) exercia uma "influência decisiva nos destinos da nacionalidade" (*Diário Dos Campos*, 6 out. 1942 ed. 11.100), sendo os (as) professores(as) vistos(as) como "missionários do civismo". Essa ideologia perpassava os fundamentos da Escola Normal, por meio de um discurso de que os (as) professores(as) deveriam ser formados

nos âmbitos moral, intelectual e prático, sendo que a profissão deveria ser entendida como uma missão.

De acordo com Souza (2009), desde o início da república, o magistério primário foi chamado a servir à pátria como se esta fosse a sua missão. Assim, a profissionalização do magistério esteve aliada ao sentimento de civismo como forma de dignificar e valorizar a docência, e serviu como justificativa do trabalho mal remunerado ao mesmo tempo em que era socialmente importante. É ainda com este ideário que se publica a seguinte matéria, em 1942, defendendo que a docência era um "mister cheio de sacrifícios e de incompreensões" e que "requer de seus apóstolos um elevado espírito de abnegação" (*Diário dos Campos*, ed. 11.100, 6 out. 1942). Quando se fala em sacrifício e abnegação, novamente defende-se a ideia de que o professor deveria se doar por amor à sua profissão, mesmo que se trate de uma profissão difícil e com poucos retornos financeiros.

Caberia então ao professor se dedicar e se esforçar para dar o melhor de si, mesmo que não tenha condições de trabalho adequadas, propiciadas pelo Estado: "A responsabilidade que pesa sobre o educador mormente em nossos dias, é de exigir dele o máximo do esforço pessoal" (*Diário dos Campos*, ed. 11.888, 6 out. 1943). Coloca-se, ainda, que esta é uma profissão que exige muito do professor, e por isso, este deve ser esforçado, o que é um demonstrativo da ideia de meritocracia e desresponsabilização do Estado frente à educação.

Em anos posteriores, o *Diário dos Campos* continua a destacar o magistério como uma vocação, semelhante ao sacerdócio. Nessa esteira do pensamento, o professor não se torna professor por uma escolha, pois já nasce destinado a cumprir tal tarefa, apesar de destacar que é necessário o aprofundamento da cultura para o desenvolvimento da profissão:

> Hoje em dia, ninguém mais duvida da vocacionalidade de certas profissões, entre as quais se destaca de uma maneira extraordinária o magistério. É possível improvisar-se um médico, um advogado, um engenheiro, mas um sacerdote ou um professor nunca. Para êsses dois misteres, urge vocação: a criatura já nasce fadada ao exercício de uma delas. E o mais interessante é que o sacerdócio pode ser exercitado quase que tão somente com maior dose das qualidades de coração, dos sentimentos, ao passo que para o magistério não

> é suficiente o respectivo pendor, e prementemente necessário cultura paralela (*Diário dos Campos*, ed. 15.428, 12 jun. 1949).

O discurso sobre missão e vocação que perpassam as matérias do jornal nas décadas de 1930 e 1940 ainda podem ser observadas nos discursos atuais sobre a educação, visto que se trata de um ideário difundido historicamente. Nesse contexto, Arroyo (2000) aponta que é difícil apagar esse traço vocacional, de serviço e de ideal, que perpassa a figura do professor, tão colado à ideia de amor, dedicação e profecia. Isso porque essas representações sociais sobre o que é ser professor foram configuradas culturalmente,[7] sendo difícil de se modificar no imaginário social. Esse ideário tira do foco, portanto, questões como remuneração docente e condições de trabalho, que eram sérios problemas enfrentados nesse contexto, conforme pode ser constatado em diferentes matérias publicadas, e que refletiam a desvalorização docente.

Dentre os problemas enfrentados estavam a falta de recursos financeiros, o desvio de verbas para a educação, o atraso no pagamento dos (as) professores (as), a baixa remuneração, e ainda, a busca dos(as) professores(as) por outras profissões, conforme pode se observar a seguir: "O Sr. Affonso Camargo quando governo, não trepidou em desviar a verba paga pelo governo da União, aos (as) professores (as) federaes, que há três annos não percebem os seus minguados vencimentos" (*Diário dos Campos*, ed. 5756, 6 mar. 1932). Destaca-se nesta notícia a denúncia sobre o desvio de verbas pelos governantes e o baixo salário recebido pelos (as) professores (as) nesse período. Essa mesma reclamação aparece na carta enviada por uma professora ao jornal, no mesmo ano:

> Illmo. Snr. Diario dos Campos
>
> Cordiais saudações
>
> Sendo assídua leitora de vosso conceituado jornal, e muito apreciando a maneira desassombrada com que defende as classes oprimidas, venho lembrar-vos (caso V. S. ache oportuna ocasião) que o governo está proclamando por todos os jornaes que, presentemente não ha funcionario com vencimentos atrazados etc. No entanto os professores federaes não recebem um vintém

7. Utilizamos como embasamento teórico a História Cultural, que parte do pressuposto de que a cultura, em conjunto com a economia e a política, rege o modo de ser e de viver das pessoas em sociedade.

> há muitos Mêses. Si o governo federal comprometeu-se em auxiliar o Paraná, criando uma verba para custear professores, é justo que cumpra a promessa. Os professores federaes executam o programa oficial, trabalham por tanto como os outros, recebem visitas dos inspetores do ensino e sofre a mesma punição em casa de falta. Porque então podem, trabalhando assim, esperar a remuneração por tempo indeterminado? Acaso o comercio é obrigado a sustenta-los? Ou então esses professores trabalham porque gostam de trabalhar? Como essa pobre classe não tem padrinhos, é necessário que algum espírito filantropico se manifeste a favor. Creio que bastará um apelo ao nosso interventor, para que ele prontamente providencie. Esperando que V. S. dirá algo sobre isto, pelas colunas do vosso simpathico jornal, agradeço imensamente. Uma professora federal16 (*Diário dos Campos*, ed. 5923, 4 set. 1932).

Esta carta evidencia como os(as) professores(as) públicos (as) sofriam com o atraso nos vencimentos, tendo problemas para receber há alguns meses. Dessa forma, nota-se que os(as) professores(as) eram submetidos ao jogo de interesses políticos e privilégios de interferência política (Souza, 1998). A reclamação dessa professora federal demonstrou que as cobranças e pressões no trabalho continuavam sendo feitas pelos inspetores, mesmo com os salários atrasados. Nesse contexto, podemos nos questionar como o magistério poderia ser uma profissão atraente, se os salários eram baixos, constantemente atrasavam e os(as) professores(as) ainda sofriam com diversos tipos de cobranças. Em outra matéria é noticiado o aumento do vencimento dos(as) professores(as), ao mesmo tempo que apresenta a situação econômica em que estes viviam:

> Aluizio França, com aquele bom humor que todos lhe conhecem, affirma que o aumento não há de ser grande coisa: mas, com certeza – diz elle, - dá para o professor comer mais do que três vezes por semana... Já era tempo de se olhar um pouco pela melhoria dessa benemérita e grande classe, cujos vencimentos nem pagava a pena de se confrontar com o dos membros menos graduados de outras classes. Emfim, que o benemérito governador Sr. Manoel Ribas mande pôr em execução a nova tabella, é o que sinceramente desejamos (*Diário dos Campos*, ed. 6680, 10 mai. 1935).

Note-se a referência à alimentação dos(as) professores(as), que mostra como o salário era baixo e as autoridades governamentais estavam bem es-

clarecidas sobre esta questão. Há aqui uma dicotomia entre o discurso de que os(as) professores(as) eram valorizados socialmente e a realidade dos salários recebidos. Nesse sentido de comparar o magistério com outras profissões, na matéria do dia 27 de maio de 1935, o Diário publica que "depois dos carteiros e dos estafetas dos telegraphos, a classe dos funccionarios poblicos peior remunerada no Brasil é a dos professores primários" (*Diário dos Campos*, ed. 6684, 27 mai. 1935). A mesma matéria ainda pontua que esta era a classe mais injustiçada pelos governos, ganhando no país todo uma miséria.

Destacamos a contradição presente nas matérias: a figura do professor é sempre cheia de elogios e, de acordo com o Diário, poderia até mesmo ser um trabalho rendoso e próspero, mas, ao mesmo tempo essa valorização não correspondia às condições de trabalho e de remuneração, conforme teor desta matéria:

> É uma vida sublime, a vida do professor e que, por isso mesmo, toca ás raras ca [sic] perfeição. Quem ingressa no magistério sabe, de antemão, que não irá ali usufruir pingues vantagens de ordem material. O caminho se lhe afigura, num horizonte límpido, cheio de percalços e desilusões. E no entanto ai temos as nossas escolas formadoras de professores a fornecerem todo ano, novos sacerdotes para o evangelho do conhecimento. Qual missão pode existir na terra mais útil e nobre do que a do professor? Nenhuma lhe sobrexcede em méritos! (*Diário dos Campos*, ed. 11.100, 6 out. 1942).

A matéria, ao mesmo tempo em defende que a vida do professor é sublime e cheia de méritos, já aponta que se trata de uma carreira cheia de desilusões. Quais méritos e que tipo de vida sublime poderia ter um professor se este não recebe um salário adequado, e, por vezes, nem recebe? Aparece novamente o discurso do magistério como missão e a comparação com o sacerdócio, defendendo-a como um ato de entrega e doação, sendo que a nobreza do ato de educar deveria compensar os problemas de ordem material. Dessa maneira, esse discurso de doação tende a tentar legitimar um tipo de identidade docente por meio dos imaginários sociais.

Por meio da análise das representações sobre professores veiculadas pelo *Diário dos Campos,* é possível perceber que essa aparente valorização docente se tratava de um mito, pois o discurso não era acompanhado de me-

lhorias salariais e nem de condições de trabalho. Diferentes matérias traziam críticas ao governo, retratando a insatisfação dos (as) professores (as) devido aos baixos salários e atrasos nos pagamentos, o que levava muitos docentes a procurarem outras profissões, seja para mudar de emprego ou complementar sua renda.

O Diário publicou, em 1947, uma reportagem, com entrevistas realizadas com vários professores relatando sobre suas outras ocupações profissionais, como alfaiate, guarda-livros e corretor de praça. É interessante destacar que, embora já houvesse um processo de feminização do magistério nesse período, sendo que as mulheres eram a maioria nos quadros docentes do país, nesta entrevista foram publicadas apenas os relatos de professores homens. Isso demonstra como as representações também eram perpassadas por questões de gênero. Dessa forma, se de um modo geral, os professores tinham pouca visibilidade no jornal, as professoras mulheres sofriam com um silenciamento ainda maior.

Nessa reportagem, o primeiro professor entrevistado relatou que nas horas vagas exercia o ofício de alfaiate, pois "a situação econômica dos que vivem exclusivamente do magistério primário é lastimável. Com os vencimentos que percebemos mal podemos manter a família e solver os compromissos que assumimos" (*Diário dos Campos*, ed. 13.116, 22 jun. 1947). Em sua entrevista, ainda apontou que não fazia questão que o chamassem de professor, mas sim de alfaiate. Pode-se constatar por este depoimento que a condição de vida de um professor era tão precária que chegava a ser vergonhoso ser conhecido como tal, sendo que uma profissão como a de alfaiate era mais rentosa que o magistério.

Outro caso apresentado pela mesma reportagem era do professor Ireno Marques, que dava aula apenas nas horas vagas e que, na maior parte do tempo, exercia a profissão de marceneiro, dedicando-se quase que exclusivamente a este ofício. Ele referia-se à condição dos(as) professores(as) da seguinte forma: "a situação para quem vive do ensino é bem desagradável pela baixa remuneração que os professores percebem". E ainda destacou: "para o ensino, o prejuizo é grande, pois se observa verdadeira deserção pelos elementos de inegavel capacidade que se voltam para profissões mais compensadoras" (*Diário dos Campos*, ed. 13.116, 22 jun. 1947). Em seu relato

fica evidente como a falta de valorização profissional leva bons professores a procurarem outras profissões e abandonar o magistério, dessa forma, a qualidade da educação está diretamente vinculada à valorização docente.

Por fim, é apresentado o caso de um professor que atuava como corretor de praça, e estava se preparando para abandonar o magistério e se tornar contador. Na matéria, ele explicou seu afastamento do magistério dizendo que "é digna de lastima a situação economica do professor primario em nosso Estado. Não me interessa mais essa profissão. Envergonho-me de pertencer a essa classe" (*Diário dos Campos*, ed. 13.116, 22 jun. 1947). Essa fala se contrapõe ao discurso de prestígio social do magistério e demonstra a vergonha que alguns professores tinham de pertencer ao magistério, dadas as condições precárias de trabalho.

À guisa de conclusão, pode-se perceber nas matérias do Diário diferentes tipos de representações sobre os(as) professores(as), até mesmo porque o jornal deu visibilidade a diferentes interlocutores. Todavia, foi possível observar que existia um discurso de valorização social dos (as) professores (as) e de seu esforço, reforçado pela ideia de missão e vocação. Nesse sentido, o magistério deveria ser um ato de amor e doação. Esse ideário se contrapunha e servia para encobrir as reclamações feitas pelos próprios (as) professores (as) que denunciavam suas condições de trabalho, as interferências políticas, os atrasos em seus vencimentos e sua baixa remuneração.

Dessa forma, para compensar os problemas da profissão, perpassava na sociedade um discurso, que era reforçado pela imprensa, de que deveria haver por parte dos(as) professores(as) amor pela profissão e um espírito de abnegação e sacrifício. Nesse sentido, a ideia de missão e vocação era utilizada para amenizar os problemas da desvalorização docente, como baixos salários, a fim de garantir que o professores se mantivessem na profissão, mesmo obtendo pouco retorno financeiro e enfrentando difíceis condições de trabalho.

Com base na análise das representações dos(as) professores (as) no jornal *Diário dos Campos*, foi possível constatar que a desvalorização docente se constituiu num processo histórico que já se apresentava no início do século XX. A ideia de missão e vocação para o magistério tinha destaque nos discursos sobre os(as) professores(as), sendo esta considerada uma atividade

de "amor e doação", o que demonstra o quanto ainda estava distante a ideia de profissionalização do magistério. Esse traço histórico e cultural ainda perpassa a concepção de profissão docente que temos hoje e, contribui com a desvalorização docente nos dias atuais.

Fontes

DIA DO PROFESSOR. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 6 out. 1943. Ed. 11888.

ESCOLA E PÁTRIA. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 31 out. 1936. Ed. 8075.

HANEIKO, V. A educação e o mestre. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 7 jan. 1942. Ed. 10978.

MAGISTÉRIO PRIMÁRIO. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 22 jun. 1947. Ed. 13116.

O DIA DO PROFESSOR. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 6 out. 1942. Ed. 11100.

O PROFESSORADO e o Sr. Manoel Ribas. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 6 mar. 1932. Ed. 5756.

O REAJUSTAMENTO dos vencimentos dos professores paranaenses. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 10 mai. 1935. Ed. 6680.

OS PROFESSORES federaes continuam em lamentável traso de vencimentos. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 4 set. 1932. Ed. 5923.

QUANTO ganha um professor. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 27 mai. 1935. Ed. 6684.

SANTOS, M. L. O magistério não é sinecura. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa. 12 jun. 1949. Ed. 15428.

Referências

ALTINO FILHO, H. V. et al. Magistério: ofício ou sacerdócio? **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v. 19, n. 1, jan./jun., 2017.

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFGRS, 2002.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

FLORIANO, J. S. "Não me interessa mais esta profissão": representações dos professores no jornal **Diário dos Campos** (1932-1950). 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

GARCIA, A. F. B.; CORDOVA, M. J. W. Jacob Holzmann: um intelectual mediador no interior do Brasil nas primeiras décadas do século XX. *In*: CAMPOS, N.; MONTANER, G. G. **Os intelectuais em contextos nacionais e internacionais** (orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021, p. 122-146.

GRASSI, T. M. **As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2003.

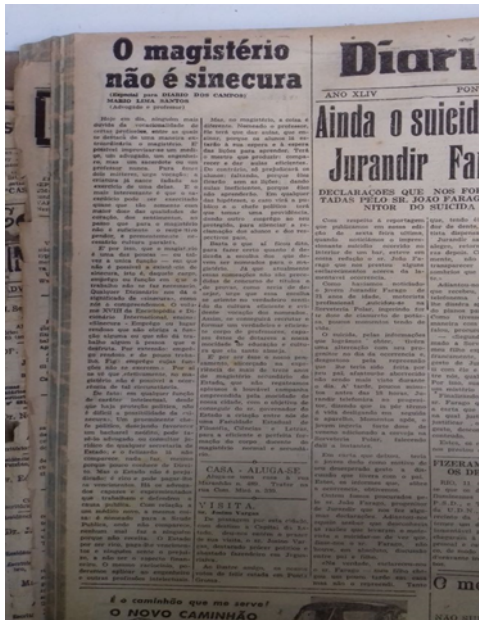
NÓVOA, A. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. *In*: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a História da Educação, São Paulo: Escrituras, 2002.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, 302 p.

SOUZA, R. F. **Alicerces da Pátria**: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009, 407 p.

Anexos:

Figura 1 – "O magistério não é sinecura"


O magistério não é sinecura

Diari

ANO XLIV

Ainda o suicid

Jurandir Fa

DECLARAÇÕES QUE NOS FO
TADAS PELO SR. JOÃO FARAG
NITOR DO SUICIDA

CASA - ALUGA-SE

VISITA.

É o caminhão que me serve!
O NOVO CAMINHÃO

Fonte: *Jornal Diário dos Campos*, 1949.

Figura 2 – "Quanto ganha um professor"

Quanto ganha um professor

Iniciativas promissoras de estabelecimento rural

A Fazenda Brasil Pinheiro Machado

V. S. deseja um bom serviço em obras de folhas e banheiros?

procure o

Gravina

Rua Balduino Taques, 56

Romano

Fonte: *Jornal Diário dos Campos*, 1935

4

Jacob Holzmann e a dinâmica cultural de Ponta Grossa: um estudo de mediação nas primeiras décadas do século XX

Garcia, Ana Flávia Barboza

A proposta de escrever um livro sobre a história de Ponta Grossa vai além das narrativas usuais sobre a trajetória da cidade. Este projeto busca destacar aspectos menos investigados da história local. Neste sentido, o presente capítulo enfoca uma figura que, embora tenha atuado nos bastidores da história da cidade, raramente é mencionada nessas narrativas: Jacob Holzmann, músico, empresário cinematográfico e fundador do primeiro jornal de Ponta Grossa.

Apesar de ser conhecido como o "fundador da imprensa de Ponta Grossa" (Pilotto, 1973), sua contribuição foi, por muito tempo, negligenciada nos livros de história da cidade. Visto isso, buscamos compreender as dinâmicas culturais presentes em Ponta Grossa no início do século XX, por meio da mediação exercida por este intelectual. Este estudo também deriva de nossa monografia intitulada "Trajetória de Jacob Holzmann: mediação cultural em Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX" (2019). Filho de imigrantes russo-alemães, Jacob Holzmann foi uma figura significativa na história cultural de Ponta Grossa. Sob sua influência, surgiram importantes instrumentos de mediação cultural, como o jornal *O Progresso*, a Banda Lyra dos Campos e o Cine Teatro Renascença, que serviram como espaços e veículos de socialização para a comunidade.

É importante considerar que a perspectiva de intelectual aqui apresentada é a de intelectual mediador. Ressalta-se que o conceito de mediação

cultural tem sido objeto de amplo debate historiográfico ao longo do século XX, oferecendo diversas perspectivas para o estudo de intelectuais e história intelectual. Gomes e Hansen (2016) discutem possíveis delimitações ao examinar práticas culturais e políticas de intelectuais mediadores, enfatizando que sociabilidades e contextos de produção são essenciais para entender as trajetórias desses mediadores culturais. A história cultural, nesse sentido, concentra-se nos processos socioculturais de produção e transformação de significados pelos diversos sujeitos históricos, exigindo uma compreensão das dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por experiências impulsionadas pela modernidade, que redesenharam culturalmente as sociedades. Inovações tecnológicas, como ferrovias, imprensa e cinema, tornaram-se parte do cotidiano, alterando e estabelecendo padrões de convivência e interação social. Esse período também testemunhou a construção de identidade e subjetividade por meio da participação em diversos mundos sociais e níveis de realidade, refletindo um trânsito entre esferas culturais e papéis sociais dentro de uma mesma sociedade diferenciada.

Com base nessas considerações, nosso objetivo é explorar o papel de Jacob Holzmann e suas iniciativas culturais, influenciadas pelas mudanças nas perspectivas sociais. Essa mediação foi articulada principalmente pela banda, pelo cinema e pelo jornal em uma cidade do sul do Brasil, em um contexto de modernização e interações sociais únicas.

A temporalidade delimitada para este estudo inicia a partir do nascimento de Jacob Holzmann, em 14 de março de 1875, em Saratov, Rússia, pertencente à comunidade dos russos-alemães, mais tarde chamados de alemães do Volga. No final do século XIX, esse grupo enfrentou dificuldades devido ao nacionalismo crescente nas terras eslavas, resultando em um êxodo para a América. Ao mesmo tempo, o Brasil, sob pressão internacional pela abolição do tráfico e do trabalho escravo, passava por mudanças significativas em sua economia e agricultura. Convidados pelo Imperador D. Pedro II, muitos russos-alemães imigraram para a Província do Paraná para ocupar[1] terras nos Campos Gerais.

1. É importante destacar questões que a historiografia tradicional muitas vezes ignora, mas que a revisão historiográfica atual busca evidenciar. Pesquisas recentes mostram que as terras desti-

Entre o final de 1878 e 1879, cerca de 2381 russos-alemães chegaram ao município de Ponta Grossa, distribuídos entre diferentes núcleos da região, conforme as diretrizes do ministro da agricultura da época, Jesuíno Marcondes (Pinto; Gonçalves, 1983). No entanto, as terras cedidas pelo governo imperial revelaram-se inférteis para o cultivo do trigo, principal atividade dos imigrantes. Isso resultou em conflitos com os habitantes locais e em fracassadas tentativas de sustento por meio da agricultura.

Diante dessas dificuldades, muitos russos-alemães, incluindo a família Holzmann, buscaram alternativas viajando para outros países. Após uma breve passagem pela Argentina, retornaram ao Brasil e se estabeleceram no núcleo urbano de Ponta Grossa. A vivência de Jacob Holzmann em diferentes ambientes culturais e suas experiências marcadas por viagens influenciaram significativamente sua vida e adaptação à nova realidade.

Instalados no centro da cidade, a família iniciou uma modesta atividade agrícola, complementada pela produção e venda de produtos como *Sauerkraut*, pepino azedo e pão (Holzmann, 2004). A integração socioeconômica dos imigrantes na comunidade local envolveu uma variedade de ocupações, desde o estabelecimento de negócios próprios até o trabalho assalariado (Pinto; Gonçalves, 1983).

Assim ocorreu também com a família Holzmann, cujo principal ofício dos integrantes era a lida com o curtume. Jacob, diferentemente de seus irmãos, optou pelo caminho musical, negado por seu pai, Jorge Holzmann Senior. Ele, então, escolheu a alfaiataria como segunda opção, tendo Seu Silvério como mestre que, além de alfaiate, era músico, sendo um mentor que o introduziu ao mundo musical. Posteriormente, Jacob tornou-se aluno de José Vieira de Godoi, conhecido como "Nhô Juca Sapateiro", dono da sapa-

nadas aos imigrantes nunca estiveram vazias; eram territórios ocupados por grupos indígenas locais, como os Kaingang, Guarani e Xetá. Esses grupos foram expulsos e escravizados ao longo dos séculos XVIII e XIX. A pesquisadora Tatiana Takatuzi (2018), em seu artigo "Estratégias Indígenas nas regiões meridionais da capitania de São Paulo", descreve os primeiros contatos entre colonizadores portugueses e grupos indígenas nos territórios que se tornariam o Paraná. Focando na região dos Campos de Guarapuava, antes habitada pelos Kaingang, Takatuzi demonstra que a colonização desse território nunca foi pacífica, sendo marcada por práticas de resistência dos grupos indígenas. Assim, os territórios destinados aos imigrantes já haviam sido tomados de povos indígenas e estavam, naquele período, em ociosidade, sem cultivo ou colonos para trabalharem. Portanto, a imigração foi a solução que o governo imperial encontrou para "colonizar" essas terras, além de ser uma resposta à iminente abolição do trabalho escravo.

taria da cidade e músico, fundador da Banda Lyra dos Campos (Holzmann, 2004). Mais tarde, Jacob Holzmann assumiria a batuta da banda, tornando-se regente. Esta, a "menina de seus olhos", seria a base de todos os outros empreendimentos culturais que Jacob exerceria ao longo de sua trajetória.

A Banda Lyra: menina de seus olhos

Compreende-se que o projeto de mediação cultural de Jacob Holzmann teve início dentro do seu próprio grupo musical. Segundo Maia (2018), a ocupação dos integrantes da banda variava desde profissões populares, como sapateiros e gráficos, até funcionários públicos. Nota-se, assim, que ser músico não constituía uma profissão na época, mas uma ocupação cultural dentro da comunidade. Para manter o grupo, cada integrante precisava sustentar-se individualmente, além disso, a própria constituição da banda era derivada dos esforços de seus próprios integrantes, visto não haver nenhum auxílio financeiro da prefeitura ou outras instituições vinculadas ao governo (Holzmann, 2004).

Uma questão relevante que se coloca desta forma é: qual era o objetivo de participar de uma banda sem interesses econômicos diretos? Muito provavelmente, girava em torno do prestígio de ser parte de um grupo, ser aceito na comunidade e atuar nesta prática cultural. Segundo Mayol (1996, p. 40), "'prático' vem a ser aquilo que é decisivo para a identidade de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente".

Desta forma, ao integrar esse grupo, Jacob Holzmann não apenas ensinava música aos integrantes, visto que não existiam escolas próprias na época e os músicos eram autodidatas, mas também, mediava a interação entre eles e o público, estabelecendo-se como um grupo culturalmente significativo na cidade, acumulando prestígio e visibilidade.

Figura 1: Banda Lyra dos Campos – Início da década de 1920

Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Campos Gerais

Como podemos observar na Figura 1, a Banda Lyra dos Campos era formada essencialmente por instrumentos de sopro, instrumental característico das agremiações musicais da época, utilizados principalmente em eventos públicos. Além disso, a fotografia evidencia a centralidade da família Holzmann na formação e manutenção do grupo, destacando a presença de quatro de seus integrantes: Jacob Holzmann, como maestro, de pé à esquerda; Miguel Holzmann, o quarto da esquerda para a direita na segunda fila; Jorge Holzmann, o primeiro da direita para a esquerda na segunda fila; e João Holzmann, o segundo da direita para a esquerda na terceira fila. Cabe também notar, a presença de crianças na banda, as quais faziam parte da Banda Lyra Juvenil, empreendimento comandado por Jorge Holzmann. Essa participação familiar não apenas fortaleceu a coesão do grupo, mas também contribuiu para consolidar a banda como um símbolo cultural da cidade.

A atuação de Jacob Holzmann e sua banda, nesse contexto, transcende o campo musical e revela seu papel como agente de popularização cultural na comunidade. Seu trabalho o posiciona como um intelectual mediador, papel que se estende não apenas à banda, mas também a outros campos de empreendimento cultural, como o jornal e o cinema, configurando-o como

uma figura central na constituição do tecido cultural local, conforme abordam Gomes, Kodama e Fonseca:

> Entendido como um sujeito histórico que se envolve na produção cultural de bens simbólicos, sendo reconhecido por sua comunidade de pares, o intelectual, em uma acepção mais ampla, também é aquele que se volta para práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, que faz "circular" os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados, razão pela qual pode ser identificado, entre outras possibilidades, como vulgarizador ou divulgador (Gomes; Kodama; Fonseca, 2018, p. 594).

A continuidade da Banda Lyra dos Campos por tantos anos pode ser atribuída ao alcance e à visibilidade que conquistou. No seu auge, Jacob Holzmann e seu grupo realizaram apresentações por todo o Paraná, participando de eventos, concursos e festas. Conforme relatado por Holzmann (2004, p. 102), a banda chegou a se apresentar em 1905 na capital Curitiba, durante a recepção do presidente Vicente Machado, que retornava da Europa, o que conferiu grande prestígio ao maestro, à banda e à comunidade representada.

A banda continuou ativa por mais dez anos, encerrando-se apenas com a morte de Jacob Holzmann em 1933. A prática cultural do maestro e seu grupo transcendeu a mediação na comunidade ponta-grossense, alcançando prestígio além das fronteiras municipais, como exemplificado pela carta de Jorge Holzmann ao presidente do Centro Musical Carlos Gomes:[2]

> D.D. Presidente do Centro Musical Carlos Gomes. Venho por meio deste officio, participar-vos que não posso assumir a regência de uma orchestra em formação neste Centro Musical, pelo motivo de eu fazer parte da orchestra e empresa do Theatro Renascença. Agradecendo a alta distincção com que me cumularam os meus dignos collegas, farei todo o que estiver em meu alcance para que a arte musical se desenvolva o mais possível na nossa cidade. Ponta Grossa, 25 de março de 1917. Jorge Holzmann.

2. Na carta de Jorge Holzmann não há uma indicação da localização do Centro Musical Carlos Gomes, entretanto, após pesquisa na imprensa escrita, é possível concluir que se trata da Sociedade Musical Carlos Gomes, fundada em 28 de junho de 1908, na cidade de Curitiba. Pode-se consultar na notícia denominada "Sociedade Carlos Gomes" no jornal **A Notícia**, ed. n 821, 29 jun. 1908.

Jacob Holzmann personifica a mediação cultural entre a produção musical da banda e a recepção do público. Sua participação como um indivíduo historicamente envolvido na produção cultural demonstra que o intelectual, em um sentido abrangente, é alguém que dissemina e transmite práticas culturais, facilitando a circulação de produtos culturais entre grupos sociais amplos e não especializados, assim como apontado por Gomes, Kodama e Fonseca (2018).

Cine Renascença: espaço de sociabilidades

Como abordado anteriormente, a função de músico foi fundamental para impulsionar os outros empreendimentos culturais de Jacob Holzmann. Em 1911, o maestro fundou o Cine Teatro Renascença, com o propósito inicial de fornecer à sua banda um espaço para tocar. Junto ao cinema, surgiu também o Conjunto Orquestral Renascença, cujo objetivo era sonorizar os filmes mudos da época, contando com os mesmos integrantes da Banda Lyra dos Campos.

A inauguração da nova casa de espetáculos ocorreu em 31 de outubro de 1911, após enfrentar inúmeros desafios, incluindo uma tentativa de sabotagem frustrada, conforme relatado no jornal *O Progresso*, em 31 de outubro de 1911, na matéria intitulada "Revoltante":

> Ante hontem, domingo, circulou rapidamente na cidade a notícia de um facto verdadeiramente contristador para todos aquelles que acompanham com interesse o evoluir constante de nossa cidade. [...] É que nas primeiras horas do dia de Domingo os empregados da Empresa de Eletricidade em serviço de inspecção incontraram no cruzamento da rua 15 com a Santos Dumont, as linhas amarradas com uma corrente metallica de mais de 1 metro de comprimento. [...] Mas com que intuito, com que objectivo criminoso agiu o autor de semelhante attentado? Para exercer alguma vingança pessoal contra os proprietários da empresa Electrica? Para arrasar o Theatro Renascença, nos fundos do qual foram amarradas as linhas? [...] (Revoltante, 1911).

Apesar dessas dificuldades iniciais, o cinema teve uma inauguração bem-sucedida. Mesmo enfrentando alguns desafios técnicos, o Cine Teatro

Renascença rapidamente se destacou, sendo comparado aos cinemas mais modernos da época. Conforme relatado no jornal *O Progresso* de 3 de novembro de 1911:

> Teve lugar terça-feira a inauguração da nova casa de diversões "Renascença" de propriedade de Holzmann & Cia. Construído em um dos pontos mais centraes, no cruzamento da rua 15 com a 7 de Setembro, o novo theatro apresenta-se ao público em condicções iguaes aos modernos cinemas, com alguns senões facilmente eliminados. Notamos a falta de ventiladores onde frestas lateraes no edifício por onde possa penetrar e renovar-se constantemente o ar do interior. O corredor de sahida detraz da *cabine* do aparelho é muito estreito, assim como poderia ser mais larga a escada que conduz aos camarotes uma vez que só tem uma e não duas como seria para desejar. Assim pensamos porque num caso de atropelo, bem possível, por qualquer circumstancia, seria dificultada a sahida quer pelo tal corredor quer pela única escada. As fitas tiveram perfeita projecção na tela, demonstrando a excellencia do aparelho. Foram exhibidas magnificas *films* de grande metragem que agradaram os espectadores. A concorrencia á 1ª sessão foi regular e muito grande na 2ª. Para terminar esta critica ligeira devemos dizer que não é conveniente a parte musical antes de cada secção. Entendemos que ou vamos ouvir música, mas boa música, ou somente o cinema (Renascença, 1911, p. 2).

Sinônimo de modernidade, o cinema de Jacob Holzmann buscava manter-se atualizado com as mais recentes tecnologias que surgiam no ramo. Em 1927, com o surgimento do cinema falado – onde som e imagem passavam a integrar a mesma película – o músico e agora cinematografista adquiriu em 1931 o equipamento R.C.A. Photophone, estreando em 20 de janeiro daquele ano com o filme *A Marselhesa*, película da Universal Pictures, com a qual Jacob Holzmann era associado (Falcão; Silva, 1997). De acordo com Silva Júnior (2008, p. 74), o cinema foi o primeiro da cidade a trazer som em suas películas, tendo em sua sala de espera a placa "Nasceu em MDCDXI (1911) e renasceu em MDCDXXXI (1931)".

Além disso, com o crescimento do público frequentador, não demorou para que reformas fossem instauradas no cinema a fim de proporcionar maior conforto durante as exibições. Já em 1928, a capacidade foi aumentada de 800 para 1300 lugares, o palco foi remodelado e os equipamentos

de projeção foram atualizados, destacando-se como um dos cinemas mais modernos do estado (Falcão; Silva, 1997).

Figura 2: Interior do Cine Teatro Renascença – Inauguração de novos aparelhos - 1948

Fonte: Acervo Iconográfico Museu Campos Gerais

Pode-se perceber, na Figura 2, o interior do Cine Teatro Renascença, em 1948. Após 20 anos de sua primeira reforma, os aparelhos SIMPLEX[3] foram novamente atualizados, evidenciando o compromisso de Jacob Holzmann com a modernização tecnológica da casa. A fotografia revela não apenas a frequência significativa de espectadores, lotando o cinema nesta sessão, mas também o traje de gala da maioria das pessoas, o que reflete o prestígio alcançado pelo espaço dentro da comunidade. Além disso, é possível observar a infraestrutura do cinema, com assentos na parte inferior e camarotes em ambos os lados, reforçando sua sofisticação e a dimensão social desse local de encontro cultural.

3. Os aparelhos SIMPLEX recebem esse nome devido ao modo de transmissão unidirecional que utilizam, no qual os dados fluem em um único sentido, do emissor para o receptor, como ocorre em transmissões de rádio e TV.

Os empreendimentos de Jacob Holzmann, como o Cine Teatro Renascença, foram fundamentais para o desenvolvimento cultural de Ponta Grossa. Atuando como representante da Universal Pictures no Paraná, Holzmann garantiu que o cinema estivesse sempre atualizado com as últimas produções cinematográficas, muitas vezes apresentando filmes antes mesmo de sua estreia em outras regiões do Brasil. Essa inovação tecnológica e programática não apenas consolidou o prestígio do cinema, mas também tornou a casa de espetáculos um ponto central de circulação cultural. Parte da população local – especialmente o público frequentador – passou a ter contato direto com novas culturas e tendências, fomentando um comportamento cultural que incorporou o cinema ao cotidiano da cidade. A partir da década de 1920, Holzmann fixou residência em Curitiba, de onde intermediava a apresentação de filmes em outros cinemas do Paraná e fora do estado, conforme notícia de Florianópolis:

> Agencia Cinematographice "Universal"
>
> Chegou, ante-hontem, de Ponta Grossa e deu-nos o prazer da sua visita o sr. Jacob Holzmann, representante geral da Companhia Cinematographica *Universal* neste Estado e no de Paraná.
>
> A viagem do sr Holzmann prende-se ao fornecimento de *films* daquella Companhia á Empreza Moura desta capital (Agencia, 1921, p. 2, grifo no original).

Os investimentos culturais de Jacob Holzmann permitiram à população de Ponta Grossa o contato com culturas externas, fomentando um novo cotidiano cultural. Ir ao cinema passou a integrar a rotina dos moradores, funcionando como um espaço de sociabilidade e interação cultural, competindo com praças e a rua XV de Novembro:

> O "Rena", como era chamado popularmente, possuía espaço interno muito bonito, com uma plateia cercada por camarotes, de ambos os lados [...]. Para os frequentadores do Rena fica a lembrança de entrar às 19:30 no cinema para encontrar um "bom lugar". Para quem foi jovem naquele tempo restam as recordações dos flirts de longe, da emoção dos namoros, dos vestidos "godetponche" com armação e cintura fininha, para ficar parecida com aquela artista tão bonita... ou outras lembranças engraçadas, como quando o técnico do som, que diziam ser surdo, punha o volume no máximo, fazendo tremer as paredes... ou, também, o comentário jocoso feito quando atrasava

> o início da sessão. Ainda não chegaram o prefeito e o delegado. (Lavalle, 1996, p. 216-219).

Dessa forma, o cinema materializava novas formas de comunicação e mudanças na dinâmica sociocultural da cidade. O jornal *Diário dos Campos*, em 23 de julho de 1914, noticiou sobre o cinema:

> A prova mais eloquente do nosso desenvolvimento é a frequência extraordinária dos nossos cinemas. Quase todas as noites, todos elles se acham cheios. E o cynematographo influe poderosamente no espirito dos indivíduos. Os grandes rasgos de generosidade, de honra, vão modificando os caracteres, tornando-os capazes de um raciocínio mais perfeito em relação a determinados factos (Sobrinho, 1914, p. 1).

Após a morte de Jacob Holzmann em 1933, o cinema continuou sob a administração de seus filhos, Alfredo e Epaminondas Holzmann, mantendo-se ativo até 1964. A importância do Cine Teatro Renascença para a cidade de Ponta Grossa foi imensa, sendo um símbolo de progresso e modernidade. Segundo Knebel (2001), o cinema significava progresso e identificava-se com o desenvolvimento da cidade, refletindo o entusiasmo da população com a modernização trazida pela industrialização e pelas inovações tecnológicas.

O jornal: a "Mascote"

Embora o cinema representasse a modernidade, essa já havia se consolidado em Ponta Grossa muito antes, com o surgimento do primeiro jornal, *O Progresso*, em 1907. Se a banda e o cinema trouxeram novas formas de sociabilidade e projetaram Jacob Holzmann como um mediador intelectual, o jornal garantiu sua marca na história da cidade, levando-o a ser conhecido como o "fundador da imprensa de Ponta Grossa" (Pilotto, 1973, p. 3).

Desde sua criação, *O Progresso* visou expansão contínua, evidenciada pelas viagens de Jacob Holzmann em busca de assinaturas, parcerias e anúncios. "Do ponto de vista editorial, os redatores esforçavam-se para promover uma cobertura ampla, que também desse voz aos demais municípios"

(Bucholdz, 2007, p. 39). O jornal não cobria apenas a comunidade local, mas também eventos de municípios vizinhos, do país e do mundo, graças à associação com os principais periódicos nacionais e ao uso do telégrafo. Assim, os leitores conheciam eventos locais e internacionais, como festividades em Palmeira, epidemias em Guarapuava e a Primeira Guerra Mundial (Bucholdz, 2007, p. 39).

O estudo deste veículo revelou as especificidades da comunicação e circulação de bens culturais, considerando sua materialidade. Desde suas primeiras edições, *O Progresso* seguiu um processo de produção trabalhoso. Segundo Epaminondas Holzmann (2004,), a impressão página por página exigia a colaboração de dois operadores e, com uma tiragem de trezentos exemplares, demandava mil e duzentas prensagens, resultando em meio dia de trabalho.

Esses relatos ilustram a rotina da imprensa interiorana no início do século XX. O jornal, apelidado carinhosamente por Jacob Holzmann como "mascote", publicava uma folha simples de cinco colunas, sem imagens. Gadini (2018) explica que os jornais do interior do Paraná geralmente não usavam imagens, exceto por chapas de personagens públicas em preto e branco.

A Figura 3 apresentada a seguir evidencia a materialidade do jornal, estruturado em cinco colunas e impresso em folha simples. A imagem destaca a edição de 15 de julho de 1913, que comemora o segundo aniversário da aquisição do periódico por Eliseu de Campos Mello, em 14 de julho de 1911. Nessa edição, em uma das raras ocasiões em que escreve para o jornal, Jacob Holzmann relata a trajetória que levou à compra do periódico e compartilha suas expectativas em relação ao futuro da "mascote".

Figura 2: *Diário dos Campos* – "O Jornal em Ponta Grossa" de Jacob Holzmann - 1913

ANNO VII — PONTA GROSSA — Terça-feira, 15 de Julho de 1913 — N. 605

DIARIO DOS CAMPOS

"O PROGRESSO"

COMP. TYP. PONTAGROSSENSE

Redactor: Hugo Borja Reis — Gerente: Jacob Holzmann

O JORNAL EM PONTA GROSSA

UM POUCO DE HISTORIA

14 DE JULHO.

Fonte: Acervo Casa da Memória/Museu Campos Gerais

De acordo com Pilotto (1973), os primeiros jornais em Ponta Grossa tiveram uma existência breve. *Campos Geraes* (1893) e *Gazeta dos Campos* (1899) foram os pioneiros da imprensa local. No início do século XX, surgiram *Jubileu Operário* (1903), *Luz Essênia* (1905), veículo informativo da maçonaria, *O Escalpello* (1908), de caráter anarquista e anticlerical, e *O Pigmeu*, de cunho humorístico, entre outros. Em 1904, Aldo Silva e seus irmãos fundaram *O Comércio*, que também teve curta duração. Epaminondas Holzmann (2004, p. 262) relata:

> Os três irmãos Silva, rapazes de inteligência robusta e guiados pela experiência do preclaro genitor, puseram-se a fazer jornalismo de verdade, mas mexeram em casa de marimbondo, porque o situacionismo pegou o pião na unha.

> A iniciativa, nobre sob todos os títulos, não foi compreendida. Faltou à folha o indispensável apoio dos leitores e anunciadores e, o que é pior, sobrou-lhe a hostilidade política.

Em meio a esse cenário, Jacob Holzmann comprou o jornal *O Comércio* e fundou *O Progresso* em 27 de abril de 1907. Uma edição comemorativa de 27 de abril de 1915 destacava a missão do jornal de contribuir para o crescimento e desenvolvimento de Ponta Grossa:

> Ao iniciarmo-nos hoje na afanada lide jornalística com este nosso modesto e despretensioso jornal hebdomadário nesta cidade inquestionavelmente predestinada a um grandioso futuro, si todos quanto a habitam bem compreenderem o que a uma pátria legítima ou simplesmente adoptiva devem os seus dignos filhos – outro escopo não temos que o de cooperar, resoluta e crentemente para o alevantamento moral e material de Ponta Grossa e para que no Paraná fructifiquem todas as idéas e cometimentos applausivéis, sem nos envolvermos, directa ou indirectamente, em questões políticas ou religiosas, as quaes irrefutavelmente hão sido em nosso paiz o mais poderoso factor de palavras e factos por completo antagônicos aos fòros de nossa civilização (*O Progresso*, 1915, p. 1).

A partir de 1º de janeiro de 1913, *O Progresso* passou a se chamar "*Diário dos Campos*", com publicações diárias pela Companhia Tipográfica Ponta-Grossense, incluindo Jacob Holzmann e outros membros importantes da sociedade local (Holzmann, 2004).

No contexto jornalístico paranaense das primeiras décadas do século XX, Gadini (2018, p. 145) relata que, com algumas interrupções de periodicidade, circulavam em Curitiba jornais como *Commercio do Paraná*, *Diário da Tarde*, *A Noite*, *Tribuna* e *A República*. Entre os jornais diários do interior, o "*Diário dos Campos*" se destacava devido à sua influência regional e socioeconômica.

Jacob Holzmann buscava assinaturas e parcerias nas localidades vizinhas, sustentando o jornal comercialmente por meio de anúncios e propagandas. Mesmo após deixar de ser proprietário, continuou a anunciar no periódico, confiando-lhe a divulgação da programação de filmes do Cine Teatro

Renascença. Embora não se dedicasse integralmente ao jornalismo, escrevia matérias esporádicas sobre a banda, o cinema ou eventos comemorativos.

Através das páginas do jornal, muitas mudanças em prol do desenvolvimento regional eram promovidas, por meio de campanhas organizadas pelos assinantes e apoiadas pelos redatores do periódico. Isto é ilustrado na publicação intitulada "O Diário dos Campos no interior", datada de 11 de dezembro de 1915:

> [...] Muitos melhoramentos locaes, escolas, estradas, telegraphos, empréstimos, construcções, emfim, progressos materiaes de toda a sorte, tem sido obtidos pela acção conjugada da imprensa e da política. [...] Em cada cidade, em cada villa, em cada povoação, a leitura deste artigo despertará a memória de muitos melhoramentos, de muitos serviçoes feitos, quer a acção do "Progresso" ou "*Diário dos Campos*" fosse feito de accordo com o governo quer contra o mesmo. É que nesta folha nunca tivemos política. Ou porque tenhamos tido uma política só. A econômica. A instrucção, as artes, as sciencias, as filosofias, em primeiro logar. A economia, a finança, em segundo, isto é a riqueza publica em segundo. [...] Defendemos, temos defendido, ainda havemos de defender os interesses geraes. (Hugo Reis, *Diário dos Campos*, 11 dez. 1915)

Dessa forma, pode-se perceber a relevância dos periódicos como meio atuante de difusão de cultura para uma comunidade, abrindo diversas possibilidades não apenas aos leitores, mas também aos próprios redatores. Em outras palavras, conforme apontado por Gomes, Kodama e Fonseca (2018, p. 569), "[...] o impresso funcionou, durante a maior parte desses séculos, como um vetor incontornável para qualquer projeto político-cultural de produção e divulgação de ideias e conhecimentos". Portanto, a questão teórica da mediação cultural exige investigações que contemplem a imprensa escrita como um espaço de debates e, sobretudo, um meio essencial para a disseminação de conhecimento a um público amplo e não especializado, tal como o jornal de Jacob Holzmann.

Considerações finais

A investigação da trajetória de Jacob Holzmann revela sua significativa contribuição como mediador intelectual na cidade de Ponta Grossa durante as primeiras décadas do século XX. Seu legado se manifesta em diversas esferas, desde a presença de seu nome em prêmios culturais até a denominação de uma rua em sua homenagem, além do reconhecimento como figura seminal na história da imprensa local. Este estudo se fundamenta na análise dos variados empreendimentos culturais nos quais Holzmann esteve envolvido, notadamente sua regência na Banda Lyra dos Campos, a fundação do Cine Teatro Renascença e a criação do jornal *O Progresso*. Sua atuação como editor, proprietário e colaborador na imprensa local também é destacada.

A pesquisa documental e bibliográfica revela facetas singulares da trajetória desse intelectual. Imigrante russo-alemão, chegou em 1877, desenvolvendo desde cedo um interesse pela música que influenciaria significativamente seu engajamento cultural posterior, estabelecendo extensas redes sociais e profissionais. O contexto familiar desempenhou um papel preponderante em sua formação, especialmente a experiência de seu pai, Jorge Holzmann, que, após tentativas fracassadas de outros imigrantes na região, estabeleceu-se em Ponta Grossa, impactando profundamente a vida do filho.

Holzmann, conhecido como "Russinho", aproveitou-se da rede de sociabilidades construída pelos imigrantes predecessores na cidade. Apesar de não ter sido um prolífico escritor, sua presença foi marcante em diversos aspectos da vida política, social e cultural local. A persistência em manter a banda teve um efeito catalisador em outros empreendimentos culturais, demonstrando sua influência e alcance na comunidade.

A análise da vida e contexto de Holzmann revela elementos de mudança e continuidade na vida cotidiana de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX. Enquanto a cidade buscava modernizar-se, implementando infraestrutura urbana e adotando novas tecnologias, Holzmann emergia como um defensor do progresso, promovendo um discurso que impulsionou uma agenda cultural vibrante e disputada. A Banda Lyra dos Campos, o Cine Teatro Renascença e o jornal *O Progresso* tornaram-se locais de produ-

ção cultural e representação de relações sociais, evidenciando o papel mediador desempenhado por Holzmann nesse contexto histórico.

Fontes

AGENCIA Cinematographice "Universal". **Republica**, Florianopólis, p. 2, 5 jul. 1921.

SOBRINHO, Edgard. Os cinemas em Ponta Grossa. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, p. 1, 23 jul. 1914.

REIS, Hugo. O *Diário dos Campos* no interior. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 11 dez. 1915.

SOCIEDADE Carlos Gomes. **A Notícia**, Curitiba, ed. n 821, 29 jun. 1908.

REVOLTANTE, **O Progresso**, Ponta Grossa, ed. n 483, 31 out. 1911

RENASCENÇA. **O Progresso**, Ponta Grossa, p. 2, 3 nov. 1911.

O PROGRESSO. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, p. 1, 27 abr. 1915.

Referências

BUCHOLDZ, Alessandra Perrinchelli. **Diário dos Campos:** Memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

FALCÃO, Karla Cristine Silva; SILVA, Joseli Rodrigues da. **Na tela do Renascença:** memória do cinema na década de 40. 1997. Monografia (Especialização em História do Paraná) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1997.

FORNAZARI, Leandro Martins. **Catalogação de obras do arquivo morto da Banda Escola Lyra dos Campos.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Artes) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

GADINI, Sérgio Luiz. **Imagem da Revolução Russa pela mídia regional no Paraná**. Revista Brasileira de História da Mídia. v. 7, n. 1, p. 141-161, jan./jun. 2018.

GARCIA, Ana Flávia Barboza. **Trajetória de Jacob Holzmann**: mediação cultural em Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX. 2019. 101 f. Monografia. (Licenciatura em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). **Intelectuais mediadores:** práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela Maria de Castro; KODAMA, Kaori; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Imprensa e mediadores culturais: ciência, história e literatura. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 66, p. 593-600, set/dez 2018.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco histórias convergentes**. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004.

KNEBEL, Rosemeri Leane. Belle époque pontagrossense: imigração, ferrovia, sétima arte e música. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen (Org.). **Espaço e Cultura – Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.

LAVALLE, Aída Mansani. **Germânia - Guaíra**: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

MAIA, Fábio Mauricio Holzmann. **Bandas de música – tradição, identidade e história em Ponta Grossa**: uma possibilidade para o ensino da história local. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PILOTTO, Valfrido. **Ideais de ontem da cidade sempre jovem**. Caderno em homenagem à cidade de Ponta Grossa em comemoração ao sesquicentenário do Decreto n° 15 que criou a freguesia, 1973.

PINTO, Elisabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa:** um século de vida. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda,1983.

SILVA JUNIOR, Nelson. **O fechamento dos cinemas em Ponta Grossa: particularidades de um processo histórico-cultural**. 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

TAKATUZI, Tatiana. Estratégias Indígenas nas regiões meridionais da capitania de São Paulo. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). **Paraná Insurgente:** Histórias e Lutas Sociais – Séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

5

História, educação e patrimônio: Regente Feijó, o primeiro ginásio de Ponta Grossa/PR (1927)

Martins, Leonardo Miguel

Introdução

Esse artigo busca por interrelacionar o Ginásio Regente Feijó no tempo e no espaço, como uma instituição escolar e um patrimônio cultural da cidade de Ponta Grossa, no Paraná. E enquanto uma instituição educacional, pode-se valer da afirmação de Nóvoa (1995) quando defende que "mais do que nunca, os processos de mudança e de inovação educacional passam pela compreensão das instituições escolares em toda sua complexidade técnica, científica e humana" (Nóvoa, 1995, p. 16).

Destaca-se o Ginásio Regente Feijó como uma instituição pública de ensino no interior do Estado, equiparada ao Colégio Pedro II (RJ), e criada em uma posição demograficamente estratégica. Reconhecendo também a vasta historiografia sobre Patrimônio Cultural no Brasil e no Paraná, a metodologia empregada a esses estudos teóricos e ao referencial amplo, o presente artigo restringe-se ao cenário local a discussão sobre patrimônio e a sua preservação.

A fim de investigar a relação entre História, Educação e Patrimônio, esse desafio parte dos pressupostos da História Cultural. Nessa direção, os estudos históricos contemporâneos consideram as instituições escolares como documentos. Por consequência, elas passam a representar as fundamen-

tações de seu contexto cultural e social onde foram construídas, para além representam também aspectos do espaço, da paisagem e da temporalidade.

Ressaltando esta tentativa de correlação, percebemos vieses da historiografia da educação brasileira imersos nos aportes do campo da História Cultural. Com a aproximação dos campos, a intenção deste artigo passa a ser o estabelecimento das relações que envolvem o Ginásio Regente Feijó não se restringindo apenas ao discurso das fontes, mas sim dialogar diretamente com a compreensão macro do movimento do objeto de pesquisa, inserido no universo cultural de onde se inicia esta análise.

Enquanto um patrimônio cultural escolar, é possível afirmar que, desde as especulações para a sua criação até a inauguração e funcionamento, o Ginásio Regente Feijó é produto de um determinado tempo. Frago e Escolano (1998) resumem, quando afirmam que a escola "em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas" (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 47).

Reconhecendo a ampla trajetória da história da educação do Brasil, as próximas linhas partem do advento da República em 1889, onde se pode compreender o espaço escolar como veículo para o desejado sentimento de "renovação nacional". Esta expressão de cunho salvacionista, deixa claro a responsabilidade transferida à educação de transformar os agentes comuns em 'condutores da nação' por meio da educação. Para Faria Filho e Vidal (2000), os grupos escolares, ao serem apresentados como "modelo", permitiam aos republicanos romperem com o passado imperial e "projetavam um futuro, em que, na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressiva" (Faria Filho, Vidal, 2000, p. 25). Durante as primeiras quatro décadas da República as modificações efetuadas no que diz respeito à educação primária são consideradas locais e heterogêneas. Isto porque eram provenientes de administrações estaduais descentralizadas que tinham a responsabilidade de anunciar a educação em seus territórios.

Muito disso se intensifica e pode ser observado nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil. Inúmeras foram as reformas de ensino influenciadas pelos ideais da Escola Nova. Os processos que envolvem a Pedagogia Moderna

aplicada a um modelo de "Escola Nova" no Brasil, trouxeram consigo intenções referentes ao preparo de sujeitos alinhados aos interesses da indústria, que já no final do século XIX despontava como base do setor financeiro e do mercado. Suas ações impactaram formas de produção da vida material e imaterial e trouxeram também novas formas de relações sociais para o contexto brasileiro (Martins, 2022).

Considerando o movimento da educação brasileira do início do século XX, observa-se o surgimento de um dualismo educacional delimitado: de um lado a percepção da educação como a solução para a instrução desses cidadãos: disciplinados, higiênicos e trabalhadores, e do outro a existência de um projeto idealizado de educação com estes fins, promovido por intelectuais, como educadores, médicos e políticos.

No Paraná, anos da década de 1920 remontam às últimas décadas do século XIX, onde o debate se colocava entre esferas religiosas, defensoras do clericalismo, e os grupos anticlericais que defendiam o laicismo. Ambos estabelecendo reflexões acerca dos rumos da República e, por consequência, os rumos e as ações educacionais.

Após, brevemente contextualizar a história da educação brasileira do período no Brasil e no Paraná, restringimo-nos ao âmbito local, a cidade de Ponta Grossa, onde a ferrovia além de tornar-se um fator fundamental, aponta relações socioeconômicas, e também educacionais pelo desenvolvimento (geográfico e populacional) provocado. Monastirsky (1997) aponta que a estrada de ferro contribuiu incisivamente para que a sociedade ponta-grossense experimentasse o que se podia chamar de modernização urbana. "A crescente atividade comercial, aliada à localização estratégica, que sempre foi o referencial econômico da cidade, dinamizou-se com o transporte ferroviário" (MONASTIRSKY, 1997, p. 56).

"Ponta Grossa tomava impulso desenvolvimentista, enquanto maior entroncamento ferroviário no Sul do país. Nesse momento, as ferrovias representavam um papel de destaque no processo de integração regional e no processo de aceleração da economia" (Chaves, 2001, p. 19). O desenvolvimento renovador vivenciado pela região colocou a economia em aceleração, o que ocasionou o surgimento das primeiras indústrias da cidade, provocando assim uma movimentação cultural, urbana e populacional. Surge então

a preocupação sobre a oferta de ensino, primário e secundário, que viesse atender as demandas locais e vizinhas.

O percurso da educação na região dos Campos Gerais pode ser relacionado para além do fator ferrovia, como também associado à política e à demografia. As heranças deixadas pelo século XIX no Estado do Paraná resistiram ainda às primeiras décadas do século XX. A clientela que as primeiras instituições escolares da cidade de Ponta Grossa receberam é definida entre a mistura de imigrantes, habitantes locais e descendentes de escravizados, onde se dedicavam na exploração e trabalho, sobretudo, com a erva-mate.

Havia também a presença de estudantes oriundos de uma elite local, que procurou buscar instrução junto às primeiras instituições de ensino, que eram particulares e confessionais, em um primeiro momento. A instrução dessa elite recebeu resguardo da Igreja Católica, que visava uma educação fundamentada na doutrina católica. Nessa linha, cita-se o Colégio Sant'Anna (1905) e o Colégio São Luiz (1906) (Zulian, 2001).

Com base na instrução pública e local, o grau primário reporta-se ao Grupo Escolar nº 2 (1912), posteriormente denominado Colégio Senador Correia,[1] que se manteve assim até a criação da Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924). Já o grau normal, remonta a presença da Escola Normal, instituição esta que tem sua história diretamente conectada à história do Ginásio Regente Feijó. Não somente por ambas as instituições terem habitado o mesmo prédio, mas também pela fusão delas através do Decreto nº 6150, de 10 de janeiro de 1938. A escola foi criada para dar atendimento às demandas que a Escola Normal de Curitiba (1876) já não conseguia atender. Concomitantemente com Ponta Grossa, vale a lembrança de que o Inspetor Federal de Ensino Professor César Prieto Martinez autorizou também a criação da Escola Normal de Paranaguá. Uma para atender a população mais ao norte do Estado e, a outra, a zona litorânea, respectivamente (Luporini, 1994).

1. Ver mais em: SOLOMON, S. **Cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976):** entre olimpíadas e esportivização. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

O Decreto nº 135 de 12 de fevereiro de 1924 aprovou o regulamento destinado a administrar a Escola Normal Primária de Ponta Grossa. A inauguração do novo educandário destinado à formação de professores primários aconteceu aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de 1924, contando com a presença do Presidente do Estado Sr. Caetano Munhoz da Rocha. O prédio situava-se na rua à época chamada Barão do Rio Branco, atualmente a edificação abriga o Colégio Estadual Regente Feijó. Segundo Miguel (1992), o principal intuito da instituição era "a absorção dos alunos oriundos da Escola Intermediária que desejassem seguir o magistério; currículo próprio e corpo docente compreendendo duas categorias: catedráticos e de 2º grupo" (MIGUEL, 1992, p. 63)[2]

A construção da Escola Normal de Ponta Grossa foi, certamente, em local estratégico. Rodeada de outras edificações históricas, hoje consideradas como patrimônio cultural da cidade, algumas até tombadas pela Secretaria Municipal da Cultura, seguem juntas compondo a paisagem e o cenário do pouco que ainda resiste ao tempo e às demolições.

No tocante às instituições de ensino secundário do Estado como um todo na primeira metade do século XX, percebe-se uma posição significativa no que tange a conjuntura em termo nacional. O Paraná contava com nove estabelecimentos de ensino secundário, todos sob regime de inspeção,[3] um deles era o Ginásio Regente Feijó.

Logo após três anos da inauguração da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, em 28 de março de 1927, o Ginásio Regente Feijó foi fundado visando a ampliação e difusão do ensino no interior do Estado do Paraná, mediante reflexões do governo e de sua equipe ligada à educação, pautando-se na justificativa do número elevado de alunos provenientes da região. Porém, vale ressaltar a tratativa de que tanto para o ensino primário, quanto para o secundário, a escolha dos locais para a criação de grupos esco-

2. E ainda, de acordo com Nascimento (2004) "a estrutura física da Escola era composta por vinte salas, distribuídas no pavimento térreo e superior, contendo salas específicas para algumas matérias como Geografia, Biologia e o laboratório de Física e Química." (Nascimento, 2009, p. 272).

3. Segundo Souza (2004, p. 63) "A inspeção do ensino deveria ser elemento central em torno do qual o aparelho escolar se moveria". Desvelando assim os papéis de intermediários e responsáveis pela organização do ensino, uma vez que transitavam em esferas variadas (governos e escolas). O seu papel se constituía entre "acesso a informações sobre o mobiliário, professores, matrícula, condições higiênicas, métodos, livros didáticos, etc." (Souza, 2004, p. 232).

lares e do próprio Ginásio justifica-se de diversas formas, inclusive do ponto de vista político e econômico. No entanto, as questões sociais referentes à abrangência integral dessa população tida como interiorana acabou não sendo totalmente contemplada, talvez por questões financeiras ou simplesmente por inviabilidade de deslocamento da área rural ao perímetro urbano da cidade, frente à amplitude do território.

Apesar de tais questões, Ponta Grossa foi a cidade escolhida para a criação do ginásio por sua localização em um ponto de convergência entre outros municípios do interior. Para a instalação do estabelecimento de ensino, foi comprado pela Prefeitura Municipal o edifício da Rua Dr. Colares, esquina com a Rua Augusto Ribas, construído em 1907 e de propriedade de Amando Cypriano Cunha. Na ocasião desta compra, ali se encontrava instalado o consultório do médico do Dr. Burzio, cedido e adaptado às necessidades escolares, matriculando os alunos mediante aos exames de admissão (Holzmann, 1977). Até a reforma findar, as primeiras aulas do Ginásio foram ministradas no prédio da Escola Normal Primária de Ponta Grossa. Meses depois, o Ginásio mudou-se para sede à Rua Dr. Colares onde funcionou até 1939, quando se decidiu pela troca definitiva de prédios.

Seguindo a conjuntura política da época, o contrato dos primeiros professores (as) que lecionariam no Ginásio era feito em regime catedrático – uma herança imperial brasileira, que se espelhava nos caminhos da educação superior lusitana. Ou seja, esses professores (as) foram selecionados através de concurso público, e era necessário para contratação: ser maior de 22 anos de idade, comprovante de vacinação e não apresentar nenhuma doença contagiosa.

Os primeiros professores (as) tomaram posse no mesmo dia da inauguração do Ginásio, no salão da Escola Normal Primária de Ponta Grossa. Após a abertura das matrículas, o Ginásio contou com 72 inscrições (Remer, 2013). A política varguista da época enxergava a escola pública como o veículo para a concretização de objetivos nacionalistas. Contudo, a mesma política organizou o ensino secundário brasileiro mais de uma vez em momentos diferentes. À época dos primeiros anos de funcionamento do Ginásio Regente Feijó o curso estava organizado da seguinte forma: fundamental e complementar, com duração de cinco anos.

Vale lembrar que para ingresso ao ensino secundário ofertado no Ginásio Regente Feijó era necessário a realização do chamado "exame de admissão"[4]. O que para muitos pesquisadores é tido como um "rito de passagem", o exame consistia numa espécie de prova que os interessados deveriam prestar, respondendo, de forma escrita, questões de português, matemática, geografia, história e ciências naturais. Os candidatos também deveriam pagar para realizar a prova (Remer, 2013).

Quando nos referimos às instituições escolares, é comum encontrarmos documentos norteadores das normas da escola conhecidos como regimento escolar interno. Este documento resiste ao tempo e segue compondo o corpo burocrático e administrativo de estabelecimentos de ensino até os dias atuais, e o primeiro regimento do Ginásio Regente Feijó é uma fonte ainda preservada. Ele retrata regras, afazeres e atribuições de funcionários, professores e alunos.

A edificação que abrigou o Ginásio Regente Feijó após 1939 é um patrimônio cultural que só foi tombado em 1990, e ela preserva traços arquitetônicos específicos. Conforme já mencionado, o local escolhido para a construção, além de estratégico, é convergente com outras edificações históricas e preservadas parcial e/ou integralmente.

No Brasil, no tocante à preservação do Patrimônio Cultural, temos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, instituição federal e autônoma, vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por identificar, proteger e promover aos bens culturais do país, assegurando a sua conservação no presente e no futuro.[5] A noção de preservação da cultura material e imaterial de diferentes coletividades e a proteção de edifícios históricos são discriminados no contexto brasileiro, à medida que esta ação visa a manutenção e à memória de diversidades.

Aquilo que chamamos de Patrimônio Cultural no Brasil possui uma trajetória um tanto quanto controversa, porém isto não a torna menos im-

4. Para conhecimento e aprofundamento de análises sobre esses documentos, indica-se a leitura da tese intitulada "Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio", de Maria Angélica Pedra Minhoto, defendida no ano de 2007. Ver referências.

5. Para saber mais, ver em: https://www.gov.br/iphan/pt-br.

portante, afinal a compreensão deste conceito é um auxílio nos estudos do processo de estruturação daquilo que os historiadores chamam de "identidade nacional". Ou seja, esses estudos e pesquisas revelam ao brasileiro e sobre o brasileiro muito de sua própria história, de seus hábitos, e de suas práticas.

A cidade de Ponta Grossa possui um histórico controverso em relação ao que se entende por progresso e patrimônio, no jogo entre o antigo *versus* moderno. Devido às fragilidades na legislação sobre a preservação do patrimônio cultural e material ponta-grossense, algumas edificações construídas no século XX foram derrubadas para dar lugar a novas construções. Há também os casos da derrubada de algumas edificações da cidade, que além de levarem não somente à perda cultural, sobretudo arquitetônica, são espaços não ocupados e vazios no centro da cidade, que não receberam nenhuma outra edificação. E alguns casos seguem sem ao menos os cuidados básicos e sanitários exigidos por lei, onde se pode citar o antigo Cine Império que, como o Ginásio Regente Feijó, se localizava à Praça Barão do Rio Branco.

Mesmo a distância entre a inauguração até o tombamento, o edifício mencionado ao longo dessas linhas e que foi construído com finalidades de se tornar um espaço escolar é fruto da arquitetura de uma época. A distribuição dos seus espaços foi similar à distribuição dos ambientes da Escola Normal de Curitiba. Dividida em dois pavimentos, com formato em U criando um pátio central, a construção também abriga um porão utilizável. Esta prática em tornar o porão das escolas um local acessível, além de estar prevista na legislação sanitária do Estado, tinha o intuito de tornar o ambiente escolar um local ventilado, com entrada e saída para circulação do ar – medidas voltadas à higiene e profilaxia da primeira metade do século XX no Brasil.

Os ambientes do prédio estavam divididos basicamente em dezoito salas de aula, salas administrativas, sanitários e biblioteca. A edificação contava com menos salas de aula do que o prédio da Escola Normal da capital. Também é possível notar a ausência de um salão nobre na construção do prédio da Escola Normal de Ponta Grossa. De acordo com o projeto original, a sala dos professores foi deslocada para o fundo do prédio, e o local destinado à secretaria "tinha dimensões maiores que as salas de aula e a loca-

lização no pavimento superior dificultava o acesso a comunidade"[6] (Correia, 2013, p. 238).

Sobre a fachada do prédio, é possível identificar elementos ecléticos em sua composição. Destacam-se as molduras das janelas frontais e laterais, e ornamentos florais abaixo das janelas do pavimento térreo. "No pavimento superior as ornamentações estavam presentes nas molduras, cimalhas, platibanda e frisos. Os elementos decorativos principais tinham motivos florais, com destaque para uma "máscara" de leão que também compõe a fachada" (Correia, 2013, p. 240).

Observando os edifícios que foram construídos para abrigar as Escolas Normais do Paraná, constata-se a composição de plantas e fachadas semelhantes, que mesclam ornamentos arquitetônicos florais e animais. Essa arquitetura ampliou as dimensões do fazer pedagógico no espaço escolar paranaense, uma vez que conferiu uma maior visibilidade e certo significado histórico-social.

Que o prédio causou um impacto inegável na composição da paisagem central da cidade é fato. Porém, mesmo localizado em zona urbana, a edificação fugia dos parâmetros de uma localização julgada adequada para uma instituição de ensino. Pois, ela se encontrava distante das principais construções da cidade, situando-se aproximadamente à seis quadras abaixo da igreja matriz, Catedral de Sant'Anna. A região do Largo da Praça Marechal Floriano Peixoto, em frente à Catedral, tornou-se o lugar das edificações que simbolizavam essa centralização. São exemplos: o antigo prédio do Fórum – prédio que atualmente abriga o Museu Campos Gerais-UEPG, o Grupo Escolar nº 2 (Colégio Estadual Senador Correia), edifício Guilherme Naumann ligado ao comércio (atual prédio da PROEX-UEPG), a delegacia e o corpo de bombeiros (sendo o último ainda localizado no mesmo lugar).

Ponta Grossa passou por um processo de descentralização a partir desses edifícios, sendo a Catedral o principal ponto de referência. Como

6. "A circulação interna dos alunos e professores era realizada apenas pela escada central, o que limitava o acesso ao pavimento superior. Em relação à circulação externa de alunos, professores e comunidade era realizado pelos portões principal e lateral em relação às ruas que o circundavam. O acesso principal ao edifício se dava pela Rua do Rosário, o secundário localizava-se nas laterais do edifício. A entrada principal era realizada por uma escada central, elevando do solo o edifício pela presença do porão" (Correia, 2013, p 238).

também se pode analisar o caso da linha férrea, que mesmo cruzando toda a cidade, tinha sua sede e seus barracões de carga localizados no pátio central da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA, posteriormente denominado "Complexo Ambiental Manoel Ribas", hoje, conhecido como "Parque Ambiental". A construção do prédio que abrigou o Ginásio é uma marca desse processo de descentralização urbana.

Ao longo das linhas acima, fica evidente a constatação do Ginásio Regente Feijó como um objeto de possibilidades variadas de reflexão sobre uma instituição escolar pública do interior do Estado. Além de seu significado para a população e seu real impacto para a evolução da educação na região de Ponta Grossa. Esse movimento ganha ainda mais corpo após a troca definitiva dos prédios, com o Ginásio Regente Feijó ocupando uma edificação maior, de localização mais estratégica e melhor adaptada para as atividades que o ensino ginasial previa.

Essas ações ao longo do tempo fizeram do Ginásio muito do que ele significou desde sua inauguração até os dias atuais, onde continua formando mais de mil secundaristas na cidade de Ponta Grossa. Sem dúvidas os aspectos políticos sempre delinearam os moldes do ensino dentro da instituição. E a construção, que carrega em toda a sua monumentalidade arquitetônica e estrutural, o significado cultural do que se pode compreender como patrimônio cultural e ao mesmo tempo o fruto de uma época. A instituição segue sendo o palco de processos educacionais e sociais que transcendem as delimitações de seus muros e portões.

Fontes

PARANÁ. Decreto nº 135, de 12 de fevereiro de 1924. Aprova o Regulamento das Escolas Normais Primárias. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 10 mar. 1924.

PARANÁ. Decreto nº 6150 de 10 de janeiro de 1938. Funde ao Ginásio Paranaense e ao Ginásio Regente Feijó os cursos ginasiais das escolas normais de Curitiba e Ponta Grossa. Anexa a cada um dos Ginásios do Estado, uma Escola de Professores. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 20 jan. 1938.

Referências

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos – década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CORREIA, A. P. P. "Palácios da Instrução" - História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904-1927). 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), n. 14, p. 19-34, 2000. (Número Especial: 500 anos de educação escolar).

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. Tradução de: VEIGA NETO, Alfredo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOLZMANN, G. V. F. **Colégio Regente Feijó (1927-1977**): 50 anos de história. Ponta Grossa: UEPG/Imprensa Universitária, 1977.

LUPORINI, T.J. **De Escola Normal a Instituto de Educação:** a trajetória de uma escola. (Ponta Grossa: Imprensa Universitária/ UEPG, 1994. P. ilust.).

MARTINS, L. M. **O primeiro ginásio do interior do Paraná:** o Regente Feijó e a educação secundária em Ponta Grossa-PR (1927-1945). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022.

MIGUEL, M. E. B. **A pedagogia da Escola Nova na formação do Professor Primário paranaense**: início, consolidação e expansão. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

MINHOTO, M. A. P. **Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário (1931-1948):** crítica do exame de admissão ao ginásio.2007. Tese (Doutorado em educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

MONASTIRSKY, L. **Cidade e Ferrovia:** a mitificação do Pátio Central da RFFSA em Ponta Grossa. Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis, 1997.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR.** Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2009.

NÓVOA, A. (org.). **As Organizações Escolares em Análise.** 2ºed. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

REMER, M. M. Z. **O ensino secundário público paranaense**: O Ginásio Regente Feijó, Ponta Grossa (1927-1961). Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR. 2

SOLOMON, S.; MARTINS, L. M.; WEBER, M. J. A educação pública em Ponta Grossa-PR: o Grupo Escolar Senador Correia e o Ginásio Regente Feijó (1912-1945). **Práxis Educativa**, *[S. l.]*, v. 18, p. 1–17, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21641.057.

SOLOMON, S**. Cultura Escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976)**: entre olímpiadas e esportivização. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022. 2020.

SOUZA, G. de **Instrução, o talher para o banquete da civilização**: Cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: PUC, 2004.

ZULIAN, R. W. A nova Ponta Grossa: cidade religiosa? Catolicismo e educação em Ponta Grossa – 1889 – 1930, In. DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L, L, (Org). **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os campos gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

Anexos

Figura 1 - Primeira sede do Ginásio Regente Feijó, à Rua Dr. Colares

FONTE: Museu Campos Gerais.

Figura 2 - Construção do prédio da Escola Normal de Ponta Grossa
(década de 1920)

FONTE: *Álbum de Ponta Grossa*, 1923

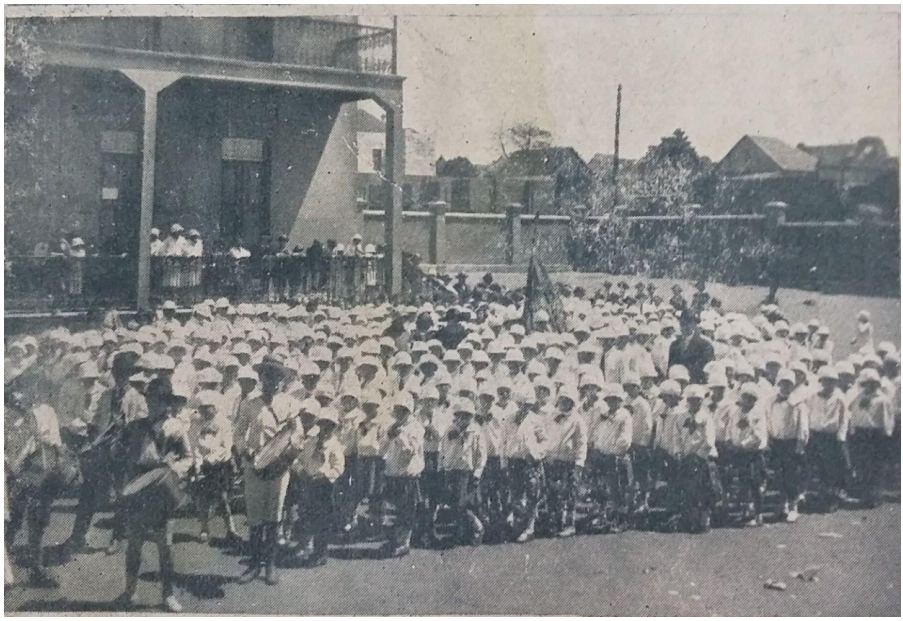
Figura 3 - Prédio da Escola Normal de Ponta Grossa
(década de 1920)

FONTE: Acervo Foto Elite

Figura 4 - Pátio central da Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1937)

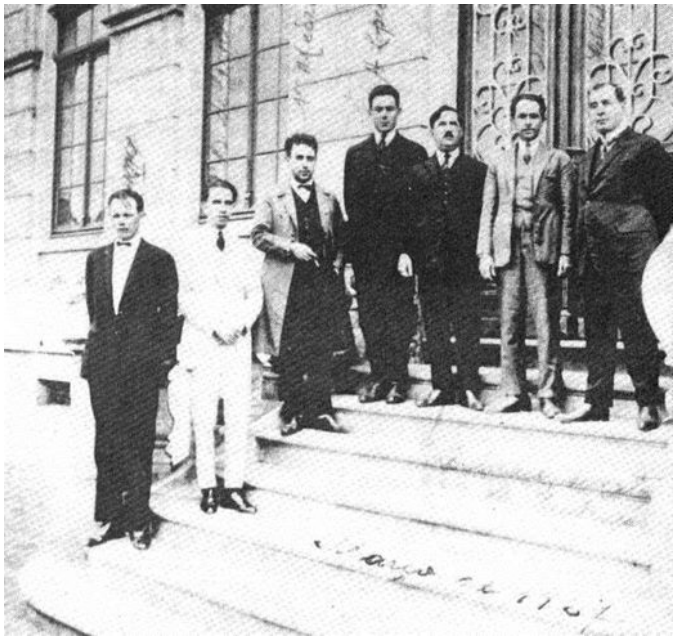
FONTE: Acervo Antigamente em Ponta Grossa.

Figura 5 - Pátio central da Escola Normal Primária de Ponta Grossa.



FONTE: Museu Campos Gerais

Figura 6 - Os primeiros professores do Ginásio Regente Feijó.



FONTE: Acervo Antigamente em Ponta Grossa

Nota: Da esquerda para direita: Estevão Zeve Coimbra, Manuel Dias Garcia, Nicolau Meira de Angelis, Ângelo Lopes, Lysímaco Ferreira da Costa (Diretor de Instrução Pública do Paraná), Júlio Eleutério da Luz e Helvídio Silva.

Figura 7 - Normalistas na escadaria da porta principal da Escola Normal Primária (Ponta Grossa)

FONTE: Acervo Antigamente em Ponta Grossa.

Figura 8 - Professores do Ginásio Regente Feijó

FONTE: Acervo Foto Elite.

Figura 9 - Solenidade no pátio da Escola Normal Primária de Ponta Grossa (à direita a sede do Colégio São Luiz)

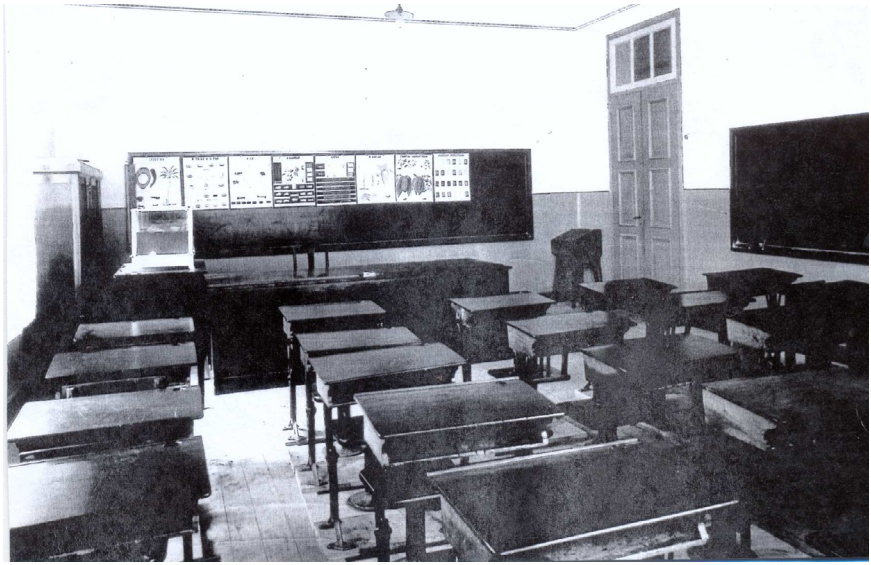
FONTE: Museu Campos Gerais.

Figura 10 - Escola Normal Primária de Ponta Grossa e Colégio São Luiz

FONTE: *Álbum de Ponta Grossa*, 1923.

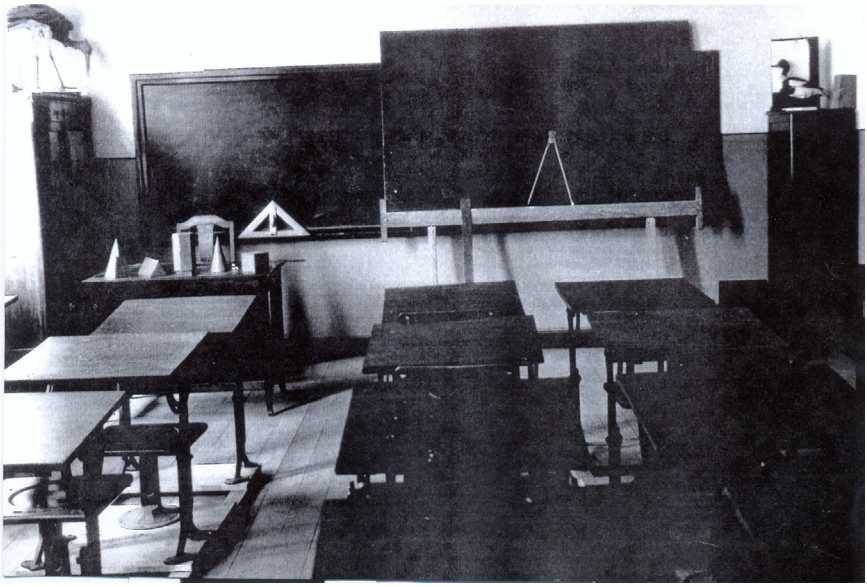
Nota: vista parcial da cidade de Ponta Grossa, com destaque para a Igreja do Rosário

Figura 11 - Sala 3: Professor Leopoldo Pinto Rosas (Ciências Físicas e Naturais)



FONTE: Álbum do Paraná – Museu Campos Gerais.

Figura 12 - Sala 7: Professor José Daros (Desenho)

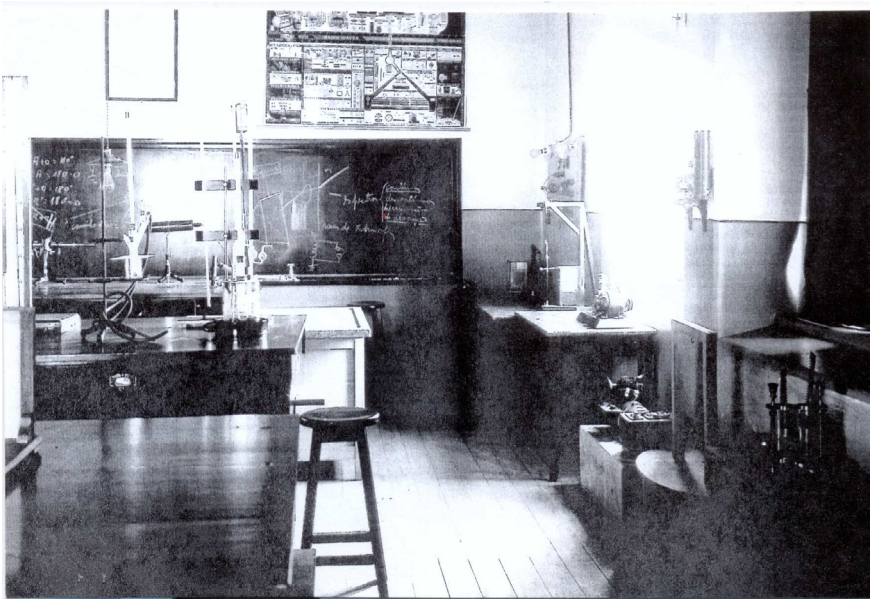


FONTE: Álbum do Paraná – Museu Campos Gerais.

Figura 13 - Sala 9: Professor Oscar de P. Soares (Química)

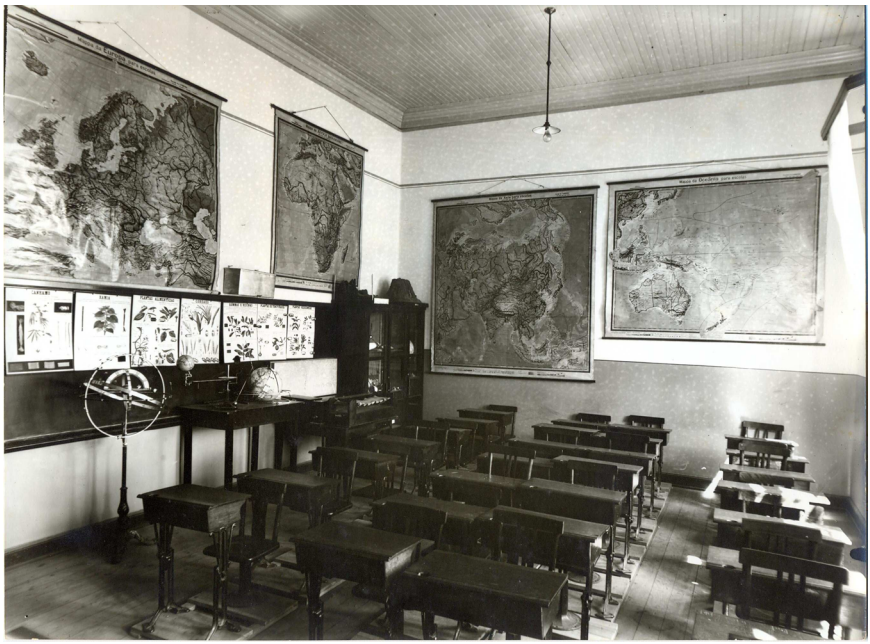
FONTE: Álbum do Paraná – Museu Campos Gerais.

Figura 14 - Sala 11: Professor Sady Silveira (Física)



FONTE: Álbum do Paraná – Museu Campos Gerais.

Figura 15 - Sala 13: Professor Álvaro Junqueira Freitas (Geografia)



FONTE: Álbum do Paraná – Museu Campos Gerais.

Figura 16 - Certificado de Exame de Admissão (frente)

Ministério da Educação e Saúde Pública

Ginasio Regente Feijó

Equiparado ao Colégio Pedro II

Certificado de Exame de admissão N. 70

Certifico que Estanislau Sekula

filho de Miguel Sekula

natural de Wyroko Cistewskie, E. de Krisyroslodnie

nascido em 20 de outubro de 1925 foi considerado aprovado em exame de admissão em 20 de 2 de 1938 com o seguinte resultado:

Português: escrita 50; oral 50; final 50

Matematica: escrita 95; oral 30; final 62

Geografia 80

Historia do Brasil 70

Ciencias naturais 60

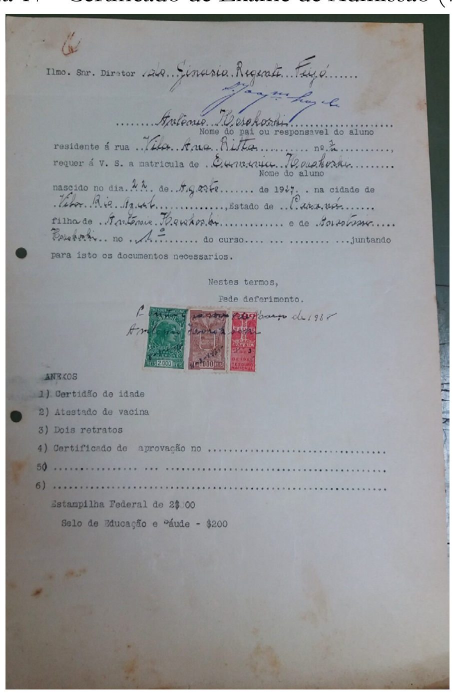
Média geral 64

de 193

O Inspetor

FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó

Figura 17 - Certificado de Exame de Admissão (verso)



Ilmo. Snr. Diretor do Ginasio Regente Feijó

Nome do pai ou responsavel do aluno

residente á rua Vila Ana Rita no 2,

requer á V. S. a matricula de

Nome do aluno

nascido no dia 22 de Agosto de 1927 na cidade de Vila Rio ... Estado de Paraná

filha de ... e de ...

no 1º do curso ... juntando para isto os documentos necessarios.

Nestes termos,

Pede deferimento.

ANEXOS

1) Certidão de idade

2) Atestado de vacina

3) Dois retratos

4) Certificado de aprovação no

5)

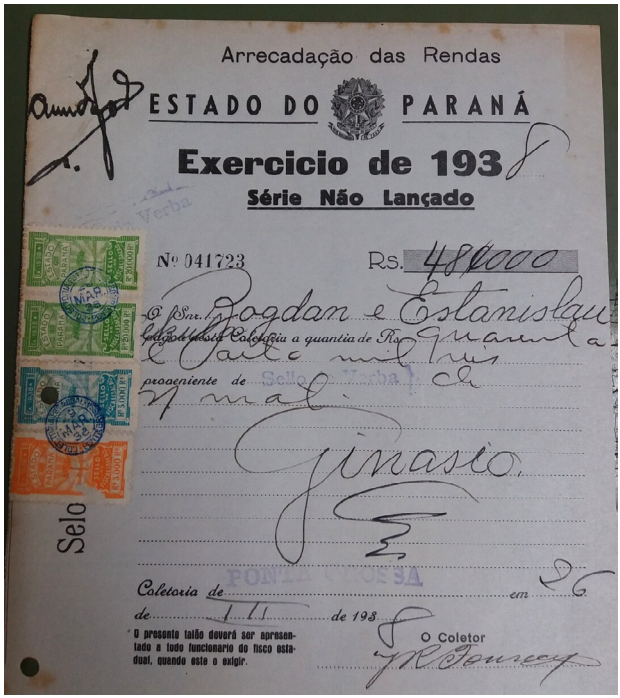
6)

Estampilha Federal de 2$000

Selo de Educação e Saúde - $200

FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó

Figura 18: Taxa de inscrição de Exame de Admissão



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó.

6

"Hoje a aula é no museu": o patrimônio cultural e suas possibilidades

Mayer, Milena Santos
Lima, Samara Hevelize de

Introdução

O artigo busca fomentar um debate sobre a importância em se adotar uma perspectiva educacional na análise dos museus. Encoraja-se que educadores vejam o museu não apenas como um espaço de preservação estática e material, mas como um instrumento dinâmico para a construção e desconstrução de memórias, identidades e histórias, em consonância com os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Para ilustrar essa abordagem, o artigo examina a Mansão Villa Hilda e sua transformação em Museu Municipal Aristides Spósito, localizado em Ponta Grossa, Paraná. Esta análise permite uma reflexão crítica sobre como o patrimônio cultural local pode ser reinterpretado através das simbologias que são continuamente construídas e desconstruídas no contexto museológico. A utilização desse exemplo serve para evidenciar a aplicação prática dos conceitos educacionais no museu, demonstrando como a perspectiva educacional pode enriquecer a compreensão e o papel dos museus na sociedade contemporânea.

Museu: a sede cerimonial do patrimônio cultural

A terminologia "patrimônio" pode ter inúmeros significados, sendo sua base modificada conforme a compreensão sobre as redes que esta palavra forma, seja socialmente, politicamente e/ou culturalmente. Em alguns

contextos a palavra patrimônio é compreendida como uma herança, uma tradição, um legado ou até mesmo uma propriedade, mas quando partimos para o debate sobre o patrimônio como um conceito cultural, essa percepção é ampliada, envolvendo não somente sua base etimológica, mas as relações simbólicas que este estabelece com os indivíduos, em seu contexto de espaço e tempo.

No imaginário popular, quando nos referimos a um patrimônio de uma cidade, logo somos remetidos à ideia de suntuosas estruturas em pedra, cal e madeira, mas patrimônios também são símbolos e signos que vinculam uma comunidade àsmemórias, identidades e culturalidades coletivas.

Podemos, então, refletir que a ideia do patrimônio para além de sua materialidade, passando a concepção do campo simbólico, das representações sócio-culturais, percebendo este patrimônio como cultural, vinculado com as relações sociais, com práticas cotidianas, com sujeitos e suas vinculações coletivas.

> (Patrimônio) A expressão designa um bem estimado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (Choay, 2001, p.11).

Na perspectiva de Choay (2001), podemos pontuar que patrimônio cultural pode ser uma música, um poema, um sabor, uma casa, uma tradição, um monumento, uma área ambiental. O que identifica aquele elemento como um bem cultural são os vínculos estabelecidos entre a comunidade e aquela simbologia, o entendimento de como são construídos socialmente, quais influências exercem sobre os indivíduos, seus hábitos e suas memórias, quais são os símbolos que tornam aquele local, aquele bioma ou aquela tradição passível de ser preservado.

Os museus também são patrimônios culturais, para além de espaços estáticos, são a sede cerimonial de heranças e tradições, são ambientes de representações de práticas sociais, vinculados com a cultura, a identidade e as memórias coletivas, podemos então refletir que:

> Eles (museus) procuram lidar com as memórias, imagens e identidades construídas, que são sempre incompletas porque correspondem a uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e grupos sociais que não se encontram parados no tempo, mas em contínua transformação. Além disso, procuram perceber as tensões e disputas que resultam nas lembranças e esquecimentos que estão presentes em políticas e instituições do patrimônio. (Chagas; Sepulveda, 2007, p.16).

Na percepção acima, de Chagas e Sepúlveda (2007), podemos colocar os museus como locais de ritualização de ações sociais, que musealizam objetos, documentos e discursos dentro de uma projeção cultural, que presentifica memórias, ações e valores, interligando representações do passado, do presente e do futuro dentro do espaço físico do museu, mas também no campo simbólico deste.

Quando falamos no espaço físico do museu, não é somente a questão material do prédio, mas todo o espaço social, histórico e geográfico que o circunda, é aquele local que servirá de suporte para o diálogo com a comunidade, será o ponto de encontro de gerações, território de construção e desconstrução social, também é um local em transformação, dialogando com diferentes discursos que trabalham com a dualidade de permanências e rupturas, reproduzidas socialmente.

Atrelado a esse suporte material, temos então as diferentes simbologias construídas dentro de discursos, que buscam legitimar ritos e memórias que representem uma noção de identidade coletiva. Constrói-se naquele local uma narrativa memorial coletiva que busca conectar com diferentes indivíduos, conforme seus pontos de individualidade.

Cada pessoa, ao adentrar um museu, terá uma percepção diferente sobre aquela representação, trazendo suas próprias referências identitárias ao olhar – tornando o museu não somente uma vitrine, mas um espaço de transformação entre memórias narradas e memórias visitadas.

Educação Museal: definições e instrumentos legais

No Brasil, desde a promulgação do Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904, sancionada em 14 de janeiro de 2009, consideram-se museus,[1]

> [...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, **estudo, pesquisa, educação**, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público**, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento** (grifo nosso) (Brasil, 2009).

As instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território, visando o desenvolvimento cultural e socioeconômico e a participação das comunidades, também se enquadram nesta definição legal. Além disso, a legislação determina que os princípios fundamentais dos museus incluamm a valorização da dignidade humana, a promoção da cidadania, o cumprimento da função social, a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental, a universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural e o intercâmbio institucional (Brasil, 2009).

Dessa forma, a legislação brasileira, através do Estatuto de Museus, reforça a importância dos museus como instituições fundamentais para a educação e os processos educacionais, integrando-os ao sistema escolar e ao desenvolvimento cultural e socioeconômico do país. Todavia, esse entendimento é fruto do acúmulo de discussões, pesquisas e trabalho de profissionais do campo da museologia e da educação ao longo do século XX.[2]

1. Recentemente, em 24 de agosto de 2022, durante a 26ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em Praga, foi adotada uma nova definição de museu, a saber: "Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos".

2. Para uma abordagem aprofundada sobre o tema, sugerimos a consulta a publicação recente organizada por Maurício André da Silva e Andrea Fernandes Costa, que compila estudos de diversos profissionais e pesquisadores sobre acontecimentos, personagens, instituições e perspectivas contemporâneas da educação museal no Brasil. A obra é: SILVA, Maurício André da; COSTA, An-

A consolidação do papel educativo dos museus, tanto no Brasil quanto internacionalmente, foi significativamente impulsionada pelo Seminário Regional Latino-Americano da UNESCO sobre o Papel Educativo dos Museus em 1958. Este seminário, realizado no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro, é amplamente reconhecido como um marco na museologia, estabelecendo novas diretrizes e perspectivas para a função educacional das instituições museológicas.

> O museu e a educação. O museu pode trazer muitos benefícios à educação. Esta importância não deixa de crescer. Trata-se de dar à função educativa toda a importância que merece, sem diminuir o nível da instituição, nem colocar em perigo o cumprimento das outras finalidades não menos essenciais: conservação física, investigação científica, deleite etc. (Unesco, 1958, p. 11).

Contudo, foi na década de 1970 que os profissionais e pesquisadores da área consolidaram conceitos e posicionamentos sobre a função social dos museus, uma perspectiva fortemente influenciada pelo educador brasileiro Paulo Freire.[3] As concepções de Freire sobre educação como prática libertadora e de conscientização tiveram um impacto profundo no campo museal, promovendo a visão de que os museus podem ser ferramentas eficazes na construção de identidade, cidadania e transformação social.[4]

Um evento de relevância fundamental para esse entendimento foi a Mesa-Redonda de Santiago do Chile realizada em 1972.[5] Este encontro representou um ponto de virada significativo, fornecendo novas perspectivas e fundamentações teóricas que viriam a embasar políticas públicas e atividades

drea Fernandes (Org.). História da educação museal no Brasil. São Paulo: ICOM-CECA, 2024. 210 p. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Livro-Educac%CC%A-7a%CC%83o-Museal-BR-Final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

3. Registramos que, no final da década de 1960, Paulo Freire publicou duas obras fundamentais que influenciaram profundamente o campo da educação: *Educação como Prática da Liberdade* (1967) e *Pedagogia do Oprimido* (1968).

4. Ver: MARIA, Vânia; ALVES, Siqueira; DE SOUZA REIS, Maria Amélia Gomes. Tecendo relações entre as reflexões de Paulo Freire e a Mesa--Redonda de Santiago do Chile, 1972. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio–PPG-PMUS Unirio| MAST-vol, v. 6, n. 1-2013, p. 113.

5. Encontro interdisciplinar sobre o desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo, o mesmo pode ser acessado em: https://www.ibermuseos.org/pt/recursos/documentos/declaracion-de-la-mesa-de-santiago-de-chile-1972/

museológicas, delineando uma nova prática social para os museus. As resoluções do referido evento destacaram a necessidade de os museus atuarem como agentes ativos na promoção da inclusão social e no desenvolvimento cultural, consolidando a ideia de que essas instituições não são apenas espaços de preservação do patrimônio, mas também de educação e engajamento comunitário.

Esta abordagem, que prioriza a educação e a participação comunitária, consolida os museus como instituições engajadas na transformação social e no desenvolvimento cultural, constituindo a base da atual Política Nacional de Educação Museal (PNEM). A PNEM, resultante de um extenso processo participativo que envolveu consulta pública e reuniões regionais, foi ratificada através da Carta de Petrópolis (2010)[6] e da Carta de Belém (2014),[7] durante as edições do Fórum Nacional de Museus. O documento final da PNEM foi aprovado no 7º Fórum Nacional de Museus em 2017, realizado em Porto Alegre/RS.[8]

Este documento define a Educação Museal como "um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade" (Brasil, 2017). Em síntese, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) funciona como um direcionamento para fortalecer o campo profissional e garantir as condições mínimas necessárias para conduzir práticas educacionais nos museus e processos museais. A recomendação é que cada museu deve dispor de um departamento de educação museal composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, bem como ter uma alocação financeira e participação nas decisões estratégicas. Além disso, os museus devem elaborar e revisar regularmente seus Programas Educativos e Culturais, em harmonia com seus Planos Mu-

6. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília: IBRAM, 2018. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf. Acesso em 20 ago.2024.p.111-121.

7. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília: IBRAM, 2018. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf. Acesso em 20 ago.2024.p.122-125

8. Oficializado pela Portaria Nº 422, de 30 de novembro de 2017, subsequentemente revisada pela Portaria Nº 605, de 10 de agosto de 2021. Todos os demais documentos referentes a PNEM podem ser consultados no site oficial do Instituto Brasileiro de Museus, disponível em: https://pnem.museus.gov.br/. Acesso em: 20 ago.2024.

seológicos, considerando as particularidades institucionais e dos diversos públicos atendidos.

Diante desse cenário, surge a seguinte indagação: como os educadores da educação básica podem recorrer ao campo da museologia e dos instrumentos institucionais como a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), para aplicar e aproveitar os museus como espaços educativos? Como podem integrar os princípios da PNEM, que visam tornar os museus locais de educação e cidadania, ao currículo escolar e às práticas pedagógicas? Além disso, como podem agregar as contribuições de Paulo Freire para promover uma abordagem mais participativa e emancipadora no uso dos museus como recursos educativos? Essas são questões fundamentais que os educadores podem refletir e explorar para enriquecer suas práticas educacionais e proporcionar experiências de aprendizagem mais significativas para seus alunos, utilizando os museus como espaços de construção de conhecimento e promoção da cidadania.

Museu casa: Mansão Villa Hilda

No debate da educação museal vinculada ao patrimônio local, a cidade de Ponta Grossa conta com diferentes tipologias de suportes de memórias, que podem, e devem ser utilizados como ferramenta de suporte educacional. Um desses locais é a Mansão Villa Hilda, imóvel que faz parte do cotidiano dos ponta-grossenses, devido sua localização central, sua arquitetura, suas lendas e as diferentes instituições que abrigou.

A Mansão Villa Hilda é considerada um imponente casarão da paisagem de Ponta Grossa, foi construído na década de 1920, por Alberto Thielen, proprietário da Cervejaria Adriática,[9] recebeu esta denominação, em homenagem a sua esposa Ida Hilda Schust Thielen, uma tradição europeia de batizar a casa com o nome da matriarca da família. Sua arquitetura em alvenaria é considerada eclética, possuindo influência francesa do estilo neoclássico com elementos *art-nouveau*, como pode ser observado na Fotografia 1.

9. Cervejaria fundada em 1894 em Ponta Grossa, pelo imigrante alemão Henrique Thielen. Situada na Avenida Vicente Machado.

Fotografia 1 – Mansão Villa Hilda

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Ponta Grossa, 2024.

A casa acima está organizada em 3 pavimentos, o primeiro é o porão, local que servia de morada e salas de trabalho dos empregados da casa; o segundo pavimento local de residência da família e o torreão que abrigava sótão e mirante, seguindo a influência europeia dos palacetes e castelos. Todos os cômodos do segundo pavimento são decorados com afrescos pintados pelo artista de origem alemã Paulo Wagner, com motivos florais, cores intensas e simbologias que remetem à origem dos proprietários.

A propriedade da família Thielen foi comprada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa em 1968, sediando a Biblioteca Pública Professor Bruno Enei, marcando gerações de ponta-grossenses que utilizaram este espaço. Em 1990 a mansão foi tombada como Patrimônio Cultural do Estado do Paraná (Livro tombo nº 99-11/90). Entre os anos de 1995 e 1996 a casa passou por um intenso restauro, resguardando sua identidade e recuperando suas características originais. O imóvel também abrigou durante certo tempo a Fundação Municipal de Cultura.

Em 2023 a mansão passou a ser sede do Museu Municipal Aristides Spósito, recebendo todo o acervo do Museu Época,[10] após o falecimento de

10. Museu Época fundado em 1992, em um casarão na Praça Roosevelt, datado de 1880, com a denominação de Museu e Mini Zoológico Época, uma ação do representante comercial Aristides Spósito e do Radialista Francisco Silva, que durante 15 anos reuniram peças para compor o acervo inicial (LIMA; OLIVEIRA; TERLESKI, 2023).

seu proprietário Aristides Spósito, em 2019. Esse novo espaço de memória de Ponta Grossa foi organizado expograficamente para representar um museu casa, ou museu cenário.

Casa em síntese é um local a ser habitado, vivido, experimentado, uma extensão privada das nossas vidas públicas. A casa também é um elemento histórico e sócio cultural, presentes na arquitetura, a qual remete a um estilo histórico, com representações e particularidades de uma época; também está presente no território, seu local de solidez que se vincula a camadas sociais; no lugar social dos seus habitantes, diferenciados por suas posições e gêneros; na presença dos móveis, que denotam tradições e experiências; nas redes de contato, em síntese, a casa além de ser um local de vivência familiar, também é um local de representações.

> As casas museus (sejam elas casas das camadas populares, das classes médias ou das elites sociais e econômicas), a rigor, são casas que saíram da esfera privada e entraram na esfera pública, deixaram de abrigar pessoas, mas não deixaram necessariamente de abrigar objetos, muitos dos quais foram sensibilizados pelos antigos moradores da casa (Chagas, 2010, p.6).

Como abordado na citação acima, as casas-museu, conhecidas também como museu-casa ou museu-cenário, passam a ser o lar memorial dos objetos ali presentes, que já não possuem sua função de uso original, tornam-se através do rito museal, objetos representativos de um discurso. Essa tipologia de museu é como um reflexo do passado e do presente de uma parcela social, assim como todo patrimônio e museu, ele não consegue ser geral, acaba sendo limitado a um conjunto de indivíduos que se identificam com aquele local ou símbolo.

O museu casa dispõe, em sua representação, de uma especificidade de acervos, visando projetar uma memória coletiva, com um recorte de uma época e de uma classe, representar uma disposição familiar e um trabalho doméstico, podendo auxiliar no entendimento de outros elementos sociais como religiosidade, práticas comerciais, sociais e culturais, além de ser um local que satisfaz a curiosidade do visitante sobre arranjos familiares.

O visitante, nessa experiência, dialoga com uma representação construída do cotidiano e da intimidade de núcleos familiares, utilizando de su-

portes físicos (os móveis, os objetos) e a imaterialidade ali presente (a imaginação e as simbologias naquele local e época). E esse é o propósito do Museu Municipal na Mansão Villa Hilda, um diálogo entre simbologias e histórias, atrelados a elementos de representação.

O museu casa convida a pensarmos as relações ali postas, mas também nas ausências de discursos – nas discussões que circundam os cômodos da residência, como as dinâmicas sociais de hierarquia, gênero, cor e classe. Essa tipologia museal nos permite somar diferentes composições e narrativas, dialogando diferentes fatos históricos, ressaltando críticas de cunho social, debatendo culturalidades e percebendo construções de memórias individuais e coletivas.

Podemos pensar na Mansão Villa Hilda em um local voltado para a representação da elite de Ponta Grossa na década de 1920, sua arquitetura, sua localidade e seus elementos simbólicos, porém dentro daquele local, outros discursos também perpassam a historiografia, como a relação de hierarquia existente entre os donos da casa e os seus trabalhadores, sendo em grande maioria das áreas rurais e periféricas, podemos ver a representação da relação de poder nas fotografias abaixo.

Fotografia 2 – Sala de Jantar - Mansão Villa Hilda

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Ponta Grossa, 2024.

Na fotografia 2 temos a representação da Sala de Jantar no piso superior, com elementos que demonstram o alto padrão que a família possuía entre as décadas de 1920 e 1940. O pé-direito alto, as decorações nas paredes,

os móveis em grande maioria importados, enfim, toda a disposição expográfica discursa sobre os hábitos e costumes de uma elite política e econômica da época.[11]

Fotografia 3 – Sala Trabalho- Mansão Villa Hilda

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Ponta Grossa, 2024.

Em contrapartida, a fotografia 3 se caracteriza por conter outros elementos, nos mostra uma sala no piso inferior, local onde, originalmente, ficavam um dos quartos dos empregados. Nesse espaço é debatido a invisibilização histórica que envolve os trabalhadores (da casa, das fábricas, das ferrovias), bem como suas origens e seus saberes. São relações que muitas vezes são despercebidos pelo olhar, mas enfatizadas no discurso oral da monitoria, ressaltando elementos presentes e elementos ausentes em uma narrativa oficial a respeito da Mansão Villa Hilda.

A existência de um museu-casa pode ser considerada a celebração do passado, mas em conexão com as demais temporalidades, em uma dança de tempos diversos que não são homogêneos – mesmo que alguns móveis sejam de uma data definida, seu uso e costume extrapolam aquele espaço tem-

11. É fundamental destacar que os objetos expostos não eram originalmente pertencentes a essa casa nem à família que nela viveu. Conforme já mencionado, as peças foram reunidas por Aristides Spósito através da prática do colecionismo e possuem as mais variadas origens. No novo museu, esses itens foram organizados com o objetivo de reconstituir o ambiente doméstico da elite local da época.

poral – dessa forma, podemos dizer que o museu-casa é uma dança de tempo e espaço heterogêneos que brincam com nossa imaginação e percepção.

Museus e educação: considerações finais

Apesar da crescente democratização dos museus ao longo do século XX, com a abertura de diversas instituições públicas e privadas e o incentivo aos usos educacionais, tais instituições ainda podem ser vistas como elitistas, acessíveis apenas a uma pequena parcela da população. Esse paradoxo persiste mesmo com esforços para destacar o potencial dos museus em prol do desenvolvimento de uma sociedade plural e respeitosa das diferenças culturais.

Refletir sobre museus e o patrimônio cultural legitimado por instâncias públicas implica abordar as identidades encenadas e reencenadas na constituição de coleções e nas exposições. Mesmo com os esforços influenciados pela Museologia Social para ressignificar práticas e discursos por meio de ações inclusivas, persiste o desafio de representar práticas culturais para as quais as instituições não possuem acervo. Tal situação evidencia a necessidade de uma abordagem mais dinâmica e participativa na gestão museológica. Nesse contexto, a educação museal emerge como essencial para a aproximação de públicos diversos e para promover a participação ativa da comunidade em que a instituição está inserida.

Além disso, é pertinente reconhecer que as práticas preservacionistas fazem parte de um processo dinâmico e transformador, sempre permeado por disputas políticas, econômicas e simbólicas. Conforme mencionado anteriormente, o campo do patrimônio é concebido como um espaço de conflitos, envolvendo relações de força e poder (Chagas,2006). Com base nisso, esta reflexão visa incentivar os educadores de Ponta Grossa a utilizarem os museus como espaços de aprendizado e reflexão, especialmente o recém-criado Museu Municipal, onde os alunos podem estabelecer conexões entre o passado e o presente.[12] Acreditamos que, a partir das demandas oriundas

12. Na rede pública municipal de ensino, o Referencial Curricular para os anos iniciais do Ensino Fundamental apresenta exemplos de como a temática dos patrimônios históricos e culturais pode ser abordada, sem se limitar a esses casos específicos. No 3º ano, a unidade temática "O Lugar

do ambiente escolar, essa instituição pode se tornar uma ferramenta capaz de fazer com que os discentes reconheçam a dinâmica do patrimônio cultural na cidade e suas múltiplas dimensões, questionando também os usos sociais do patrimônio, seus limites e lacunas. Isso contribui para a construção de uma identidade coletiva e para a valorização da diversidade cultural, essenciais para uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

> Ainda que a visita a um museu casa histórica possa significar um "refúgio" ou fascínio para o visitante, a relação museológica que se deve buscar trabalhar nele é a da relação não mistificadora: pensar com que questões aquela casa e seu patrono contribuem para a compreensão dos processos sociais (Cabral, 2006, p.3).

Consideramos que os educadores, antes de promoverem suas aulas em ou a partir de museus históricos, devem ter em mente que esses espaços e as coleções selecionadas e preservadas podem refletir as desigualdades sociais resultantes da colonialidade do poder,[13] presentes na hierarquia social brasileira. Sabemos que os grupos sociais hegemônicos exerceram influência significativa na construção da memória coletiva oficializada do país, adotando uma perspectiva monumentalista e excepcionalista em relação ao patrimônio (Gonçalves, 1996; Fonseca, 2017).

Observamos que com o surgimento da "nova museologia" a partir da década de 1970, houve uma tentativa de mitigar essa tendência, promovendo uma maior aproximação dos museus com a sociedade e facilitando o diálogo

em Que Vive" explora temas como os patrimônios culturais do município e os espaços de memória locais. No 5º ano, a unidade temática "Registros da História: Linguagens e Culturas" aprofunda a importância da preservação dos patrimônios naturais e culturais destacando seu papel na identidade cultural do povo brasileiro. Ver: REFERENCIAIS CURRICULARES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL/Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretaria Municipal de Educação. – Ponta Grossa - PR, 1ª edição, 2020. 552 p. Disponível em: https://sme.pontagrossa.pr.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Referenciais-curriculares-para-os-anos-iniciais-do-Ensino-Fundamental-1.pdf Acesso em 26 ago.2024.

13. Sobre o assunto ver: BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 28, p. e1, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/anaismp/a/KXPYHFZfFNqtGd9by39qRcr/ Acesso em 26 ago. 2024. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em 26 ago. 2024.

com grupos socialmente marginalizados. Essa abordagem ampliou a função dos museus para além de meros locais de guarda de coleções. No entanto, reconhecemos que realizar transformações tão profundas requer um esforço considerável diante dos conflitos de interesses tão evidentes nos debates sobre o patrimônio cultural. Nesse sentido, conclamamos os educadores a engajarem-se no debate público, incentivando e colaborando com as instituições museológicas locais. Nosso intuito é promover atividades educativas, o estímulo ao diálogo e o apoio na ampliação do acesso aos museus, contribuindo assim para uma maior democratização do patrimônio cultural.

Diante das reflexões proporcionadas, torna-se imperativo que os educadores incorporem ações educativas em museus como estratégias pedagógicas enriquecedoras. Como desdobramento prático, propomos visitas exploratórias ao Museu Municipal Aristides Spósito, objetivando identificar seus propósitos educacionais e a elaboração de atividades que possam ser posteriormente aplicadas em sala de aula. É essencial que essas atividades incentivem os alunos a refletirem sobre a noção de patrimônio cultural promovendo questionamentos sobre as razões pelas quais certos objetos são ou não incluídos nas coleções museológicas.

Por fim, como acadêmicas e profissionais desta área, defendemos firmemente a perspectiva de que os museus históricos não apenas desempenham o papel de espaços de aprendizado sobre determinadas temáticas, mas também atuam como instrumentos eficazes na promoção do desenvolvimento de habilidades analíticas, interpretativas e reflexivas tanto para os educadores quanto para os estudantes. É inegável que os museus constituem elementos essenciais na formação cidadã e educacional, proporcionando um ambiente propício para o aprimoramento do pensamento crítico e da consciência histórica. Esses espaços, ao fomentarem o questionamento e a reflexão sobre questões sociais, culturais e históricas, podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade menos desigual. Dessa forma, é crucial reconhecer o papel dos museus não apenas como instituições culturais, mas também como agentes de transformação social e educacional, capazes de influenciar positivamente o desenvolvimento individual e coletivo dos cidadãos.

Fontes

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. **Estabelece o Estatuto dos Museus.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 20.ago.2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Caderno da Política Nacional de Educação Museal. Brasília: IBRAM, 2018. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf. Acesso em 20 ago.2024.p.111-121.

UNESCO, Documento final do Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus. Rio de Janeiro: ICOM/ UNESCO, 1958. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. p.11-16.

Referências

CABRAL, M. Educação em Museus Casas Históricas. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/paracriancas/arquivos/file/arq_textos/Educacao_em_Museus.pdf . Acesso em 09 jun. 2024.

CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, M. de S.; SEPÚLVEDA, M. A linguagem de poder dos museus. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. S.; SEPÚLVEDA, M. Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 12-19.

CHAGAS, M. A poética das casas museus dos heróis populares. Mosaico, v. 2, n. 4, p. 3-12, 2010.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017

GONÇALVES, J. R. S. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

LIMA, S. H; OLIVEIRA, V. G. de; TERLESKI, E. Museu Casa. Exposição de longa duração no Museu Municipal de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2023. (texto não publicado).

7

O delineamento de uma "Nova Forma Escolar": Senador Correia (1912)

Oliveira, Silmara Fernandes

Introdução

A criação dos grupos escolares no Brasil deu-se a partir da reforma da Instrução Pública em 1893, sendo implementados a partir de 1894 por meio da junção das escolas isoladas (Souza, Faria Filho, 2006). A instrução pública e gratuita teve início em Ponta Grossa, PR, com a instalação do Grupo nº 2 ou Escola Promíscua (escola para ambos os sexos), localizada na Praça Roosevelt, s/nº. Posteriormente, essa instituição de ensino passou a ser denominada Grupo Escolar Senador Correia. Criada em 1912, foi inspirada nos modelos dos grupos escolares de São Paulo e do Distrito Federal (RJ) iniciados no final do século XIX (Bencostta, 2001).

Na construção deste texto, buscamos compreender a importância da estruturação da nova abordagem escolar, que representou o acesso de uma parcela da população ao ensino primário e delineamento de uma cultura escolar. Essa nova forma escolar fez parte de uma configuração histórica particular, baseada em determinações sociais (Vicent, Lahire, Thin, 2001) no final do século XIX e início do século XX. E a cultura escolar que se delineou foi formada pelo conjunto de normas que regiam o espaço e o tempo escolar, que definiram os saberes a serem ensinados e condutas a inculcar (Julia, 2001).

Para a construção deste artigo, utilizamos como fontes o regimento interno, atas, avisos, imagens fotográficas, a hemeroteca do Museu Cena e dados de nossas pesquisas realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação em Pedagogia e no Mestrado em Educação na Univer-

sidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A delimitação temporal inicia-se em 1912, ano de sua inauguração e finaliza com uma breve análise até 2024, ano que a escola completou 112 anos e que se iniciou o projeto de privatização de 204 escolas públicas estaduais paranaenses. Um projeto audacioso que pode gerar a quebra do pouco que foi conquistado e traz incertezas ao futuro de uma educação de qualidade. A implementação do Grupo Escolar Senador Correia materializou um conjunto de inovações pedagógicas, tais como: a organização dos tempos escolares, a didática, o currículo, a distribuição e a seriação do(a)s aluno(a)s em classes, dentre outros.

O Grupo Escolar Senador Correia (1912)

No início do século XX, o Estado do Paraná enfrentava diversas transformações sociais, econômicas e culturais, que exigiram uma reorganização escolar. Consequentemente, uma das principais mudanças desse período foi a criação dos chamados grupos escolares, estabelecidos em áreas centrais das cidades mais representativas. Esse processo trouxe consigo o delineamento de diretrizes e normas para a construção, organização escolar e curricular. Em pouco tempo, as cidades que se destacavam economicamente e socialmente tornaram-se sedes para novos grupos escolares. Segundo Oliveira (2001), no início do período republicano, o Paraná contava com 180 escolas públicas e 19 particulares, totalizando 130 cidades com escolas, sendo Curitiba e Paranaguá as que concentravam o maior número.

Ademais, essas implementações propunham a afirmação de uma nova organização escolar e a preocupação de alguns dirigentes e inspetores em:

> "[...] incorporar o 'povo' á nação republicana e, no mesmo movimento, ao mercado. Suas simbólicas dimensões foram pensadas para despertar o gosto pelo belo e, pedagogicamente, para um público específico: as crianças. Entre outros elementos, salas de aula, corredores, pátios, banheiros, jardins, quadros, carteiras, cadeiras, giz, cantinas e detalhes em sua configuração arquitetônica são distribuídos nos espaços, nem sempre de modo harmônico [...]" (Faria Filho, 2014, p. 34).

Implementar escolas estaria relacionado a ter professore(a)s, mas em algumas situações isso nem sempre foi concretizado, devido à falta de profissionais (Oliveira , 2001). As escolas concretizadas nas cidades, sua educação ofertada não atendia a demanda da população rural. Outro problema frequentemente citado nas fontes documentais consultadas, era a evasão escolar.

O início da construção da ferrovia no Paraná, na década de 1880, favoreceu a criação de uma linha ligando as cidades de Ponta Grossa a Paranaguá, o que resultou na construção da Estação Ponta Grossa em 1899, anexa à linha da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, inaugurada em 1907 (Monastirsky, 2001). Essas ações trouxeram transformações nos cenários urbanos das principais cidades da Região Sul e impulsionaram a migração de pessoas para os centros urbanos, atraídas pela possibilidade de trabalhar na construção da ferrovia ou em outros setores. Consequentemente, o número de habitantes nos centros urbanos cresceu, e as escolas existentes já não davam conta de atender à demanda crescente.

Dessa forma, uma vez reconhecida a necessidade de novos espaços para a instrução pública, devido à presença de aluno(a)s à sua formação e a fatores políticos e econômicos, estabeleceu-se um vínculo entre o Estado e a escola recém-criada (Faria Filho, 2014). Essa tomada de consciência por parte dos dirigentes da época, somada às exigências impostas pelo advento da Primeira República, levou-os a implementar outros grupos escolares nas cidades paranaenses.

No dia 9 de junho de 1910, reuniram-se em sessão ordinária, na Câmara Municipal de Ponta Grossa, o então Prefeito José Bonifácio Guimarães Vilela,[1] o Presidente da Câmara José Miro de Freitas,[2] e os vereadores Capitão Fernando Corrêia Bittencourt, Capitão Brazílio Ribas, Capitão Euclides Correia Ribas, Carlos Osternack[3], Tenente Coronel Henrique Thielen[4], e o

1. José Bonifácio Guimarães Vilela era filho do Comendador Bonifácio Vilela e Placidina Guimarães. Sendo irmão de Ernesto Vilela, que também foi prefeito de Ponta Grossa. Era comerciante e fazendeiro, em sua gestão inaugurou o Mercado Municipal, a escola Senador Correia e algumas ruas ganharam pavimentação (Augusto Ribas, Cel. Ducídio, Santana e 7 de setembro).

2. Era fazendeiro e foi nomeado como vereador e presidente do PSD (Partido Social Democrático).

3. Comerciante, dono da Casa Osternack e Cia.

4. No final do século XIX, o alemão Heinrich (Henrique) Thielen chegou ao Estado do Pa-

secretário da Câmara Manoel Ferreira para discutir o Projeto n.º 78 enviado pelo Presidente do Estado do Paraná (Ponta Grossa, 1910).

O Projeto n.º 78 autorizava o Prefeito José Guimarães Vilela a fazer a aquisição, desapropriação, venda, transferência ou permuta de um terreno considerado adequado para a construção do primeiro grupo escolar. Na sessão ordinária, o Prefeito Guimarães Vilela disponibilizou um terreno de 3000 m² localizado no centro da cidade de Ponta Grossa, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Posteriormente, os redatores da sessão, José Miró Guimarães e Henrique Thielen, enviaram um ofício ao Presidente do Estado informando que o engenheiro poderia vir examinar o terreno escolhido (Ponta Grossa, 1910).

Por fim, o jornal *O Progresso*, de 2 de abril de 1912, comenta em uma de suas colunas que a reforma e organização da Instrução Pública do Estado é definitiva. Um dos motivos do governo do Estado do Paraná decidir instalar diversas escolas complementares nas cidades de Ponta Grossa, Paranaguá, Guarapuava, entre outras, foi seguir o exemplo do Estado de São Paulo (*O Progresso*, 2 de abril de 1912). De fato, os grupos escolares "(...) correspondem 'não a necessidades universais do homem que chegou a um certo grau de civilização, mas a causas definidas, a estados sociais muito particulares'" (Vincent, Lahire, Thin, p. 9, 2001).

Além disso, a instalação do Grupo Escolar Senador Correia ilustrou o início dos esforços de escolarização. Suas dimensões simbólicas foram planejadas pedagogicamente para atender um público específico, as crianças, entre outros elementos. Diversos aspectos de sua estrutura escolar, como o espaço e o tempo, sua formação e o processo pelo qual se constituiu, tendem a modificar certos elementos das formas antigas de educação. Naquele período, as escolas funcionavam de maneira isolada ou eram particulares, até mesmo residenciais, algumas com turmas multisseriadas (Vincent, Lahire e Thin, 2001). Concordamos com Vincent, Lahire e Thin (2001) que houve

raná com 9 anos de idade, estabelecendo residência com sua família em Morretes. Posteriormente mudaram para Curitiba e depois Ponta Grossa. Em 1993 a Cervejaria Grossel abre uma filial na rua Vicente Machado. Aos 15 anos de idade Henrique empregou-se na fábrica de cerveja da fundação da Cervejaria Adriática. Em 1896, Henrique passa a administrar a cervejaria, tornando-se sócio e depois proprietário, alterando o nome para Fábrica Adriática de Cervejas de Henrique Thielen. Disponivel em: https://groups.google.com/g/bo debrown/c/w45H5zTWCuE?pli=1. Acesso em: 29 jul. 2024.

uma necessidade emergente de delinear a nova forma escolar, a qual não ocorreu sem dificuldades, conflitos e lutas ao longo de sua construção histórica, envolvendo polêmicas e posições exacerbadas. Por isso, seu ensino talvez sempre esteja em crise.

Por outro lado, o Grupo Escolar Senador Correia não tinha as proporções monumentais dos "templos ou palácios da instrução" vislumbrados pela retórica republicana, mas sua construção representou o primeiro passo para ofertar ensino primário em um espaço público e gratuito (Bencostta, 2001). Sua configuração se insere em um espaço social amplo e se torna um instrumento do Estado para inculcar elementos além das primeiras letras e da matemática, instaurando "(...) um lugar específico distinto dos lugares onde se realizam as atividades sociais: a escola" (Vincent, Lahire e Thin, 2001). À medida que a Instrução Pública vai se estabelecendo, a educação interfere não somente na formação do sujeito, mas também na cultura escolar que se forma, conformando um modelo de escola advindo de pressões sociais.

A seguir, a Figura 1 mostra a imagem do Grupo Escolar Senador Correia em 1912.

Figura 1: Grupo Escolar Senador Correia - 1912

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

A estrutura dessa instituição foi construída em formato de U. Neste tipo de arquitetura, a sala do diretor foi projetada para ficar em um ponto

estratégico, permitindo ao diretor ter uma visão geral dos espaços e fiscalizar aluno(a)s, professore(a)s e demais funcionários. Ao todo, a arquitetura do Grupo Escolar incluía cinco salas de aula, uma sala para a diretoria, uma sala para as demais atividades, um pátio e sanitários que ficavam fora do edifício. Ademais, as grandes janelas, posicionadas de forma a favorecer a iluminação, e a construção elevada do solo, com entradas de ar, proporcionavam um ambiente mais arejado. Essa combinação, pensada por arquitetos, médicos e higienistas, produziu uma nova organização e cultura escolar. O pátio ou jardim permitia que meninos e meninas realizassem o recreio em períodos alternados, sendo um ambiente que diferenciava a escola da casa ou da rua (Faria Filho, 1998).

De acordo com os autores Vincent, Lahire e Thin (2001, p. 38):

> "A escola e a escolarização foram desenvolvidas até se tornarem essenciais na produção e reprodução de nossas formações sociais, das hierarquias, das classes... que as constituem. Se, no período anterior aos anos 60, 'a origem social determinava diretamente o nível de inserção profissional e social, sendo que a escola desempenhava apenas um papel anexo'...".

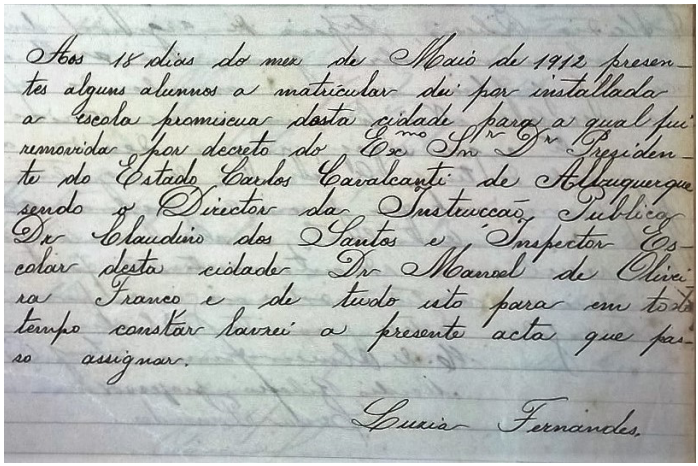
Ao mesmo tempo em que a escola exercia "um papel anexo" na sociedade para o contexto dessa pesquisa, ela simbolizava o início do avanço pedagógico, com princípios racionais e de modernidade das instalações, mas também de "produção e reprodução" de outros modelos de grupos escolares já implementados nos estados brasileiros. Além de seguir os modelos já existentes de outros grupos escolares nos outros estados brasileiros, o governo paranaense instituiu a "Escola Modelo" de Ensino Primário, juntamente com o Regulamento (1901), aprovado pelo Presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, que designou a escola da capital para servir de modelo, funcionando anexa ao Ginásio Paranaense e anexada à Escola Normal (Oliveira, 2001). Embora a autorização de funcionamento e criação desses grupos no Estado do Paraná tenha acontecido sob a Lei n.º 1236 de 1912, publicada em 1913, alguns grupos escolares já estavam sendo construídos; esta lei veio regulamentar seu funcionamento (Oliveira, 2001).

Uma das maiores mudanças que a construção dos grupos escolares trouxe foi a mudança de lugar, físico e simbólico, que permitiu discutir o

conhecimento escolarizado e delinear uma cultura escolar específica (Faria Filho, 1998). A partir desse momento, começou a delinear-se todo o ritual cotidiano (recreios, filas, organização espacial, temporal, brincadeiras, tomadas de leituras, festividades, dentre outros elementos). Tais características impõem o diálogo com outras ciências (Medicina, Psicologia, Direito, Arquitetura), pois o ordenamento social não seria possível somente por meio da prática pedagógica (Faria Filho, 1998).

Em Ponta Grossa, a primeira escola pública foi implementada no dia 28 de março de 1912. Esse Grupo resultou da junção de duas escolas isoladas: uma localizada na rua Engenheiro Schamber, sob a direção da professora Sara Santos, e a outra na rua Sant'Ana, chamada Escola Pública de Ponta Grossa, dirigida pela professora Luzia Fernandes.[5] Inicialmente, a professora Luzia Fernandes assumiu a direção do Grupo Escolar n.º 2, também conhecido como Escola Promíscua,[6] que posteriormente foi renomeado para Grupo Escolar Senador Correia.[7] Durante aproximadamente 15 anos, o Senador Correia foi a única instituição pública de ensino na cidade (Luporini, 1987).

Figura 2: Excerto da ata de instalação do Grupo Escolar nº 2 ou Escola Promíscua (1912)



Aos 18 dias do mez de Maio de 1912 presentes alguns alumnos a matricular dei por installada a escola promiscua desta cidade para a qual fui removida por decreto do Exmo Snr Dr Presidente do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque sendo o Director da Instrucção Publica Dr Claudino dos Santos e Inspector Escolar desta cidade Dr Manoel de Oliveira Franco e de tudo isto para em tempo constar lavrei a presente acta que passo assignar.

Luzia Fernandes.

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

5. A professora normalista Luzia Fernandes foi transferida da cidade de Morretes para lecionar no Grupo Escolar Senador Correia.

6. A denominação Escola Promíscua diz respeito ao ensino ofertado para meninos e meninas.

7. A escola recebeu o nome do Senador Correia do Império pela província do Paraná.

Segundo dados das atas consultadas para nossa pesquisa, em 1912 o grupo atendeu 127 aluno(a)s. Embora a construção desse edifício proporcionasse organização administrativo-pedagógica, de didática e de currículo, o despertar pelo cuidado com a infância e sua educação, bem como a reprodução de modelos de outros grupos escolares sem uma análise prévia das demandas, ocasionou problemas de acomodação devido ao número de estudantes matriculados.

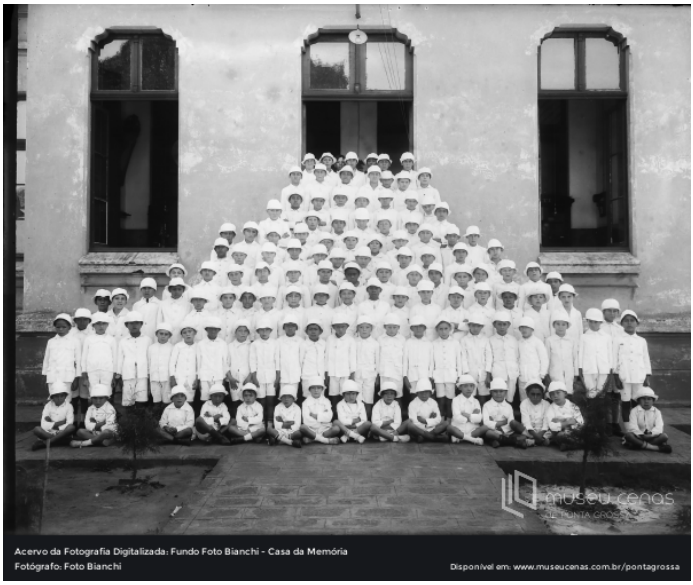
Por outro lado, as ações para implementar os grupos escolares descrevem uma forma de alfabetizar uma parcela da população, promovendo valores de trabalho, moral e higiene, visando atender às demandas emergentes da economia e ao quadro caótico da educação daquele período - a falta de espaços adequados, a inconsistência de métodos e a ineficiência do ensino. A ação educativa deu-se em "[...] uma configuração histórica particular, surgida em determinadas formações sociais, em certa época [...]" (Vincent, Lahire, Thin, 2001, p. 9).

Vivências na "Nova Forma Escolar"

De acordo com Faria Filho (1998), nessa conjuntura, o Grupo Escolar trouxe inovação, tanto pedagógica quanto sistemática. A construção da escola e de sua cultura está, então, intimamente ligada à construção física e simbólica da cidade e à reformulação possível da República. Ao sediar a primeira escola pública da cidade, Ponta Grossa se insere em um processo de reorganização do ensino primário, e ao grupo é delegada a função social de educar uma parcela da população que vivia na cidade.

A escola, naquele momento, era uma instituição que direcionaria o processo de ensino-aprendizagem e a transformação pretendida por meio da prática pedagógica, que implementou o tempo específico, o tempo escolar "[...] totalmente ordenado para a realização, por cada um, de seus deveres" (Vincent, Lahire, Thin , 2002, p. 15). A educação estava deixando de ocorrer nas casas, igrejas ou escolas isoladas, passando a integrar as avenidas dos centros urbanos.

Figura 3: Aluno(a)s(a)s do Grupo Escolar Senador Correia -1920



Acervo: Museu Cenas, Ponta Grossa (Foto Bianchi)

Entretanto, apesar desses avanços, a educação enfrentou diversos problemas em sua efetivação. O espaço e o mobiliário insuficientes foram reclamações recorrentes dos inspetores de ensino entre as décadas de 1910 e 1930. Em uma das visitas, o Inspetor de Ensino destacou várias vezes, em atas de 1913, a falta de estrutura do Grupo Escolar. Ele afirmava que "a sala é por demais pequena para conter tantas alunas", com "50 alunas presentes, sendo a matrícula de 70", e descreveu a falta de mobiliário escolar, solicitando ao Estado "mobília suficiente e melhor". Apesar desses problemas, ele encontrou "asseio e ordem" (Senador Correia, 1913, p. 18).

Além disso, observa-se que essa escola tinha um número de aluno(a)s matriculados discrepante do número de aluno(a)s que realmente frequentavam as aulas. Ainda assim, o espaço foi inúmeras vezes mencionado em atas como insuficiente. Talvez isso explique a ênfase no disciplinamento tanto dos professore(a)s quanto do(a)s aluno(a)s(a)s, pois esse foi um elemento importante para organizar melhor a circulação no espaço. Concordamos com Faria Filho (1998) que a consolidação da nova forma escolar ficava limitada pela falta de espaço para a educação institucional (Faria Filho, 1998). De acordo com Castro (2008) a legislação paranaense determinava a que a

sala de aula fosse de forma retangular, sendo 5,5 m³/aluno(a)s e área mínima das salas de 1,92m². É válido destacar que não temos informação da metragem da sala de aula, o que temos são várias observações dos inspetores de ensino comentando que o espaço era pequeno para comportar o número de aluno(a)s. Isso limitava a forma de planejar atividades pois a mobilização dos(as) aluno(a)s não era possível.

Em outra visita, com o passar do tempo, o inspetor observou que o mobiliário velho foi substituído pelo reformado. A carteira escolar que foi reformada, colaborou com os preceitos higiênicos, com o processo de disciplinarização e com a inculcação de comportamentos (Solomon, Weber, 2023), pois a partir dela, o aluno(a)s tinha um espaço que era seu, sendo responsável por cuidar e deixar organizado, ao mesmo tempo que ao sentar-se, sua postura era para ficar confortável.

A figura do inspetor foi de suma importância para a organização do ensino paranaense. Por meio de suas percepções registradas em atas, algumas cenas do cotidiano escolar foram relatadas, permitindo aos pesquisadores obterem conhecimento detalhado sobre o período. O Estado utilizou uma rede de inspeção com a intenção de fiscalizar e disseminar o modelo de ensino e a nova forma escolar, que foram sendo melhorados aos poucos.

A reestruturação da instrução pública no do Paraná veio sendo acomodada na nova forma escolar – em Curitiba: Grupo Escolar Xavier da Silva (1903), em Castro, o Grupo Escolar Vicente Machado (1904); em Palmeira, o Grupo Escolar Jesuíno Marcondes (1907); em Campo Largo, o Grupo Escolar Macedo Soares; em Rio Negro, o Grupo Escolar Barão de Antonina (1911); em Jacarezinho, o Grupo Escolar Professor Raposo (1911); em Jaguariaíva, o Grupo Escolar Isabel Branco (1911); em Araucária, o Grupo Escolar Dias da Rocha (1912); em Piraquara, o Grupo Escolar Manoel Eufrásio (1912); em Guarapuava, o Grupo Escolar Visconde de Guarapuava(1912); em Prudentópolis, o Grupo Escolar Barão de Capanema (1912); em União da Vitória o Grupo Escolar Serapião (1912); em São José dos Pinhais, o Grupo Escolar Silveira da Motta, dentre outros grupos escolares (Castro, 2008). O projeto de uma nova forma escolar se espalhou pelas cidades paranaenses, mas não conseguiu contemplar com ensino todos os alunos, principalmente os que moravam nas áreas rurais das cidades

e aqueles que não conseguiram ter acesso à Educação Básica na idade própria, tendo em vista que estas escolas foram construídas em cidades mais representativas.

A seguir, apresenta-se a Figura 4, que mostra uma sala de aula típica da época.

Figura 4- Sala de aula da década de 1920

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

Tratando-se do ano letivo, os professore(a)s direcionavam várias atividades, incluindo a apresentação das primeiras letras, escrita, exercícios, leituras, tarefas, exames de classe, recreios, dentre outros. A avaliação naquele período era descrita nas atas (1912-1930) como distinção de graus. Basicamente, os alunos realizavam exames sob a supervisão de seus professore(a)s e do inspetor. Esses tipos de avaliações poderiam variar de 7,0 a 10 para serem considerados suficientes; abaixo de 7,0, seriam considerados insuficientes (Senador Correia, 1916).

No dia 15 de outubro de 1914, durante o exame final e de classe da 1ª e 2ª séries, arguidos por alguns professore(a)s, a professora Luzia Fernandes afirmou que "não pôde conter o entusiasmo pelo adiantamento que demonstraram ter todos os alunos das duas séries, pela ordem, respeito e asseio que notei". Ela ainda mencionou que este resultado representava "dedicação e muito esforço da digna colega no desempenho da árdua quão espinhosa, mas nobre, missão de professor" (Senador Correia, 1914, p. 21). O

inspetor descreveu em ata: "Feliz do pai que lhe confiar a instrução de seus filhos e feliz da criança que for vosso aluno. Só tenho palavras de louvor à digna colega e aos seus dedicados alunos" (Senador Correia, 1914, p. 21).

A seguir, a Figura 5 apresenta os professores do Grupo.

Figura 5: Corpo docente (1912-1918)

Acervo: Museu Campos Gerais (Foto Bianchi)

O formato escolar da época, principalmente suas práticas de exercício do ofício, está ligado aos saberes formalizados, saberes objetivados, delimitados e codificados, que têm relação tanto com o que é ensinado, quanto com a forma como é ensinado e com as práticas dos professore(a)s e aluno(a)s (Vincent, Lahire, Thin, 2001). Desse modo, as instruções para o exercício do ofício dos professore(a)s eram: "[...] cada estudante deve ter o material necessário ao seu trabalho" não sendo permitido levantar-se para fazer empréstimos "[...] mesmo irmãos", e não se deveria consentir que troquem de lugar, "[...] exceto quando houver conveniência no ensino ou na disciplina" (Senador Correia, 1918, p.34).

Ao mesmo tempo que o tratamento aos alunos parecia ser tão rígido, solicitava-se aos professores que fossem afetuosos, pois os alunos não deveriam "[...] temer a professora, mas respeitar [...]" (Senador Correia, 1926, p. 50). A forma como as aulas eram conduzidas e seus métodos eram elogiados

pelo inspetor de ensino como os melhores, pois "[...] o curso primário responde às perguntas com bastante precisão e clareza, agradando sobremaneira aos visitantes" (Senador Correia, 1914, p. 22).

Os recreios aconteciam sob a fiscalização de alguns professore(a)s, que eram previamente escalados e responsáveis pelo comportamento de seus alunos. O art. 12 do Regimento Interno mencionava que os alunos que não tivessem disciplina "[...] em recreio baixarão suas notas de applicação e media de exame", assim, "para melhor ordem de ensino recomenda-vos a boa disciplina [...]" e chamava "[...] a máxima atenção das senhoras professoras para execução fiel do art. 12 e seus parágrafos" (Senador Correia, 1926, p. 46-47). Como tal, fiscalizar "[...] não é formar grupos de professores aqui e acolá e palestrar, é o que ficou dito e não consentir aglomerações [...]" no pátio (Senador Correia, 1926, p. 49).

O processo de disciplinarização se materializava na organização do tempo escolar, na organização da sala de aula, na sistematização das atividades pedagógicas, na fiscalização dos recreios, na fiscalização dos comportamentos, tantos dos alunos, como dos professore(a)s, preocupando-se em não deixar tempo ocioso (Solomon, Weber, 2023). Certamente, uma das formas que permite a produção de comportamentos e a socialização duráveis acontece por meio da codificação dos saberes e das práticas escolares, o que torna possível a sistematização do ensino. Sua "[...] forma escolar de aprendizagem se opõe, então, ao mesmo tempo, à aprendizagem no âmago de formas sociais orais, pela e na prática à escrita (...) e à aprendizagem do 'ler' e do 'escrever' não sistematizado, não formalizado, não durável" (Vicent, Lahire, Thin, 2001, p. 30).

As questões apresentadas até aqui ilustram uma pequena parte do cotidiano, incluindo seus direcionamentos, carências e a nova abordagem educacional que o Grupo Escolar Senador Correia implementava. Todos esses elementos simbolizavam uma forma modernizante para a época, que foi reorganizada ao longo do tempo, conforme as demandas dos contextos a que pertencia. Esse estilo arquitetônico permaneceu até o início da década de 1960. Posteriormente, essa estrutura foi demolida para dar lugar a uma

nova, mais ampla, inaugurada em 1964. O período de inauguração dessa nova forma escolar pertencente ao início da Ditadura Civil Militar.[8]

Figura 6 - Escola Estadual Senador Correia (2019)

Fonte: aRede

Esta arquitetura conta com várias salas de aula, sanitários, sala dos professore(a)s, um auditório, diretoria, pátio coberto, biblioteca, cantina, entre outros espaços, totalizando 1.355,225 m² de área construída. Evidentemente, as características urbanas, econômicas, sociais, culturais e de governo já haviam passado por transformações. O Grupo Escolar iniciou em 1912 com 127 aluno(a)s e, em 2024, oferece 355 matrículas, divididas entre as modalidades de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissionalizante. As transformações sociais e a sucessiva urbanização encaminharam a cidade de Ponta Grossa para o progresso. A educação e seu modelo institucional foram reordenados.

Durante décadas, essa escola vem deixando um legado de muitos feitos, com destaque para alguns. Por 15 anos, o Senador Correia foi a única escola pública da cidade de Ponta Grossa. Em 1923, fundou o 1º Grupo de Escoteiros de Ponta Grossa; em 1925, implementou o 1º Curso Profissional do Paraná; em 1927, fundou o 1º Curso Supletivo do Paraná, denominado Grupo Escolar Noturno para Operários. Esta escola participou de festivais

8 Ver: CUNHA, L. A. A Universidade Brasileira nos Anos Oitenta: Sintomas de Regressão Institucional, **Em Aberto**, Brasília, v. 8, n. 43, p. 3-9. jul./set. 1989.

literários e culturais (1930), criou a fanfarra (1968), fez apresentações na TV Esplanada (1972) e implementou as Olimpíadas Infantojuvenis (1973-1974), com destaque para a equipe de ginástica. No ano de 1973, foi implementado o curso de 1ª a 8ª séries; anteriormente, ofertava apenas o curso primário. Em 1974, fundou a Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood. Em 1994, estabeleceu o 1º Curso Supletivo de 2º Grau da região de Ponta Grossa e desenvolveu o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA). Em 1995, estabeleceu a 1ª Classe de Deficientes Físicos do Paraná. No ano de 1996, aderiu ao Programa de Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná. Em 1997, implantou na escola o Projeto Correção de Fluxo de Idade/Série, com três turmas destinadas a corrigir a defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria frequentar. Em 2017, a inovação na instituição foi oferecer ensino integral aos seus alunos, iniciando no 6º ano e, gradativamente, atingindo o Ensino Médio.

A reforma da Lei n.º 5.692/1971 trouxe alterações que implicaram a reorganização do saber a ser ensinado, na organização do tempo e espaço, na orientação dos conteúdos, no currículo, dentre outros elementos. Os responsáveis pela educação no Estado do Paraná organizaram as maiores escolas de Ponta Grossa em sete complexos,[9] que funcionaram entre as décadas de 1970 a 1980. O Complexo nº 2, cujo polo foi a Escola Estadual Senador Correia, incluía o Grupo Escolar José Elias da Rocha, a Escola Coronel Claudio, a Escola de Arte Industrial e a Escola Sant'Anna. Na prática, ao instituir os complexos, o governo reduziu seus gastos operacionais e de recursos humanos e propiciou às escolas que compunham o complexo acesso ao ensino profissionalizante (Solomon, 2020).

Portanto, a Escola Estadual Senador Correia, ao longo de décadas, é uma das responsáveis pela instrução pública e gratuita de diversas crianças, adolescentes e adultos. Com o passar do tempo, diretores, pedagogos, professores e demais funcionários têm arduamente preparado seus alunos para assumirem seu papel na vida e no mundo do trabalho. Tais ações e projetos demarcam a participação ativa no delineamento do bicentenário ponta-grossense.

9. Complexo n.1 – Colégio Estadual Regente Feijó; Complexo n.º 2- Escola Estadual Senador Correia; Complexo n.º 3- Escola Estadual Becker e Silva; Complexo n.º 4 Escola Estadual Presidente Kennedy; Complexo n.º 5- Escola Estadual Meneleu de Almeida Torres; Complexo n.º 6- Colégio Agrícola e Complexo e Complexo n.º 7- Instituto de Educação Cesar Prieto Martinez.

Considerações finais

A institucionalização do Grupo Escolar Senador Correia em Ponta Grossa aconteceu em um momento em que o cenário econômico, social e urbano se modificava devido às relações de trabalho que se estabeleciam, principalmente em decorrência da construção da ferrovia que ligou algumas cidades, do comércio crescente de casas comerciais de atacado e varejo, de pequenos mercados e joalherias, atraídos pelo progresso da região.

A arquitetura desse grupo materializou a criação de um espaço próprio para a escolarização e o ordenamento de uma nova forma educacional. Essa nova estrutura foi construída com princípios históricos da modernidade, mediando e propiciando elementos da cultura, saberes científicos e conhecimentos para a vida, posteriormente abrangendo diversos níveis de ensino.

A pretensão do Governo do Paraná (2024) em passar a iniciativa privada a gestão administrativas das escolas, prometendo que o projeto vai passar por consulta pública, não traz segurança em quais serãoos novos direcionamentos internos e que afetariam externamente. A pesquisa na história da educação depende, até certo ponto, das fontes documentais que se encontram nas escolas. Com a administração privada, o campo de pesquisadores da educação pode não ter mais acesso as fontes documentais. Certamente, esse projeto, se aprovado, será um divisor de águas - a história da educação antes da privatização e depois, remodelando principalmente a cultura escolar de cada escola, o qual faz parte a gestão escolar.

Essa escola, desde seu início, tem sido pioneira em inserir no cenário ponta-grossense novos elementos, como a educação pública e gratuita, cultura e esporte. O conjunto de ações realizadas ao longo de mais de um século, seu engajamento e sua participação social, por meio de atividades que ultrapassavam os muros da escola, proporcionaram vivências que demarcam a história da educação no Brasil, e que esperamos não se perder com a pretensão de uma gestão privada.

Fontes

O PROGRESSO. **Escolas Complementares, de 2 de abril de 1912**. Redator: Jeronymo Cabral, n.º 543.

PONTA GROSSA. **Ata da sessão plenária realizada no dia 9 de junho de 1910**. Ponta Grossa, 1910. p. 1-2.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão do dia 18 de maio de 1912**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia, 1912. p. 16.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão realizada no dia 7 de fevereiro de 1913**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia, 1913. p. 18.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão realizada no dia 15 de outubro de 1914**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia, 1914. p. 21.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão realizada no dia 21 de novembro de 1914**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia,1914. p. 22.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão realizada no 16 de novembro de 1916**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia, 1916. p. 25.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão realizada no dia 1 de março de 1918**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia, 1918. p. 34.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão realizada no dia 30 de janeiro de 1926**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia, 1926. p. 46-47.

SENADOR CORREIA. **Ata da sessão realizada no dia 20 de maio de 1926.** Ponta Grossa: Grupo Escolar Senador Correia, 1926. p. 49-50.

Referências

BENCOSTTA, M. L. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR.

CASTRO, E. A. de. **Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX**. Curitiba: Edição do autor, 2008.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918). Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, L. M. R. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Fac. Educ**, São Paulo, v. 24, n. l, p.141-159, jan./jun. 1998.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-44. 2001.

LUPORINI, T. J. **Escola Estadual Senador Correia:** pioneira da instrução pública em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Planeta, 1987.

MARTINS, P. 2019. Senador Correia, a primeira escola de PG, 1 fotografia, color. Disponível em: https://arede.info/ponta-grossa/308005/senador-correia-a-primeira-escola-publica-de-pg ?d=1. Acesso em: 19 fev. 2024.

MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de. H. M.; SAHR, C. L. L. (Org.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**, Curitiba, n. I 8, p. 143-155. 2001. Editora da UFPR. Disponível: https://ww w.scielo.br/j/er/a/q6fQsdF3HMzp5Sgrnx4TTtk/?format=pdf. Acesso em: 15. Maio. 2024.

SOLOMON, S. **Cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976)**: entre olimpíadas e esportivização. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: https://te de2.uepg.br/jspui/bitst ream/prefix/3315/1/Silmara%20Solomon.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

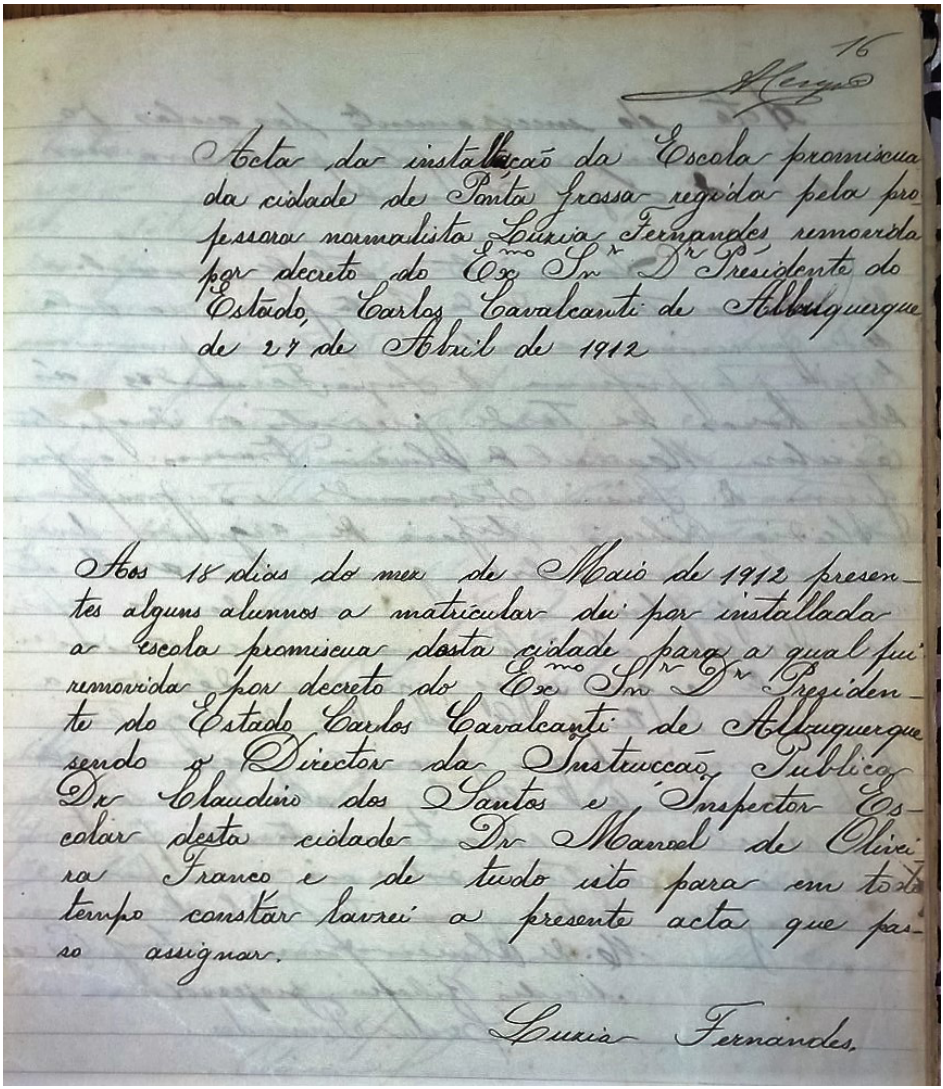
SOLOMON, S.; WEBER, M. J. Grupo Escolar Senador (1912-1930): um estudo sobre cultura escolar. **Cadernos de História da Educação**, v.22, p.1-16, e218, jan./dez. 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/70085/36449. Acesso em: 29 jul. 2024.

SOUZA, R. F. de; FARIA FILHO, L. M. de. A contribuição dos estudos sobre os grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In. VIDAL, D. G. (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33. 2001.

Anexos

Ata de instalação do Grupo Escolar n.º 2, de 27 de abril de 1912



16

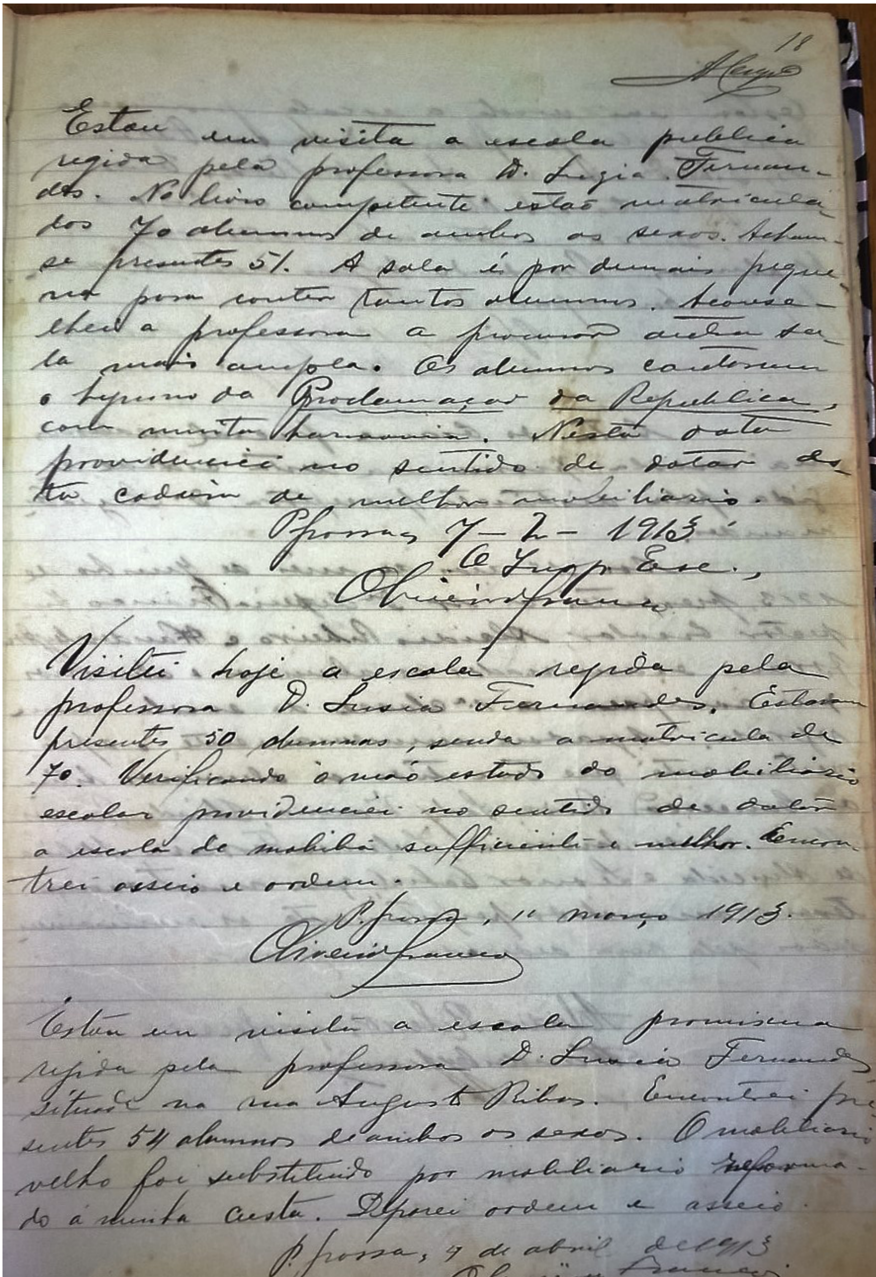
Acta da installação da Escola promiscua da cidade de Ponta Grossa regida pela professora normalista Luzia Fernandes removida por decreto do Exmo Snr Dr Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque de 27 de Abril de 1912

Aos 18 dias do mez de Maio de 1912 presentes alguns alumnos a matricular dei por installada a escola promiscua desta cidade para a qual fui removida por decreto do Exmo Snr Dr Presidente do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque sendo o Director da Instrucção Publica Dr Claudino dos Santos e Inspector Escolar desta cidade Dr Manoel de Oliveira Franco e de tudo isto para em todo tempo constar lavrei a presente acta que passo assignar.

Luzia Fernandes.

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

Ata de visita do Inspetor de Ensino, de 7 de fevereiro de 1913



18

Estou em visita a escola publica regida pela professora D. Lygia Fernandes. No livro competente estão matriculados 70 alumnos de ambos os sexos. Acham-se presentes 51. A sala é por demais pequena para conter tantos alumnos. Aconselhei a professora a procurar outra sala mais ampla. Os alumnos cantaram o hymno da Proclamação da Republica, com muita harmonia. Nesta data providencio no sentido de dotar esta cadeira de melhor mobiliario.

P. Grossa, 7-2-1913.

O Insp. Esc.,

Oliveira Franco

Visitei hoje a escola regida pela professora D. Lygia Fernandes. Estavam presentes 50 alumnos, sendo a matricula de 70. Verificando o mau estado do mobiliario escolar providenciei no sentido de dotar a escola de mobilia sufficiente e melhor. Encontrei asseio e ordem.

P. Grossa, 1º março 1913.

Oliveira Franco

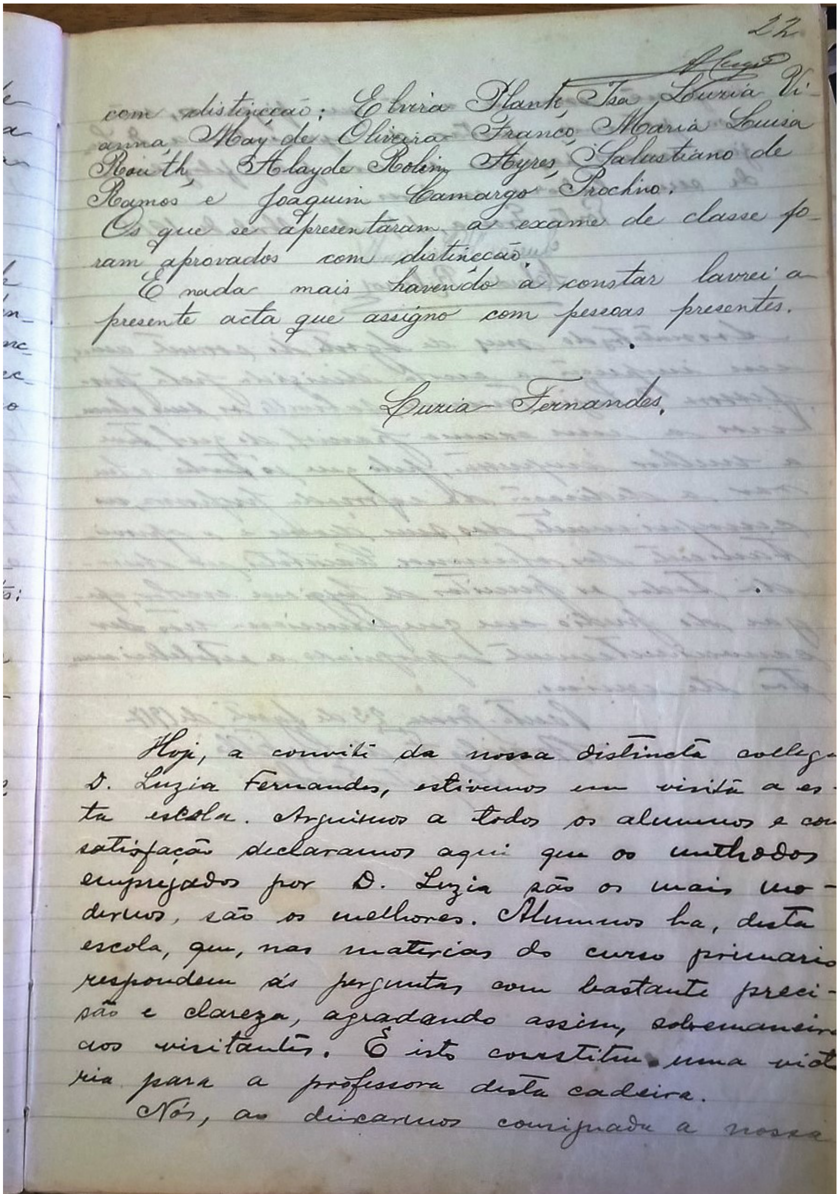
Estou em visita a escola promiscua regida pela professora D. Lygia Fernandes situada na rua Augusto Ribas. Encontrei presentes 54 alumnos de ambos os sexos. O mobiliario velho foi substituido por mobiliario reformado á minha custa. Deparei ordem e asseio.

P. Grossa, 7 de abril de 1913

Oliveira Franco

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

Ata de vista do Inspetor de Ensino de 1914



22

Alegre

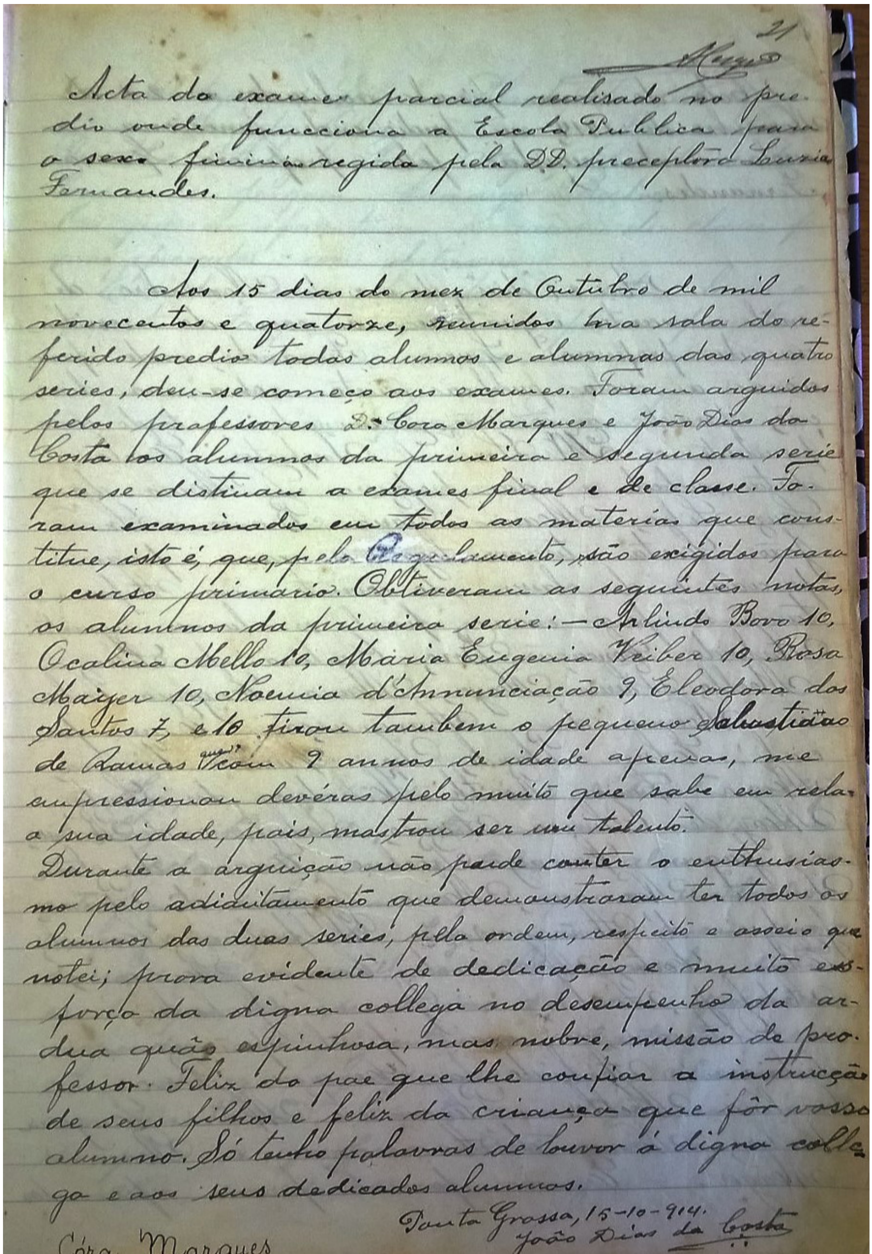
com distincção: Elvira Plank, Isa Louria Vi-
anna, May de Oliveira Franco, Maria Luisa
Routh, Alayde Rolim Ayres, Salustiano de
Ramos e Joaquim Camargo Prochno.
Os que se apresentaram a exame de classe fo-
ram aprovados com distincção.
E nada mais havendo a constar lavrei a
presente acta que assigno com pessoas presentes.

Luzia Fernandes.

Hoje, a convite da nossa distincta colleg[a]
D. Luzia Fernandes, estivemos em visita a es-
ta escola. Arguimos a todos os alumnos e com
satisfação declaramos aqui que os methodos
empregados por D. Luzia são os mais mo-
dernos, são os melhores. Alumnos ha, desta
escola, que, nas materias do curso primario
respondem ás perguntas com bastante preci-
são e clareza, agradando assim, sobremaneira
aos visitantes. É isto constitue uma vict[o]
ria para a professora desta cadeira.
Nós, os deixamos consignado a nossa

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

Ata de exame parcial do Grupo Escolar n.º 2, de 15 de outubro de 1914



21

Acta do exame parcial realisado no predio onde funcciona a Escola Publica para o sexo feminino regida pela DD. preceptora Luzia Fernandes.

Aos 15 dias do mez de Outubro de mil novecentos e quatorze, reunidos na sala do referido predio todos alumnos e alumnas das quatro series, deu-se começo aos exames. Foram arguidos pelos professores D.ª Cora Marques e João Dias da Costa os alumnos da primeira e segunda serie que se destinam a exames final e de classe. Foram examinados em todas as materias que constitue, isto é, que, pelo Regulamento, são exigidos para o curso primario. Obtiveram as seguintes notas, os alumnos da primeira serie: — Arlindo Bovo 10, Ocalina Mello 10, Maria Eugenia Veiber 10, Rosa Maiger 10, Noemia d'Annunciação 9, Eleodora dos Santos 7, e 10 tirou tambem o pequeno Sebastião de Ramos que com 9 annos de idade apenas, me impressionou deveras pelo muito que sabe em relação a sua idade, pois, mostrou ser um talento.

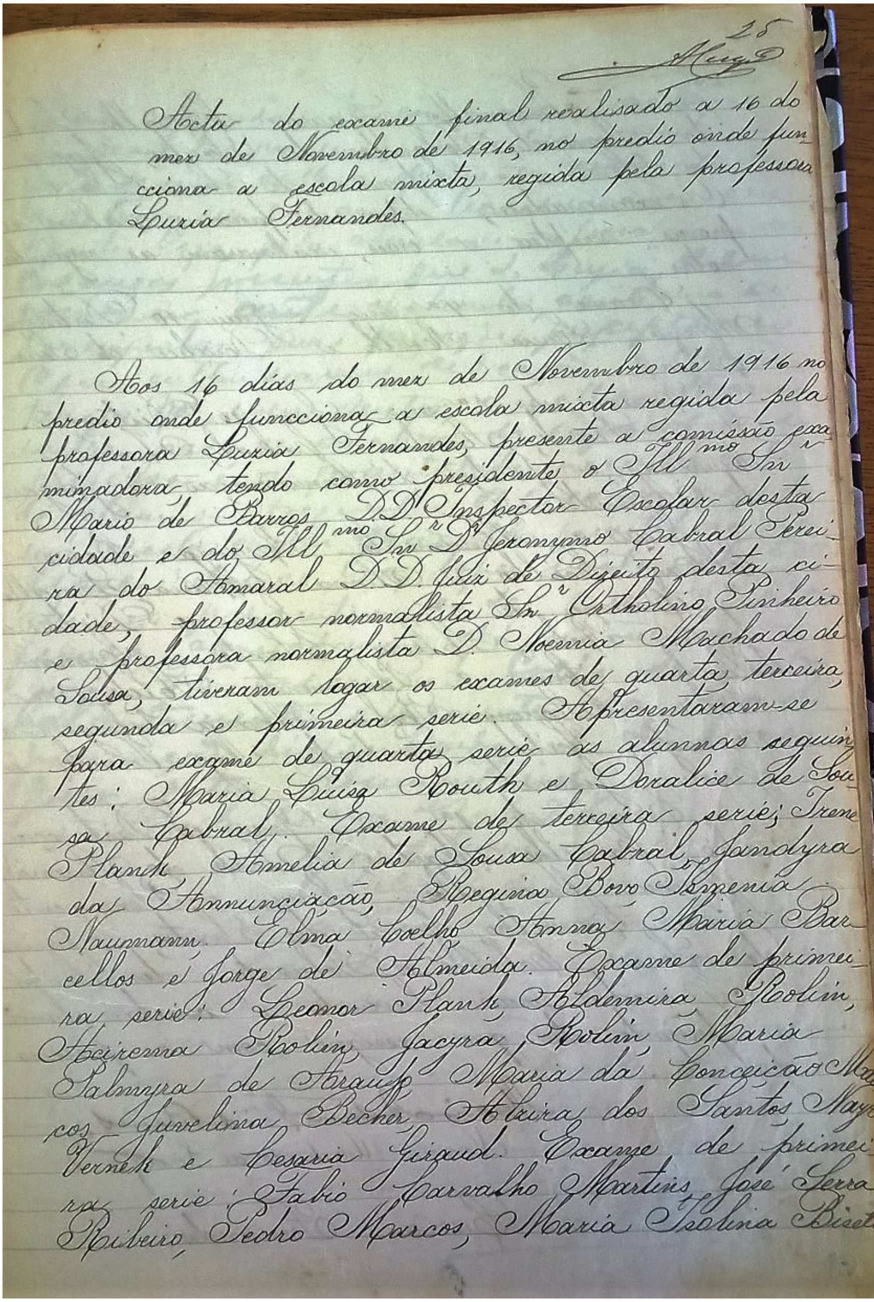
Durante a arguição não pude conter o enthusiasmo pelo adiantamento que demonstraram ter todos os alumnos das duas series, pela ordem, respeito e asseio que notei; prova evidente de dedicação e muito esforço da digna collega no desempenho da ardua quão espinhosa, mas nobre, missão de professor. Feliz do pae que lhe confiar a instrucção de seus filhos e feliz da criança que fôr vosso alumno. Só tenho palavras de louvor á digna collega e aos seus dedicados alumnos.

Ponta Grossa, 15-10-914.
João Dias da Costa

Córa Marques

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

Ata de exame final do dia 16 de novembro de 1916

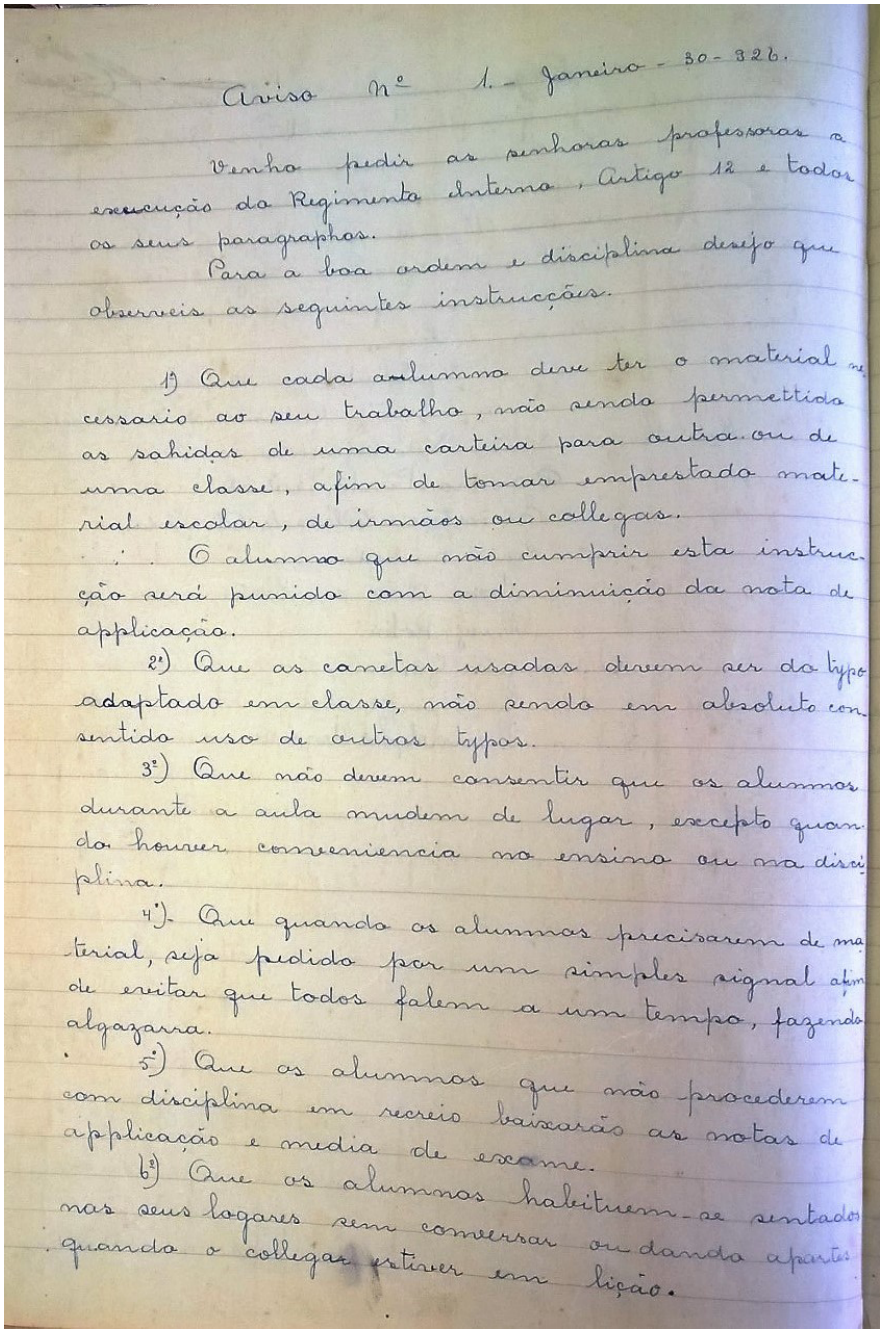

25

Acta do exame final realisado a 16 do mez de Novembro de 1916, no predio onde funcciona a escola mixta, regida pela professora Luzia Fernandes.

Aos 16 dias do mez de Novembro de 1916 no predio onde funcciona a escola mixta regida pela professora Luzia Fernandes, presente a commissão examinadora, tendo como presidente o Ill.mo Snr. Mario de Barros D.D. Inspector Escolar desta cidade e do Ill.mo Snr. Dr. Jeronymo Cabral Pereira do Amaral D.D. Juiz de Direito desta cidade, professor normalista Snr. Orthalino Pinheiro e professora normalista D. Noemia Machado de Souza, tiveram logar os exames de quarta, terceira, segunda e primeira serie. Apresentaram-se para exame de quarta serie as alumnas seguintes: Maria Luiza Routh e Doralice de Souza Cabral. Exame de terceira serie: Irene Plank, Amelia de Souza Cabral, Jandyra da Annunciação, Regina Bove, Ismenia Naumann, Elma Coelho, Anna Maria Barcellos e Jorge de Almeida. Exame de primeira serie: Leonor Plank, Aldemira Rolim, Aciroma Rolim, Jacyra Rolim, Maria Palmyra de Araujo, Maria da Conceição Marcos, Juvelina Becher, Alzira dos Santos, Nayr Verneck e Cesaria Giraud. Exame de primeira serie: Fabio Carvalho Martins, José Serra Ribeiro, Pedro Marcos, Maria Isolina Bisetto

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

Ata de aviso n.º 1 de janeiro de 1926.



Aviso nº 1. - Janeiro - 30 - 926.

Venho pedir as senhoras professoras a execução do Regimento interno, Artigo 12 e todos os seus paragraphos.

Para a boa ordem e disciplina desejo que observeis as seguintes instrucções.

1º) Que cada alumno deve ter o material necessario ao seu trabalho, não sendo permettida as sahidas de uma carteira para outra ou de uma classe, afim de tomar emprestado material escolar, de irmãos ou collegas.

O alumno que não cumprir esta instrucção será punido com a diminuição da nota de applicação.

2º) Que as canetas usadas devem ser do typo adaptado em classe, não sendo em absoluto consentido uso de outros typos.

3º) Que não devem consentir que os alumnos durante a aula mudem de lugar, excepto quando houver conveniencia no ensino ou na disciplina.

4º) Que quando os alumnos precisarem de material, seja pedido por um simples signal afim de evitar que todos falem a um tempo, fazendo algazarra.

5º) Que os alumnos que não procederem com disciplina em recreio baixarão as notas de applicação e media de exame.

6º) Que os alumnos habituem-se sentados nos seus logares sem conversar ou dando apontes quando o collegar estiver em lição.

Acervo: Escola Estadual Senador Correia

Ata de aviso n.º 1 de 10 de agosto de 1926

8

Lugar e memória: um olhar sobre a praça Marechal Floriano Peixoto na cidade de Ponta Grossa

Quadros, Vera Marina Viglus

Introdução

Observando o cenário urbano da cidade de Ponta Grossa, no estado do Paraná, mediante a reflexão sobre os lugares de memória, elegemos então a Praça Marechal Floriano Peixoto como objeto de pesquisa e investigação. Para os moradores de Ponta Grossa, é possível que seja mais fácil identificar este espaço como a "Praça da Catedral". O que nos instiga para tal objeto de estudo é o fato de esta ser a primeira praça da cidade e, assim, se configurar enquanto um dos primeiros espaços de convivência e sociabilização para a população ponta-grossense.

O estudo delimita-se a observar especialmente as três primeiras décadas do século XX, considerando o acelerado processo de urbanização em que a cidade de Ponta Grossa se encontrava naquele contexto, regido por um discurso modernizador que será materializado na urbanização da cidade com a criação de praças, calçamento das ruas, desenvolvimento do comércio, instalação de indústrias e a construção da ferrovia. Considerou-se também que, neste contexto, a praça foi um dos primeiros lugares a passar por transformações urbanas como calçamento, paisagismo, arborização e a construção de um coreto para receber eventos culturais da época.

O presente texto toma por referência a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e interdisciplinar, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa,

no ano de 2017, intitulada "A Praça Marechal Floriano Peixoto em Ponta Grossa – Paraná: O processo de urbanização e a constituição de um lugar de memória". Considerando-se a representatividade histórica da praça, a pesquisa tomou como ponto de partida a hipótese de que ela é, hoje, um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa. Através de uma pesquisa documental, considerando a observação de fontes como jornais, fotografias, códigos de posturas municipais e álbuns comemorativos do estado do Paraná, documentos que fazem parte dos acervos da Casa da Memória Paraná e do Museu Campos Gerais, foi possível compreender o processo histórico e as transformações vivenciadas neste espaço.

A pesquisa nos revelou que a Praça Marechal Floriano Peixoto em seu processo histórico passa por diversas transformações e, nela, vão se cristalizando simbologias que a consagram como uma referência para a história e memória da cidade de Ponta Grossa. Para reconhecer e compreender as questões referentes à memória, recorremos aos estudos dos historiadores Halbwachs (1990), Nora (1993) e Le Goff (1996). Halbwachs aborda o processo de construção da memória individual e coletiva, enquanto Nora trata da problemática dos lugares de memória. Já Le Goff traz a perspectiva dos monumentos enquanto testemunhos da memória coletiva e resultados de uma escolha do que deve ser preservado ou não nas sociedades. A fundamentação teórica, a partir das reflexões destes autores, nos traz elementos essenciais para a compreensão da Praça Marechal Floriano na atualidade, para além de um lugar de memória, um espaço de preservação da história e da memória coletiva da cidade de Ponta Grossa.

Patrimônio cultural, memória e os lugares de memória na atualidade

Podemos nos perguntar: Por que é importante preservar o patrimônio cultural da nossa cidade? É por meio do patrimônio cultural que se constrói e se preserva a identidade cultural de uma sociedade. O patrimônio cultural carrega traços da história de uma cidade, revela como essa comunidade se formou e garante que a população mais jovem tenha maior probabilidade

de conhecer a história local e tenha acesso à memória coletiva nele contida. "A preservação do conjunto dos patrimônios culturais é importante por se constituir de elementos físicos que contam as suas histórias, onde os cidadãos se identificam, se reconhecem e se vinculam à cidade" (Scardurelli; Gonçalves, 2020, p.02).

A Praça Marechal Floriano Peixoto é um desses espaços que carrega traços da memória e história de Ponta Grossa, contribuindo para evocar memórias das primeiras formações e transformações urbanas, do povoamento da cidade, bem como de fatos históricos dos quais ela foi cenário. Para melhor compreender a relevância desta praça enquanto lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa, é fundamental refletir e compreender o que é memória e como se dão os processos de formação da memória ligadas aos lugares.

O autor Maurice Halbwachs (1990) destaca a existência de dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A memória individual é a memória própria do indivíduo, construída diante do relacionamento com outros indivíduos e com o espaço em um dado período. Assim, podemos compreender que os espaços da cidade produzem em seus habitantes memórias pessoais e individuais à medida que neles se dá a própria vida em sociedade. Já a memória coletiva, transcende ao indivíduo, pois diz respeito à coletividade de indivíduos, a grupos de pessoas que vivem em uma mesma sociedade. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva teria seu ponto de apoio (além de outros suportes) em imagens espaciais presentes nos espaços ocupados por uma dada sociedade. As experiências vivenciadas pelos grupos vão se enraizando no espaço concreto: nas construções, nos monumentos, nas imagens e nos objetos. Com o passar do tempo muitos destes espaços adquirem valor simbólico para indivíduos e grupos e possibilitam que estes possam evocar suas memórias a partir do contato com os lugares. O autor ainda destaca que não existe memória individual sem a memória coletiva, as duas formas de memória estão entrelaçadas. O ser humano necessita de laços sociais para construir sua identidade. Assim, nossa identidade pessoal se cruza com identidades sociais maiores, visto que pertencemos a uma sociedade e nos apropriamos da memória coletiva carregada por ela para dar sentido às nossas experiências.

Halbwachs (1990) considera em seus estudos a questão da memória (individual e coletiva) nas sociedades-memória, onde há uma cronologia entre o vivido por um determinado grupo e suas lembranças. Nas sociedades-memória as etnias, grupos, famílias e instituições como escola, igreja e Estado asseguravam a transmissão de seus valores para as novas gerações. Já Pierre Nora (1993) observa em seus estudos o fim das sociedades-memória e, com isso, uma ruptura na conservação e transmissão dos valores e na passagem regular do passado para o futuro, dando lugar a um processo de historicidade das sociedades. O fenômeno dos lugares de memória, lugares em que a memória se cristaliza e se refugia, está ligado a este contexto, assegurando um sentimento de continuidade presente nestes locais.

Nora identifica, na atualidade, um processo de aceleração da história, uma ruptura de equilíbrio que se dá com os processos de mundialização, democratização, massificação e mediatização. Esta aceleração seria toda uma distância entre a memória - verdadeira, social e intocada, como ocorria com as comunidades primitivas que guardavam consigo o segredo e o transmitiam as novas gerações – e a história. Com a mundialização ocorre uma integração econômica e cultural entre os países do globo. As tradições vivenciadas por grupos sofrem a influência de uma cultura massificada, sendo que, neste contexto, os bens culturais são tratados como produtos produzidos em larga escala. A mediatização seria toda propagação de ideias e hábitos através dos meios de comunicação social (TV, rádio, internet). Todos estes fatores seriam responsáveis por criar este distanciamento entre memória e história nos tempos modernos. Neste contexto, o sentimento de continuidade se torna, então, residual aos lugares:

> Os lugares e memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronumciar elogios funebres, notriar atas, porque essas operações não são naturais [...] (Nora, 1993, p. 13).

Para Nora, os lugares de memória são lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Material porque possuem uma base física onde a memória coletiva se ancora e pode ser evocada; funcional visto que carregam em

si a função da manutenção da memória e permitem sua transmissão; simbólicos porque representam diferentes grupos e transmitem suas significações.

Outro aspecto importante sobre a memória coletiva e os lugares de memória é o fato de que eles fazem parte de um processo de escolhas do que deve ser lembrado ou esquecido, conservado ou demolido. Neste sentido, o historiador francês Jacques Le Goff (1996, p.535) observa que "a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos". Ele explica que o que se conserva do passado, sejam os monumentos ou documentos, e que sobrevive na atualidade contribuindo para a construção da memória coletiva "não é o conjunto daquilo que existiu no passado", mas o que sobrevive é resultado de uma escolha efetuada pelas "forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade" e também pelos historiadores. Ainda, de acordo com Le Goff, podemos compreender que nos monumentos está presente o poder de perpetuação das sociedades históricas, seja de forma voluntária ou involuntária. Os monumentos seriam então testemunhos destas sociedades, "um legado à memória coletiva". Mas o historiador alerta para o fato de que, sendo estes monumentos/documentos resultados de um processo de escolhas, não devem ser vistos e analisados de forma passiva, mas sim, de forma crítica, considerando que o monumento/documento "[...] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (Le Goff,1996, p.546).

Observando estes aspectos referentes à memória coletiva, podemos então analisar o processo histórico da Praça Marechal Floriano Peixoto e compreender como este espaço passa a carregar em si um forte valor histórico que remete ao início da formação da cidade e como, diante do processo de urbanização e modernização da cidade nas três primeiras décadas do século XX, vão se cristalizando um conjunto de simbologias que possibilitam as gerações presentes e futuras realizarem novas leituras, análises e reflexões sobre a história e identidade local, evocando assim a memória coletiva.

Do processo histórico da praça Marechal Floriano Peixoto à constituição de um lugar de memória para Ponta Grossa

A Praça Marechal Floriano Peixoto, em conjunto com a Catedral de Sant'Ana e seu entorno, compõe o centro histórico da cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, se configurando como parte primordial do patrimônio cultural da cidade. Em 2022, devido as comemorações dos 200 anos da cidade, a praça foi tombada[1] pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), com a intenção garantir uma maior preservação deste espaço.

A praça conserva hoje um conjunto de obras que contribuem para salvaguardar a memória e a história de Ponta Grossa. Localizada no ponto mais alto do território, foi o local em que a cidade passou a se desenvolver e se urbanizar, sendo o marco inicial do povoamento de Ponta Grossa. Como podemos observar nos estudos de Cordova (2012, p. 94) "a construção da primeira igreja, na década de 1820, no lugar mais alto da cidade, deu-se especialmente por ser em tal espaço a concentração da comunidade que se formava".

Figura 3: Praça Marechal Floriano Peixoto na atualidade

Fonte: Acervo da autora

1. A Praça Marecha Floriano Peixoto foi tombada em sessão Pública de Tombamento realizada no dia 30 de maio de 2022, no Cine Teatro Ópera. O tombamento é uma forma de proteção do patrimônio cultural que se dá através de ato administrativo realizado pelo Poder Público. O bem tombado passa a ser protegido, por intermédio da aplicação de legislação específica, com o objetivo de preservar o valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também afetivo para a população, evitando que sejam destruídos ou descaracterizados.

O local em que a praça e a Igreja Matriz, hoje Catedral, foram construídos é um espaço que compõe o imaginário coletivo ponta-grossense sobre a fundação da cidade. Nele conserva o que se pode denominar de mito fundador,[2] que corresponderia a uma tradição da cidade, transmitida até os dias de hoje através da lenda de um casal de pombinhos que teriam pousado no lugar onde se construiu uma capela em devoção a Sant'Ana e que seria a sede da então Freguesia.

> Conta-nos a tradição, que os fazendeiros, se reuniram para decidir o local onde seria construída uma capela em devoção à Senhora de Sant'Ana e que também seria a sede do povoado. Como não chegavam a um acordo, pois cada um queria construí-la próximo a sua fazenda, decidiram então soltar um casal de pombos e, onde eles pousassem, ali seria construída uma capela, bem como seria a sede da Freguesia que estava nascendo. Os pombos após voarem, pousaram em uma cruz que ficava ao lado de uma grande figueira no alto da colina. Problema resolvido, o local escolhido, todos ajudaram na construção de uma capela simples de madeira e, em suavolta a freguesia cresceu e se desenvolveu (Ponta Grossa, 2016).

O Largo da Matriz, como era reconhecido o espaço da praça no início do povoamento da cidade, ou ainda, Largo Municipal, era o lugar onde os moradores de Ponta Grossa se reuniam para seus eventos sociais, culturais e religiosos. Era também neste espaço que se concentrava o poder público municipal: o edifício da administração, o fórum, a câmara dos vereadores e a cadeia pública. Com o crescimento da cidade, o Largo da Matriz vai se reafirmando enquanto espaço de convívio social e por isso é um dos primeiros locais a passar por transformações resultantes do processo de urbanização.

Através da Lei n° 3 de 23 de janeiro de 1897, o antigo Largo da Matriz passa a ser denominado de Praça Marechal Floriano Peixoto, em homenagem ao segundo presidente do Brasil (Moutinho, 2001). Neste período, o prefeito de Ponta Grossa era Ernesto Vilela (1896 e1908), seu governo marcava o início da Primeira República.[3] O regime republicano instaurado após a

2. Conceito trabalhado por Marilena Chauí em sua obra *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. Para autora, o mito fundador se configura enquanto "solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade" (2000).

3. A Primeira República, que também ficou conhecida como República Velha**,** é a primeira

deposição de Dom Pedro II buscava se consolidar construindo representações em torno de algumas figuras que eram tidas como heróis da república. Assim, muitos municípios brasileiros denominaram ruas e praças com nomes de figuras republicanas. De acordo com Chamma (1988), durante seu governo, Vilela, além do Largo da Matriz, mudou o nome de várias ruas homenageando personalidades republicanas. E conforme observa Carvalho (2002, p.82), "a consciência da falta de apoio levou os republicanos a tentarem legitimar o regime por meio da manipulação de símbolos patrióticos e da criação de uma galeria de heróis republicanos".

Figura 4 - Igreja Matriz de Sant'Ana construída na década de 1820

Acervo: Casa da Memória Paraná

Os jornais da época também contribuíam para promover e reafirmar os ditos heróis da república. Como podemos observar no trecho redigido na época no jornal ponta-grossense *O Progresso,*[4] em que é feita a rememoração, de forma enaltecedora, da data em que Floriano Peixoto morreu:

fase da organização republicana no Brasil e vai desde a Proclamação da República em 1889 até a chamada Revolução de 1930.

4. "Em Ponta Grossa a imprensa periódica se estabelece em meio ao contexto de modernização da cidade, no ano de 1907, com o jornal *O Progresso*, que mais tarde, em 1913 passa a ser chamado de *Diário dos Campos*. O jornal era propriedade deJacob Holzmann, comerciante e maestro da banda Lyra dos Campos. Jacob Holzmann, russo alemão que chegou ao Brasil em 1877, então com dois anos de idade, fixou residência em Ponta Grossa em 1895. [...] Jacob fundou o "Cine Renascença" o mais importante da cidade durante as décadas iniciais do século XX. [...] Foi membro da Associação Brasileira de Imprensa. Foi regente de banda, de conjuntos musicais e até mesmo de orquestras sinfônicas. Faleceu em 1933, aos 58 anos de idade no Rio de Janeiro" (Chaves 2001, p. 55).

> **Floriano Peixoto** – passou a 29 do corrente o anniversário da morte do inolvidável Floriano Peixoto, O Marechal de Ferro, que num momento perigoso para a vida nacional, soube prender ao seu pulso de aço as redes do governo de um povo anarquizado pela ambição dos politiqueiros. O Collégio Central do Paraná fez em honra do ilustre morto uma sessão cívica e uma revista militar, fazendo baixar o seu digno Director, o dr. Miguel Omena, uma ordem do dia instruindo os seus collegiaes sobre o vulto daquele eminente brasileiro (*O Progresso*, 01 de julho de 1909).

Outro exemplo é o trecho contido no jornal do ano seguinte que dizia "**Floriano Peixoto** – Passou hontem o anniversario da morte do inclyto Marechal de ferro que quanto mais o afasta o tempo, mais próximo palpitado coração dos patriotas que amam a República e que sobretudo amam a liberdade" (*O Progresso*, 30 de junho de 1910).

Nas décadas iniciais do século XX, entre os anos de 1900 e 1930, a cidade de Ponta Grossa se encontra diante de um acelerado processo de urbanização, passando por transformações generalizadas com modernização e embelezamento de seus espaços. A criação de espaços culturais, o fortalecimento da indústria e do comércio, a chegada da ferrovia, o estabelecimento da imprensa periódica, são fatores essenciais para este processo civilizador.

Diante da nova realidade era necessário educar a população, pois muitos costumes e hábitos não eram adequados e geravam transtornos para o convívio urbano. O instrumento utilizado para estabelecer as regras de convívio no espaço urbano neste período eram os Códigos de Posturas, redigidos à mão, e que serviam para normatizar o uso dos espaços públicos. Em Ponta Grossa foram redigidos dois Códigos de Posturas, o primeiro em 1891 e o segundo em 1914, que estabeleciam as regras para o uso das ruas e praças, que se constituíam como espaços públicos neste momento da história da cidade. A administração destes espaços era de responsabilidade do poder público municipal, mas a população teria o dever de zelar por eles. Multas passam a ser aplicadas como forma de garantir que as normas fossem cumpridas pelos cidadãos.

> A Camara arborizará as ruas e praças da cidade, quando julgar conveniente, e fará a conservação d'aquellas, sendo os proprietários ou inquilinos obriga-

> dos a zelarem das árvores plantadas na frente de suas moradias, sob pena de $5000 reis de multa (Código de Posturas, Ponta Grossa, 1914, p. 02).

O governo estadual propagava o progresso e o desenvolvimento das cidades, para tanto foram lançados os Álbuns Comemorativos contendo textos e fotografias que narravam o progresso conquistado. Criar uma boa imagem do Estado do Paraná, naquele momento, significava atrair investidores para aqui instalarem novos comércios e indústrias, acelerando ainda mais o desenvolvimento da região. Ponta Grossa ocupava lugar de destaque nestes álbuns, visto que era uma das cidades mais prósperas do Paraná, no início do século XX. Conforme observa Monastirsky (2001, p.45).

> [...] na década de 20 o sonho do progresso estava se realizando. Ponta Grossa já era a mais "próspera" cidade do interior do estado, pois contava equipamentos incomuns para a época: calçamento, telefone, água encanada, rede de esgoto, hospital e possuía uma vida cultural intensa. O processo de urbanização de Ponta Grossa, nesse período, foi acelerado, em comparação aos demais municípios do Paraná.

A Igreja Matriz em conjunto com a Praça era avistada de longe por quem se aproximava da cidade, pois estavam localizadas no ponto mais alto e mais desenvolvido. Por isso apareciam no álbum como um cartão de visita da cidade em acelerado processo de urbanização:

> Ao visitante que chega pelo Norte causa sensação a vista do casario em estylo moderno, que se alastra das faldas ao cimo da collina, onde se encontra a Praça Floriano Peixoto, artisticamente ajardinada e onde se ergue a Igreja Matriz, numa altura de 947 metros acima do nível do mar (Paraná, 1927).

Por estar localizada em um ponto extremamente representativo para a cidade neste momento de sua história, a Praça Marechal Floriano Peixoto é um dos primeiros locais a passar por transformações advindas dos ideais de progresso e do projeto de urbanização da cidade, que lhe imprimem características urbanas: colocação do calçamento, tratamento paisagístico, a construção do coreto onde eram realizados eventos culturais. Todas estas transformações dão um novo aspecto para o antigo Largo da Matriz, tornando-o

um espaço sociocultural moderno para a época, que passa a ser utilizado por grupos diversos, dentre os quais podemos destacar religiosos, políticos, militares e econômicos. O espaço se torna então símbolo da beleza e do desenvolvimento da cidade no início do século XX, e, em conjunto com a Igreja Matriz, que também é remodelada neste período e elevada à categoria de Catedral em 1926, sendo o cartão de visitas de Ponta Grossa.

No entorno da praça estavam reunidos importantes elementos, constituindo o centro histórico com seus símbolos de poder - Catedral, fórum, cadeia, hotéis e comércio. O local, conforme observa Chaves (2001b, p.12), "[...] era o preferido pela elite local, sobretudo pelas famílias tradicionais que controlavam o poder político e a economia regional".

Chaves (2001) observa que já nas primeiras décadas do século XX, Ponta Grossa contava com diversas atividades culturais. "Os clubes sociais ofertavam bailes e festas, alguns com atividades semanais, a prática esportiva também se configurava enquanto opção de lazer em esportes como tênis, basquete, boxe, handebol e futebol" (Chaves, 2001). A praça também ocupava lugar de destaque e ali se realizavam muitos dos eventos da época.

> As praças eram pontos de encontro típicos da sociedade ponta-grossense. Comentários a respeito, elas estavam sempre pressentes entre as notícias publicadas no Diário dos Campos. [...] Também era nas praças que se realizavam comemorações cívicas e celebrações religiosas. Outro costume típico era concentrar-se diante das retretas que ocorriam na Praça da Matriz ao entardecer de domingo (Chaves, 2001a, p.68).

A Praça Marechal Floriano, desde o início do povoamento da cidade destacava-se também como espaço de recepção para as autoridades que chegavam à Ponta Grossa. Um dos fatores que contribuía com esta função da praça se dava porque uma das principais hospedarias da cidade, o Hotel Palermo, localizava-se em frente a ela. Nele se hospedavam as grandes personalidades e autoridades que vinham à Ponta Grossa. O registro abaixo encontrado no jornal periódico *Diário dos Campos,* no ano de 1921, reforça a importância da praça para a cidade, que neste período é frequentemente noticiada, ora registrando seu progresso e desenvolvimento, ora cobrando da administração pública melhorias no espaço e conservação por parte da população.

> Finalmente, a nossa prefeitura, resolveu-se, afinal, a ajardinar a praça Floriano. Constitue esse melhoramento uma das reclamações incessantes da nossa população, e portanto, o Sr. Prefeito, realizando essa antiga e geral aspiração fará jus também aos geraes e uníssonos applausos do povo pontagrossense. (*Diário dos Campos*, 12 de julho de 1921).

Figura 5- Praça Marechal Floriano Peixoto década de 1940

Acervo: Casa da Memória Paraná

Ao longo dos anos a Praça passou por diversas modificações, com movimentos de construção e demolição conforme as decisões do poder público em cada período de sua trajetória e a utilização do espaço pela sociedade local. Assim, o coreto construído por volta de 1917, onde se realizavam as retretas (espécie de concertos executados pela Banda Lyra dos Campos[5] e pela banda militar do 5º Regimento),[6] hoje já não compõe o cenário da praça. A pérgola construída na década de 1930, que continha banheiros em sua parte inferior, também foi demolida.

5. A Banda Lyra dos Campos foi fundada em 1952 e realizava retretas (espécie de concerto musical, naPraça Marechal Floriano Peixoto no início do século XX) permanece ativa até os dias de hoje. O projeto Banda Escola Lyra dos Campos nasce com o objetivo de promover apresentações musicais para a comunidade e ensinar música para os jovens de todas as classes sociais, formando músicos profissionais (https://ecultural.pontagrossa.pr.gov.br/).

6. A Banda do 5° Regimento, formada por militares, tem sua primeira apresentação na praça em 1911, conforme registrou o jornal da época: "Tocou ante-hontem, pela primeira vez, na praça Floriano Peixoto,a banda de música do 5º Regimento que está sob o comando do Sr. Cel. Pyerho. Foi muito apreciada pelo seu bello repertório e pela capacidade dos executadores, tanto assim que, embora a chuva cahisse fina e cortante, a praça estava repleta de senhoritas, o que não sucede sempre (*O Progresso*, 24 de janeiro,1911)".

Figura 6 - Coreto da Praça Marechal Floriano Peixoto
(construído por volta do ano de 1917)

Acervo: Casa da Memória Paraná

O entorno da Praça também sofreu modificações restando poucos prédios capazes de contar a história do início da urbanização da cidade. Podemos destacar do início do século XX os prédios do antigo Fórum que passou recentemente por um processo de restauração e que na atualidade abriga o acervo do Museu Campos Gerais. Outra construção que permanece preservada é o prédio em que hoje funciona a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, edifício construído pelo imigrante alemão Guilherme Naumann em 1906, onde funcionava sua loja de ferragens.

A Catedral que hoje faz conjunto com a Praça é uma construção grande, com características modernas. A Igreja reformada no final do século XIX e estilizada na primeira década do século XX, que embelezava a cidade no período inicial de urbanização, foi demolida em 1978 para dar lugar a nova construção. O processo de demolição foi conflituoso e não contava com o apoio da população, sendo decisão do poder público municipal e da

autoridade do bispado da época, que procuravam justificar tal decisão, como podemos observar no trabalho de Cordova:

> Dentre as justificativas das autoridades envolvidas e as opiniões que se formavam a respeito da demolição, o bispado influenciou especialmente no tocante aos discursos de uma pretensa insegurança que o antigo prédio ofereceria. Foi uma das questões que mais sustentaram a opção pelo novo e pelo moderno, abrindo caminho para os discursos em prol do progresso e invalidando os que discordavam dos motivos criados para a demolição (Cordova, 2012, p. 99).

A Praça Marechal Floriano Peixoto abriga na atualidade monumentos de diferentes períodos: Obelisco dos Fundadores (construído na década de 1930); Monumento do Sesquicentenário[7] (construído no ano 1973 em comemoração aos 150 anos da elevação de Ponta Grossa a Freguesia); Monumento à Bíblia[8] (inaugurado em 1969). Há também dois monumentos comemorativos em homenagem ao Lions Clube, organização internacional de clubes de serviço do mundo, voltada para serviços humanitários com representantes em Ponta Grossa (Ponta Grossa, 2016). Após ter sido realizado o tombamento da praça no ano de 2022, uma placa informativa que foi colocada no local traz informações a respeito da sua importância histórica, bem como de seu entorno. A placa contém a inscrição: "Bem vindos ao coração histórico de Ponta Grossa!", além de conter fotos acompanhadas de explicação de cada elemento memorativo que compreendem o espaço.

7. A construção do monumento forma o número 150 onde o número 1 é representado por um obelisco central, o número 5 por um mural e o número 0 é representado por um pequeno jardim em forma arredondada. O mural que representa o número cinco, feito em cimento armado, contém imagens que remetem a história de Ponta Grossa desde os habitantes indígenas, a passagem dastropas e a construção da Igreja Matriz, ao progresso da cidade. Na parte superior do mural há uma placa de bronze, onde foi depositada uma cápsula do tempo em setembro de setembro de 1973. A capsúla foi aberta no dia 08 de setembro de 2023, em comemoração aos 200 anos da cidade. Uma nova cápsula foi colocada no lugar e deverá ser aberta na comemoração dos 250 anos da cidade. Uma outra cápsula do tempo também foi colocada no monumento alusivo aos 200 anos de Ponta Grossa, inaugurado no dia 16 se setembro de 2023, localizado em um canteiro da avenida Dom Geraldo Pellanda, nas proximidades da rotatória que leva ao Jockey Club (https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2023/09/08/capsula-do-tempo-enterrada-ha-50-anos-e-aberta-em-ponta-grossa.ghtml, acesso em 13 de setembro de 2024).

8. Segundo o site da Prefeitura de Ponta Grossa este teria sido o primeiro monumento construído em homenagem à Bíblia no mundo.

Figura 7 - Placa informativa instalada na Praça Marechal Floriano Peixoto

Fonte: Acervo da autora

Podemos concluir que, em meio a dialética da preservação e da demolição, a Praça Marechal Floriano Peixoto vai se reafirmando enquanto lugar de memória para os moradores de Ponta Grossa, sendo um lugar que possui marcas de diferentes grupos e períodos em sua trajetória, conservando em seu espaço parte importante da história e memória oficial da cidade.

Considerações finais

A Praça Marechal Floriano Peixoto é um lugar rico em história e memória para a cidade de Ponta Grossa. Ela abriga na atualidade um conjunto de elementos que se configuram enquanto marcos materiais carregados de uma simbologia que remete à fundação da cidade de Ponta Grossa, apresentando como função guardar memórias que se configuram como elo de ligação entre passado e presente, contribuindo para que as gerações presentes e futuras tenham acesso a essas memórias e para que novas leituras dos acontecimentos e fatos ocorridos no local possam ser realizadas.

Podemos destacar que as simbologias cristalizadas desde as três primeiras décadas do século XX apontam para uma memória construída, oficial, estabelecida pelo poder público municipal ao longo do processo histó-

rico da praça. Esses elementos são materiais, simbólicos e funcionais e nos permitem caracterizar a Praça Marechal Floriano Peixoto, conforme o pensamento de Pierre Nora, como um lugar de memória para a cidade de Ponta Grossa.

É importante destacar também que é em meio a dialética da preservação e da demolição que a Praça Marechal Floriano vai se reafirmando enquanto lugar de memória para os moradores de Ponta Grossa. Muitos elementos de beleza arquitetônica e que foram cenário de fatos importantes, que seriam de grande valor para a memória e história da praça e do centro histórico da cidade, foram demolidos. As decisões tomadas para a demolição ou manutenção destes elementos não perpassou por uma discussão com a sociedade, mas foram decisões que vieram de cima para baixo, tomadas pelo poder público e por autoridades locais. Isso nos leva a refletir que a preservação do patrimônio cultural é responsabilidade de toda a sociedade, pois diz respeito a uma memória coletiva e contribui para a formação da identidade de seu povo. Por isso, é importante que, cada vez mais, as discussões sobre o patrimônio cultural estejam presentes em espaços como escolas, universidades e associações formadas pela sociedade civil, garantindo que as escolhas para manutenção destas memórias sejam realizadas de forma mais democrática.

A pesquisa nos revelou que um lugar de memória não é apenas um elemento comemorativo ou rememorativo, mas é um lugar privilegiado, que nos permite recuperar a memória coletiva através de uma leitura crítica, salvaguardá-la e, a partir dela, nos tornarmos protagonistas na construção de um futuro melhor. Assim, ao olharmos para um lugar de memória, como a Praça Marechal Floriano Peixoto, ele nos compromete e nos desafia a pensar e a reconhecer o conjunto de problemas referentes à memória e a história local. Estes espaços nos chamam à responsabilidade de romper com o distanciamento gerado pela aceleração da história, que através dos processos de globalização e mediatização nos impulsionam a valorização excessiva do progresso, sem se importar com a preservação do patrimônio cultural local e com a preservação da memória coletiva ali presente.

Fontes

ÁLBUM **COMEMORATIVO DO PARANÁ**. Acervo Museu Campos Gerais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1923.

ÁLBUM **COMEMORATIVO DO PARANÁ**. Acervo Museu Campos Gerais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1927.

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. Acervo Casa da Memória. Ponta Grossa, Paraná, 1981.

CÓDIGO DE POSTURAS MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. Acervo casa da Memória Ponta Grossa, Paraná, 1914.

O PROGRESSO, 30 de julho de 1910. Acervo Casa da Memória Ponta Grossa/PR.

DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 de julho de 1921. Acervo Casa da Memória Ponta Grossa/PR.

Referências

CHAVES, N. B. A "cidade civilizada": cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L. L. (orgs.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001a. P. 65-76.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada: discurso e representaçõe**s **sociaisno jornal Diário dos Campos na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001b.

CHAVES, N. B. **Do centro Comércio e Indústria ao Selo Social**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa: O povo, a cidade e o poder.** Ponta Grossa: [s.n.], 1988. 194 p.

CORDOVA, M. J. W. Demolição da Igreja Matriz de Sant'Ana: o antigo e o moderno no imaginário social ponta-grossense. **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 6, p. 90-110, jan./jun. 2012.

ENCICLOPÉDIA CULTURAL DE PONTA GROSSA. **Banda Lyra dos Campos.** Disponível : https://ecultural.pontagrossa.pr.gov.br/index.php/2022/02/08/banda-lyra-dos-campos. Acesso em 04/08/2024.

G1 PR E RPC PONTA GROSSA. CÁPSULA DO TEMPO ENTERRADA HÁ 50 ANOS É ABERTA EM PONTA GROSSA; veja o que estava dentro dela. Jornal O Globo. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2023/09/08/capsula-do-tempo-enterrada-ha-50-anos-e-aberta-em-ponta-grossa.ghtml>. Acesso em 13/09/2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MONASTIRSKY, L. B**.** A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. *In*: DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L. L. (orgs.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais.** Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001, p. 65-76.

NORA, P. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *In:* **Projeto História: Revista do Programa de Estudos em Pós- Graduação em História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993.

PONTA GROSSA. **Praça Marechal Floriano Peixoto.** Prefeitura Municipal de Ponta Grossa < https://pontagrossa.pr.gov.br/praca-marechal-floriano-peixoto>. Acesso em 23 de maio de 2024.

SCARDUELLI, G. de C.; GONÇALVES, T. M. A Praça Nereu Ramos: o patrimônio cultural como fomento da memória e identidade urbana. **5% Arquitetura + Arte**, São Paulo, ano 15, v. 01, n.19, e 124, p. 1-23, jun./jun/2020.

VIGLUS, V. M. **A Praça Marechal Floriano Peixoto em Ponta Grossa – Paraná: o processo de urbanização e a constituição de um lugar de memória.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração Cidadania e Políticas Públicas). Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 2017.

9

Memória e patrimônio cultural material em Ponta Grossa/PR: dimensões históricas e educacionais

Weber, Maria Julieta Batista de Almeida
UEPG

Introdução

Estudar sobre o tema do patrimônio cultural implica, necessariamente, compreender questões específicas sobre a história em que tal patrimônio se insere. Se a memória é o substrato da história, importante perguntar qual memória se quer preservar e quais histórias, de fato, estão sendo produzidas a partir do olhar e do empenhamento científico do pesquisador ou pesquisadora

Pierre Nora, em seu clássico estudo sobre a problemática dos lugares destaca que Memória e História, longe de serem sinônimos, inclusive, opõem-se. Argumenta o autor que justamente porque a memória configura-se pelo "absoluto", enquanto um "fenômeno atual", "carregada por grupos vivos", igualmente está "aberta à dialética da lembrança e do esquecimento" e, desse modo, "vulnerável a todos os usos e manipulações". Já a história, "porque operação intelectual e laicizante", constitui-se pelo "relativo", por representações do passado e, por conseguinte, por reconstruções "problemáticas" (Nora, 2012, p. 9). Nesse sentido, as abordagens do presente artigo dizem respeito à memória e ao patrimônio cultural, porém, enfoca essencialmente a perspectiva de análise da história local, das proximidades com o vivido e dos sentidos cotidianos, sem deixar, é claro, de buscar compreender as relações analíticas intrínsecas deste vivido e da memória que se quer perpetuar.

O clássico estudo de Raphael Samuel sustentava que a "História Local requer um tipo de conhecimento diferente", pois proporciona ao estudioso do tema uma "ideia muito mais imediata do passado": "a encontra dobrando a esquina e descendo a rua", oportunizando-se "ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos". Porém, justamente por esta proximidade, é importante ponderar, metodologicamente, tais elementos específicos de forma diferenciada de outras escalas de análise em âmbito nacional ou global, especialmente no que se diz respeito aos "materiais básicos dos processos históricos". Ou seja, há que se redimensionar o manejo e a forma de tratamento das próprias fontes documentais disponíveis, pois para além das categorias abstratas de análise, trata-se de perceber elementos de "reflexão acumulada" decorrentes das próprias experiências de vida daquele(a)s que escreveram a história, assim como também perceber sobre os "sensos de herança" e engajamentos diversos no processo de produção historiográfica (Samuel, 1990, p. 220-221).

Tendo em conta tais argumentações e, a partir de estudos realizados anteriormente,[1] abordou-se inicialmente, neste artigo, alguns aspectos da legislação acerca do que pode ser considerado um patrimônio cultural e, mais especificamente, patrimônio cultural material. Para tanto, apresentou-se o reverso da preservação, ou, a história de um edifício que não foi nem tombado e sequer preservado, exemplificando, assim, o que pode ser considerado como um acontecimento bastante representativo desta inversão na história de Ponta Grossa: a demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'ana. Por fim, evidenciaram-se algumas questões que foram consideradas necessárias no sentido de apreender as dimensões histórica e educacional dos processos de tombamento e da preservação do patrimônio cultural, de forma a demonstrar os entrelaçamentos da memória, da narrativa preservacionista e da escrita da história.

1. Dentre os estudos realizados anteriormente sobre a relação da memória, do esquecimento e da narrativa preservacionista em âmbito local e regional, citem-se dois artigos publicados na *Revista Patrimônio e Memória*, por ordem de publicação: 1) WEBER, M. J. O patrimônio tombado e a narrativa preservacionista na Lapa/PR: a identidade regional entre a memória e o memorável. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 5-30, jan./jun. 2013. 2) WEBER, M. J. Parque Ambiental Governador Manoel Ribas: memória local e esquecimento. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 68-91, jan./jun. 2016.

Preservação do patrimônio cultural em Ponta Grossa/PR: um exemplo inverso, a demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'ana

No silêncio, uma catedral
Um templo em mim
Onde eu possa ser imortal
Mas vai existir
Eu sei, vai ter que existir
Vai resistir nosso lugar
(Zélia Duncan)

A criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atualmente IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, no primeiro ano do Estado Novo (1937-1945), foi um divisor de águas tanto no que se refere à legislação preservacionista, quanto no que diz respeito às interrelações com a área acadêmica ao longo das décadas posteriores à sua criação. No entanto, é necessário citar que, anteriormente à criação do SPHAN, foi criada em 1838, ainda no período imperial brasileiro, uma instituição emblemática para a formação da nação brasileira: o IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.[2]

> Em sua fundação, o IHGB definiu como uma de suas principais finalidades reunir documentos da história e geografia do Brasil, constituindo uma das mais significativas e variadas brasilianas do país. Para a gestão da Coleção IHGB, foram criados o Arquivo, a Biblioteca e do Museu, como setores técnicos da instituição. Ao longo de sua história, o IHGB segue atualizando a sua missão de pensar o Brasil e reunir documentos da história e geografia do Brasil (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2023).

A análise dos contextos de criação destas instituições possibilita apreender questões primordiais referentes aos processos de eleição de símbolos e acontecimentos representativos da nação, sendo incontornável tratar

2. Sugere-se consultar o site do próprio IHGB: https://www.ihgb.org.br/sobre-o-ihgb/. Na esfera regional, consultar o site do IHGPR – Instituto Histórico e Geográfico do Paraná: https://www.ihgpr.com.br/.

da relação da temática da formação do Estado e, por conseguinte, dos períodos de reafirmação cívica e ideológica nacional quando o assunto é legislação do patrimônio cultural. Nesse sentido, o tombamento[3] de um patrimônio, enquanto um instrumento de reconhecimento, proteção e salvaguarda da memória, remete a processos históricos de formação do nacionalismo alicerçados por projetos específicos de sociedade.

Alterações posteriores à criação do antigo IPHAN acerca do teor da legislação que ampara um tombamento foram, por conseguinte, reveladoras ora de mudanças de cunho historiográfico, ora de processos de inserção social e cultural no país. É o caso da própria terminologia "patrimônio cultural", constante no teor da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que veio a substituir a designação anterior de "patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico". Ao se passar a compreender o patrimônio cultural constituído por "bens de natureza material e imaterial", ampliaram-se os sentidos das motivações e do que constitui a preservação de um patrimônio; da mesma forma, complexificou-se a noção conceitual de cultura como eixo central da própria "formação da sociedade brasileira":

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I – as formas de expressão;
>
> II – os modos de criar, fazer e viver;
>
> III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
>
> (Brasil, 1998, p. 141).

3. A designação "tombo" começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português. Entretando, atualmente, em território português, utiliza-se a palavra "classificar", enquanto no contexto brasileiro permanece a utilização para "tombamento".

Vale ressaltar que a alteração da referida nomenclatura incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial, expandindo o viés limitador da oficialidade historiográfica que restringia e determinava para o tombamento a necessidade da vinculação a "fatos memoráveis" da história do Brasil. Essa noção do "memorável", conforme preconiza a narrativa preservacionista embasada pela ótica da historiografia tradicional, havia sido estabelecida anteriormente pelo Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937,[4] embora este documento também pode ser considerado como o "primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias" (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2024). Atualmente, o IPHAN direciona as suas ações levando em consideração as características relacionadas a quatro grandes grupos: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial. Para o presente artigo, tratam-se, portanto, das características relacionadas ao patrimônio cultural material.[5]

Tomando por base tais premissas essenciais para se compreender a importância do tombamento e da preservação do patrimônio cultural material é que se propõe abordar um exemplo do seu inverso, ou do que não foi preservado e tampouco tombado. É o caso do episódio da demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'ana em Ponta Grossa. Em 1.º de setembro de 1977, o então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná, atualmente Coordenadoria do Patrimônio Cultural,

4. Segundo o artigo 1º do referido Decreto-lei e conforme grafia vigente em 1937: "Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interêsse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico" (Brasil, 2024).

5. "O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas". E, ainda: "Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os das cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos" (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2024).

com base na legislação estadual daquele contexto,[6] emite o seguinte parecer sobre o antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'Ana:

> Estilo arquitetônico indefinido, não trazendo grandes referências a época em que foi construído – por seus detalhes arquitetônicos.-.
>
> Possue belos detalhes no frontão principal e boa solução estrutural no laterais do altar mór.
>
> A construção em geral é sólida.
>
> Não possue no entanto excepcional valor artístico que justifique o seu tombamento de acôrdo com a lei nº 1.211, de 16/09/1953.
>
> (Paraná, 1977).

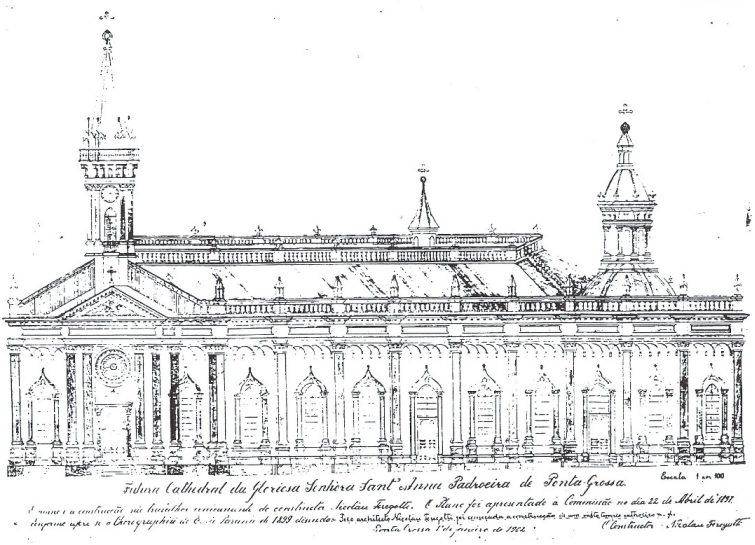
Note-se que dentre os argumentos utilizados no parecer, identificam-se "belos detalhes no frontão principal" e "construção sólida", porém, no documento em anexo neste artigo, ainda se registrou que: "Segundo pesquisas, não é a Matriz[7] de Ponta Grossa e não há referências a um fato histórico memorável para a História do Paraná que justifique o seu tombamento" (Paraná, 1977). A ideia de fato memorável foi aqui utilizada como um artifício suficiente para o não tombamento. No entanto, importante frisar que no que se refere à própria historicidade da edificação, desde a década de 1860, ocorreram ampliações do prédio e reconstruções que contaram com trabalhadores da região reconhecidos pela habilidade construtiva, dentre os quais pode-se citar Lucio Alves da Silva,[8] cujos detalhes de construção da cúpula podem ser notados no conjunto da obra pela planta arquitetônica apresentada a seguir, em que se faz menção ao nome do construtor responsável, de origem italiana, Nicolau Ferigotti:

6. Naquele contexto, na esfera regional, enquanto um desdobramento do Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, cite-se a ainda vigente Lei Estadual n.º 1211, de 16 de setembro de 1953, que dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Pode ser consultada pelo site: https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Pagina/Legislacao. No mesmo site, podem também ser consultadas outras legislações mais recentes sobre a temática em questão.

7. A criação da Diocese de Ponta Grossa ocorreu no ano de 1926 e o primeiro bispo foi Dom Antônio Mazarrotto, em 1930, conforme consta no site da própria Diocese: https://www.diocesepontagrossa.org.br/pagina/historia

8. Dentre os dados biográficos de Lucio Alves da Silva, o "Mestre Lucio" ou "Nhô Lucio", importante assinalar que foi um dos fundadores e presidente do Clube Literário e Recreativo Treze de Maio, em Ponta Grossa (Silva, 1988). Sobre o referido Clube, ver Santos (2016).

Figura 1 - Planta de construção arquitetônica da "Futura Cathedral" de Sant'Ana (1897-1899)



Acervo da autora

Para além do vago e impreciso parecer do órgão que deveria, *a priori*, constituir-se pela salvaguarda dos monumentos edificados no Paraná e, tomando ciência da existência de uma minuciosa planta de construção arquitetônica (Figura 1), o questionamento que vem em primeiro plano é se houve mesmo necessidade estrutural de se demolir o prédio de uma igreja que foi planejada e construída em contextos que demarcaram a história de Ponta Grossa, desde quando se tornou Freguesia, em 15 de setembro de 1823. Data esta, inclusive, comemorativa do aniversário da cidade.

Em pesquisa anterior evidenciou-se que não! Não era necessária a demolição por problemas estruturais. Dentre os argumentos utilizados no período é que havia problemas de insegurança do edifício por não ter sido utilizado cimento em suas paredes, o que somente reforça o total desconhecimento da materialidade daquela edificação de bases construtivas do século XIX. Os primeiros comentários a respeito da necessidade de se demolir o antigo prédio vieram do próprio bispado, ainda que outros apoios locais também tenham favorecido os argumentos em prol da construção de uma "nova" Matriz. Mas há que se assinalar o protagonismo do bispado no empenhamento da demolição:

> Dentre as justificativas das autoridades envolvidas e as opiniões que se formavam a respeito da demolição, o bispado influenciou especialmente no tocante aos discursos de uma pretensa insegurança que o antigo prédio ofereceria. Foi uma das questões que mais sustentaram a opção pelo novo e pelo moderno, abrindo caminho para os discursos em prol do progresso e invalidando os que discordavam dos motivos criados para a demolição (Weber, 2012, p. 99).

A demolição do prédio foi concluída em 1978 (Figuras 2, 3 e 4), demorando décadas para se construir um novo prédio para a Igreja Matriz de Sant'Ana. Durante este período, mais de três décadas, as missas e as atividades diocesanas funcionaram em um local improvisado, na parte térrea de um prédio localizado nas imediações.

Figura 2 -Sequência de fotografias da demolição

Acervo: Acervo Foto Elite

Figura 3 - Sequência de fotografias da demolição

Acervo: Acervo Foto Elite

Figura 4 - Sequência de fotografias da demolição

Acervo: Acervo Foto Elite

Este não foi o único monumento histórico demolido em Ponta Grossa, mas foi aquele que, de fato, não poderia ter sido demolido. Dentre as fontes documentais e bibliográficas verificadas sobre o processo que levou à demolição, ressalte-se o parecer já mencionado pelo então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná, que estranha e arbitrariamente alegou que o antigo prédio não representava a Matriz de Ponta Grossa!

Figura 5 - Saída de Missa na Igreja Matriz de Sant'Ana

Acervo: Acervo Foto Bianchi

Não houve o tombamento, ou seja, não houve o reconhecimento e a proteção legal para a preservação de uma edificação que acompanhou o surgimento da própria história da cidade. Mas a negação ao tombamento pelas alegações equivocadas do parecer mencionado ainda precisa e deve ser

problematizada, pois atualmente continua-se presenciando, cotidianamente, tantas outras demolições de edificações que faziam parte da história local. É preciso compreender o alcance da legislação preservacionista daquilo que não foi atribuído por "memorável". Mas é preciso também discernir os equívocos e as utilizações indevidas e errôneas desta argumentação.

Pode-se dizer que a demolição do antigo prédio da Igreja Matriz configurou-se num acontecimento simbólico de uma inversão, ou, do esquecimento do que outrora fora considerado consagrado. Fundamental, portanto, reconstruir as representações do passado com vistas a avançar nas percepções históricas e educacionais intrínsecas e esse processo.

Algumas considerações sobre as dimensões históricas e educacionais do tombamento e da preservação

As abordagens de especialistas pelo mundo em torno do conteúdo semântico e do que representa um patrimônio, ou ainda, dos significados que giram em torno de um monumento, podem ser consideradas relativamente recentes, especialmente se for levado em conta diferenciadas escalas geopolíticas. Conforme já apontou Choay (2000, p. 14), a primeira conferência internacional para a conservação de monumentos históricos foi realizada em 1931, em Atenas, ou seja, na primeira metade do século XX, tendo por integrantes apenas representantes europeus. Ainda que este cenário deva ser problematizado, a considerar o protagonismo de ações preservacionistas em diversos países de outros continentes do globo, tais constatações fundantes já denunciavam uma crescente destruição de monumentos em prol do que se alegava por progresso nos processos de modernização da contemporaneidade.

Ainda conforme Choay (2000, p. 7), enquanto a origem da palavra "patrimônio" está ligada "às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável", enraizada espacial e temporalmente, "patrimônio histórico" remete à noção de "comunidade alargada" e de vínculos institucionais, pois diz respeito a "trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos". Importante assinalar que tratar de um patrimô-

nio edificado é especificar o que pode ser compreendido do amplo leque do que constitui um monumento histórico. Entretanto, destaque-se que a palavra "monumento", derivada do latim *monumentum*, traz em si a própria interpelação da memória, pois, ainda conforme Choay (2000, p. 16), "não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva". Assim, ao se falar em monumento, está se referindo também, à sua especificidade e ao modo de sua relação com a memória.

As representações da memória podem serem apreendidas também na percepção do monumento como documento, assinalando-se o que Le Goff (1996) indica por "relações de força" constitutiva da "herança do passado". Sendo assim, a crítica analítica de um monumento, dado que é um documento, possibilita o entendimento do próprio processo de produção da memória, pois esta tanto pode desempenhar papel ideológico institucionalizador, quanto configurar-se como campo de estudo científico da história.

O que está sendo tratado neste artigo é sobre o inverso da memória, ou seja, o apagamento de um monumento pela sua destruição. Se não se preserva e ocorrem demolições de edifícios que seriam representativos dos processos de produção da memória, deixa-se de existir a materialidade que justamente possibilita a análise crítica como um ato educativo. O apagamento da memória é, por conseguinte, o inverso. Se não há o que lembrar, como interrogar sobre os monumentos e a sua intrínseca carga documental? Como problematizar os processos de formações identitárias e culturais, seja em escala local ou global?

Necessário frisar que outras igrejas também foram demolidas ao longo do século XX no Brasil em nome do progresso e da perspectiva do "novo" como forma de expressão da modernização urbana. Como exemplo, o estudo citado a seguir refere-se a dois episódios semelhantes de demolição nas cidades de Salvador e Recife, na década de 1910:

> Os chamados "eventos de demolição" constituem uma das expressões mais dramáticas e tensionadas das reformas que marcaram os processos de modernização urbana porque passaram por várias cidades brasileiras, na virada para o século XX. Mais do que os projetos de futuro e as visões de progresso *per se*, as forças demolidoras permitem indagar e analisar representações em

> disputa e leituras da cidade, da paisagem e do passado. Permitem também evidenciar e discutir interesses políticos, econômicos e culturais, além de estranhamentos, espantos, lamentos, vozes dissonantes [...] (Assunção; Dantas, 2018, p. 387).

Por outro lado, o reconhecimento, a proteção e a salvaguarda da memória a partir de um tombamento criam condições materiais de apreensão dos elementos que dizem respeito aos suportes identitários sociais. Ora, nesse sentido, é crucial perceber sobre os processos formativos inerentes à compreensão dos significados do patrimônio cultural material, ou ainda, dos processos de tombamento e da preservação dos monumentos edificados.

A cidade de Ponta Grossa completou 200 anos em 15 de setembro de 2023. Sobre a demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'Ana, vale transcrever um trecho da matéria escrita para as comemorações dos 200 anos de Ponta Grossa:

> A construção da Igreja, desde a década de 1820, no lugar mais alto da cidade, constitui-se, politicamente, no motivo cultural principal da comemoração dos 200 anos de Ponta Grossa em 2023. Motivo este simbolizado pela criação de uma Freguesia em 15/09/1823 que, conforme bem fundamentou o historiador nascido em Ponta Grossa, Brasil Pinheiro Machado, por meio da história das migrações em nível nacional e do cotidiano específico das comunidades que a integram, é possível traçar, no movimento intenso e conflitante de ocupação territorial, os delineamentos da formação histórica de Ponta Grossa inserida no designado Paraná Tradicional (Weber, 2023).

Certamente o que se denomina por "Paraná Tradicional"[9] pela historiografia tradicional precisa ser elucidado em seu contexto de produção, redimensionando outros olhares, outros sujeitos e outras comunidades a serem tratadas pela historiografia local e regional. E, tendo em conta a perspectiva dos protagonismos da escrita da história, ou, quem escreve a história e com que fins, é essencial trazer ao debate a importância da preservação do patrimônio cultural, notadamente do patrimônio edificado, enquanto fontes

9. A este respeito, importante consultar: BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. Sobre a trajetória do autor citado, sugere-se, ainda: WEBER, M.J.: **Brasil Pinheiro Machado**: um estudo de história intelectual. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em: https://www.editorafi.org/583julieta

imprescindíveis, documentos representativos de sociabilidades e relações de poder. Por fim, o exercício de memória, no que concerne às representações do patrimônio cultural, possibilita a apreensão das dimensões educacionais decorrentes do sentido de coletividade em que os sujeitos estão inseridos e, desse modo, problematizar a memória que foi preservada, bem como a produção da história dela decorrente.

Fontes

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 26 set. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Bens tombados. Disponível em: https://www.ihgb.org.br/sobre-o-ihgb/. Acesso em: 26 set. 2024.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Para pensar o Brasil. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em: 26 set. 2024.

PARANÁ. Parecer Catedral de Ponta Grossa. Coordenadoria do Patrimônio Histórico. Curitiba, set. 1977.

PARANÁ. Lei nº. 1.211, de 16 de setembro de 1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Disponível em: https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Pagina/Lei-1211-1953. Acesso em: 26 set. 2024.

PLANTA de construção arquitetônica da "Futura Cathedral" de Sant'Ana, 1897-1899.

Referências

ASSUNÇÃO, G. L.; DANTAS, G. A. F. Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n.2, p. 387-399. maio/ago. 2018.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. História do Paraná. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

DIOCESE de Ponta Grossa. Conheça a nossa história. Disponível em https://www.diocesepontagrossa.org.br/pagina/historia.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História : **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 26 set. 2024.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 19, p. 219-243, set.1989/fev.1990.

SANTOS, M. R. dos. **"Quem tem medo da palavra negro?"**: morenos, misturados, mestiços, cafusos, mulatos, escuros, preto social participantes do Clube 13 de Maio – Ponta Grossa (PR). 148 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SILVA, A. A. da. **Família Ales da Silva**: biografia do líder Lucio Alves da Silva - Genealogia. Curitiba: [Manuscrito], 1988.

WEBER, M. J. Aniversário de 200 anos de Ponta Grossa: o que sobrou do patrimônio cultural edificado? **Diário dos Campos** (Edição Sherlock Holmes Cultura), Ponta Grossa, 7 set. 2023. Disponível em https://www.facebook.com/groups/604360979686350/media. Acesso em 26 set. 2024.

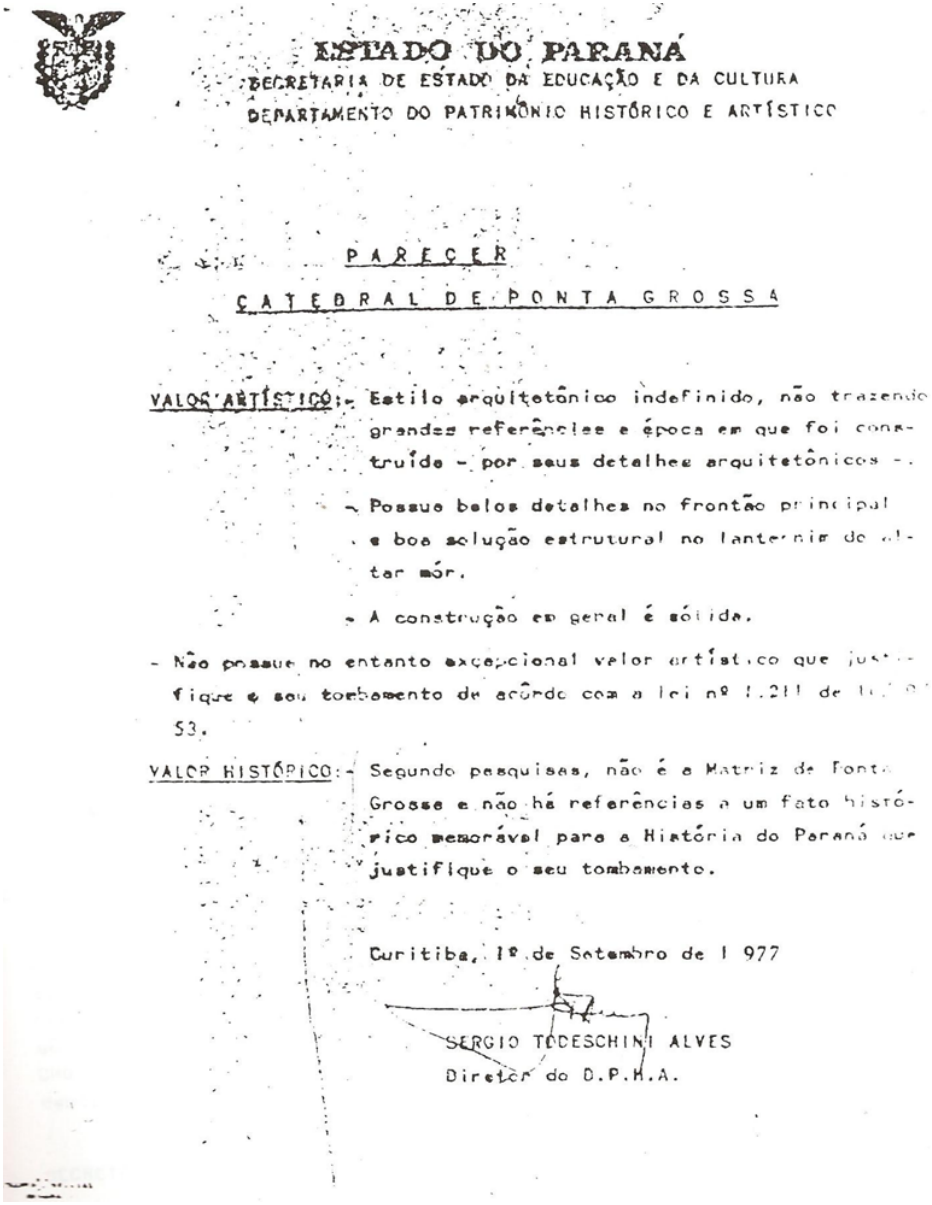
WEBER, M.J. **Brasil Pinheiro Machado**: um estudo de história intelectual. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em: https://www.editorafi.org/583julieta. Acesso em: 26 set. 2024.

WEBER, M. J. Parque Ambiental Governador Manoel Ribas: memória local e esquecimento. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 68-91, jan./jun. 2016.

WEBER, M. J. O patrimônio tombado e a narrativa preservacionista na Lapa/PR: a identidade regional entre a memória e o memorável. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 5-30, jan./jun. 2013.

WEBER, M. J. Demolição da Igreja Matriz de Sant'Ana: o antigo e o moderno no imaginário social ponta-grossense. **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 6, p. 90-110, jan./jun. 2012.

Anexo:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

PARECER

CATEDRAL DE PONTA GROSSA

VALOR ARTÍSTICO:- Estilo arquitetônico indefinido, não trazendo grandes referências e época em que foi construída - por seus detalhes arquitetônicos -.

- Possue belos detalhes no frontão principal e boa solução estrutural no lanternim do altar mór.

- A construção em geral é sólida.

- Não possue no entanto excepcional valor artístico que justifique o seu tombamento de acôrdo com a lei nº 1.211 de 1[illegible] 53.

VALOR HISTÓRICO:- Segundo pesquisas, não é a Matriz de Ponta Grosse e não há referências a um fato histórico memorável para a História do Paraná que justifique o seu tombamento.

Curitiba, 1º de Setembro de 1 977

SERGIO TODESCHINI ALVES
Diretor do D.P.H.A.

Sobre os autores

Ana Flávia Barboza Garcia

Historiadora, Mestre em História e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com ênfase em História e Políticas Educacionais. Bolsista do CNPq (141375/2024-8). Graduada em Pedagogia pela UniCesumar. Pós-Graduada em Antropologia pelo Faveni. Desenvolve pesquisas na área da História, com ênfase em História dos Intelectuais, Trajetórias e História Regional. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória/CNPq.

E-mail: anaflaviagarcia22@gmail.com

Audrey Franciny Barbosa

Historiadora, Mestre em História e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa Professora da área de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná (SEED). Desenvolve pesquisas na área da História da Educação e em temas relacionados à fotografia e à cultura material. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória/CNPq.

E-mail: audreybarbosaf@gmail.com

Isabele Fogaça de Almeida

Historiadora, Mestre em História e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Santa Amélia. Professora da área de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná (SEED). Integrante do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória/CNPq.

E-mail: Isabelefogacaa@gmail.com

Jaine dos Santos Floriano

Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Desenvolve pesquisas na área da História da Educação. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória/CNPq.

E-mail: jsfloriano@uepg.br

Leonardo Miguel Martins

Historiador e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor da área de História da Rede Estadual de Ensino do Paraná (SEED).

E-mail: leonardomiguel355@gmail.com

Maria Julieta Batista de Almeida Weber

Historiadora, Especialista em História e Região, Especialista em Educação Patrimonial e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Sociologia com Pós-Doutoramento em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora Associada, vinculada ao Departamento de Educação, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi Investigadora Visitante no ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Investigadora no CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Integrante da Rede Memória, Identidades e Patrimônio Cultural, com pesquisadores de Portugal e do Brasil. Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória (CNPq).

E-mail: mjbaweber@uepg.br

Milena Santos Mayer

Historiadora e Museóloga. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista. Doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona, Lisboa, com bolsa no âmbito da Cátedra UNESCO 'Educação, Cidadania e Diversidade Cultural'. Professora colaboradora do Colegiado de Museologia da Universidade Estadual do Paraná. Integrante da Rede Memória, Identidades e Patrimônio Cultural, com pesquisadores de Portugal e do Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória/CNPq.
E-mail: milenasmayer@gmail.com

Samara Hevelize de Lima

Historiadora e Museóloga. Doutoranda em Sociomuseologia pela Universidade Lusófona, Lisboa. Desenvolve pesquisas na área de museus, patrimônio cultural, memória e museologia de gênero. Experiência profissional em gestão museal, pesquisa histórica, curadoria e consultoria museológica. Integrante da Rede Memória, Identidades e Patrimônio Cultural, com pesquisadores de Portugal e do Brasil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa História e Intelectuais: Cultura, Política e Memória/CNPq.

E-mail: samhevelize@gmail.com

Silmara Fernandes de Oliveira

Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná.

E-mail: iskandarsolomon@gmail.com

Vera Marina Viglus Quadros

Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Educação e Formação Empreendedora pela Universidade Estadual do Centro Oeste.

E-mail: viglusveramarina@gmail.com

CONSELHO EDITORIAL

Drª. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (UNICENTRO)
Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Drª. Silvana Oliveira (UEPG)
Dr. Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)
Drª. Marly Catarina Soares (UEPG)
Drª. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)
Drª Letícia Fraga (UEPG)
Drª. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)
Dr. Evanir Pavloski (UEPG)
Drª. Eunice de Morais (UEPG)
Drª. Joice Beatriz da Costa (UFFS)
Drª. Luana Teixeira Porto (URI)
Dr. César Augusto Queirós (UFAM)
Dr. Valdir Prigol (UFFS)
Drª. Clarisse Ismério (URCAMP)
Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)
Drª Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)
Ms. Álvaro Daniel Costa (UNIOESTE)